AIR & SPACE POWER JOURNAL EM PORTUGUÊS

4º TRIMESTRE 2010 Volume XXII, Nº 4

Não se Meta | 3
A Intervenção Não Deve Fazer Parte das Diretrizes Norteamericanas
James Wood Forsyth Jr.
B. Chance Saltzman

Os Preparativos para a Guerra Irregular: O Futuro Não é Mais Aquele | 10
Coronel John D. Jogerst, *USAF*, Reformado

A Operação do Sistema Distribuído *Common Ground* | 22
O Fator Humano em Operações Rede-Cêntricas
Tenente Coronel Jason M. Brown, *USAF*

Engajamento Coercivo | 29
Análise de Segurança: Apoio às Milícias Xiitas Iraquianas pelo Irã
Maj Christopher Forrest *USAF*

Como Chegar à Dissuasão Nuclear Convincente | 47
Tenente Coronel Samuel L. McNiel, *USAF*

Como Compreender As Forças Armadas Americanas: Demografia, Características de Personalidade, Psicologia, Liderança e Percepções | 55
Adam Lowther, *PhD*

O Ensino de Idiomas na Comunidade Civil Norteamericana | 66
Coronel John Conway, *USAF*, Reformado

Seções

2 | Editorial

EDITORIAL

À medida que a maior parte dos países tenta arcar com as consequências de uma natureza enfezada, já sem um pingo de senso de humor, os seres humanos explodem e extravasam pelas frestas e fendas do planeta – exaustos.

O excelente artigo de Forsyth e Saltzman, *Não se Meta*, cobre muito bem o outro lado da equação: o custo humano e material de guerras que parecem nunca ter fim; o papel paternalista que, sem ajudar, prejudica as diretrizes em curtos e longos prazos; os motivos e o raciocínio por detrás das intervenções. Onde será que está o verdadeiro perigo? Existe melhor maneira de garantir a segurança em um mundo que mal mantém o equilíbrio em corda bamba mais que precária?

Seguindo com o tema, o Maj Christopher Forrest em seu artigo, *Engajamento Coercivo*, analisa a ameaça apresentada pelo apoio direto e indireto do Irã ao Iraque, em especial às diferentes milícias e grupos xiitas.

O Cel John D. Jogerst sugere como travar as inevitáveis futuras guerras. Aquelas que, evidentemente, pessoa alguma vislumbrara. Caso contrário, a evolução das forças armadas teria passado pela "estrada menos percorrida" e, portanto, menos dispendiosa.

Enquanto a natureza dos conflitos, grandes e pequenos, faz uma reviravolta e a tecnologia apresenta meios que, há pouco tempo, faziam parte da literatura futurista, o Ten Cel Jason M Brown aborda o novo Sistema Distribuído *Common Ground*.

Voltando aquele tema que incomoda, o Ten Cel Samuel McNiel em seu artigo *Como Chegar à Dissuasão Nuclear Convincente* alega que os Estados Unidos devem restaurar a credibilidade da dissuasão. Para isso devem projetar, testar, produzir e colocar em campo nova arma nuclear. Confiram as justificativas apresentadas.

Como Compreender as Forças Armadas Americanas, do Dr. Adam Lowther é uma análise detalhada da composição das forças: Raça, Religião, Educação, Poder Aquisitivo. Oferece um quadro bem diferente daquele até agora publicado.

Ultimamente, noto que os estrangeiros que nos visitam não mais perguntam por que a maioria dos oficiais da Força Aérea dos EUA, especialmente pilotos, raramente falam outro idioma. É algo universalmente já aceito. O que fica bastante claro é que as respostas deixam muito a desejar. Finalmente, o Cel Conway chegou às raízes do problema. É muito mais complicado do que parece. É aquela história de sempre. A famosa pedrinha que se atira num lago. As ondas concêntricas transmitem o ritmo pela superfície. O pedregulho segue em sua dança até o fundo, *sacudindo toda aquela poeira* à sua volta.

Iris Moebius

Editora

Não se Meta

A Intervenção Não Deve Fazer Parte das Diretrizes Norteamericanas

James Wood Forsyth Jr.*
B. Chance Saltzman**

AS GUERRAS NO Iraque e Afeganistão dominam os debates de segurança. Com milhares de vidas perdidas e bilhões de dólares gastos, poucas questões merecem maior atenção. Ainda assim, vale a pena lembrar que essas guerras, como todas as outras, vão acabar. Quando isso acontecer, as autoridades com-

***James Wood Forsyth Jr.** *PhD* Professor de Ciência Política e de Diretrizes de Segurança Nacional. *School of Advanced Air and Space Studies.*

****B. Chance Saltzman.** Tenente-Coronel, Força Aérea dos Estados Unidos *[USAF]*. Membro da Segurança Nacional, Harvard University.

petentes enfrentarão dura realidade, até mesmo esquecida. Como George Kennan tão bem colocou, a administração de povos distantes, não é "de nossa alçada". Os Estados Unidos devem manter-se longe e não "aceitar qualquer tipo de responsabilidade paternalista, para com quem quer que seja, sob a forma de ocupação militar – evitando, se possível, permanecer por período mais longo do que o absolutamente necessário."[1] Em simples palavras, pode ser que a intervenção venha sendo nosso destino, mas não deve se tornar em diretriz.

Sob o ponto de vista prático, a experiência intervencionista não tem sido agradável para o país. A Guatemala, Irã, Cuba e o Vietnã somam-se à lista de maus resultados. As ocorrências recentes solidificam essa tendência negativa. No entanto, o que é extraordinário a respeito das recentes intervenções, é como camuflaram tão bem a realidade fundamental de diretrizes internacionais, i.e, quanto maior a potência, maior o perigo projetado. E não se enganem, as operações de intervenção com o intuito de liberar o mundo do terrorismo são empreendimentos a curto prazo. A longo prazo, o equilíbrio de poder entre as nações apresenta a maior problemática à segurança norteamericana e, nesse caso, o país encontra-se em situação precária. As mudanças econômicas em grande escala, juntamente com as guerras atuais, colocaram os Estados Unidos em posição relativamente mais delicada em relação aos rivais, comparado ao cenário de oito anos atrás. Em termos econômicos, o custo foi avassalador, com estimativas de até 3 trilhões de dólares. Militarmente, mesmo se os Estados Unidos conseguirem alcançar os objetivos bélicos, a capacidade das forças americanas é bem menor do que em 2000.[2] Os destacamentos contínuos, juntamente com a erosão em pessoal e equipagem, deixaram as forças em séria necessidade de reestoque. Como o novo Presidente esclareceu muito bem, não será fácil enfrentar esses problemas estruturais.[3] Mais difícil ainda é tentar encontrar outro país que rivalize, ou mesmo que se aproxime ao relativo declínio dos Estados Unidos, em grau e velocidade aparentemente fora do normal.

Embora o declínio seja concreto, é importante salientar que o país continua sendo a nação mais poderosa do mundo, e as opções tomadas hoje irão afetá-lo no futuro. Como demonstra a história, a mudança global chega de forma rápida e raramente é previsível. O fim dramático da Guerra Fria e o subsequente colapso da União Soviética servem de perfeito lembrete da sincronia e ritmo do ambiente internacional.

As autoridades competentes não se devem esquecer do ponto de vista estratégico desses eventos, i.e., as grandes potências ascendem lentamente, mas sucumbem de forma rápida. À medida que os Estados Unidos posicionam-se para os anos vindouros, vale a pena notar que surgem possíveis rivais no horizonte. A China é a potência principal na Ásia, com a maior população mundial e uma economia promissora. Na Europa, a Alemanha. Ambas superiores às rivais regionais, possuindo a capacidade de dominá-las quando bem entenderem. Em relação aos vizinhos, a Índia também é poderosa, enquanto a Rússia, especialmente se medirmos sua potência em mega-toneladas, só possui um rival – os Estados Unidos. Em futuro próximo, a América talvez deplore o dia em que optou pela intervenção como interesse de segurança mais premente. O destino da nação dependerá em como reagirá à pressões para intervir.

Aqueles que acreditam que a liberdade e a riqueza curam todos os males, continuarão a instigar o debate referente à intervenção. Aqueles que se esquivam do uso de força, a menos que seja para corrigir uma injustiça, também manifestarão suas inquietudes. É importante ressaltar que embora a liberdade seja preferível quando comparada a todas as outras opções e a pobreza continua a ser o flagelo da raça humana, promover a liberdade e acabar com a pobreza não garantem a paz mundial. O fato é que as democracias travaram muitas guerras. As mais ricas tendem a lutar mais do que a maioria, o que é outra maneira de dizer que a história da política mundial é essencialmente um histórico da desigualdade. As autoridades competentes devem reconhecer o fato, senão os Estados Unidos

intervirão em vão, tentando levar justiça a locais de interesse ao redor do mundo.

Como Conter a Demanda pela Intervenção

Depende de vários fatores, sobretudo de opções tomadas pelos estadistas referentes à ordem internacional. As grandes potências contam com duas opções para estabelecer e manter a ordem internacional: dominar ou acomodar as nações rivais. Se um país decidir pelo domínio, fazendo com que sua segurança dependa da capacidade de superar todos os demais, tomará parte no que já foi comprovado ser péssimo jogo, em que o custo do domínio é coisa séria. Por outro lado, se uma nação decidir acomodar os rivais, fazendo com que sua segurança dependa da capacidade de equilíbrio perante os outros, participará no que já foi comprovado ser jogo menos perigoso, no qual o custo do equilíbrio é menor. Os estadistas sabem disso, razão pela qual as nações astutas buscam a acomodação.

A Ordem Internacional e as Nações Falidas

Poucas questões ameaçam mais a ordem internacional do que as Nações Falidas. Esse é o argumento central do popular livro de Thomas Barnett, *The Pentagon's New Map.* Barnett alega que os Estados Unidos não podem alcançar a segurança à custa dos outros. Em um mundo cada vez mais interconectado, "não se define vulnerabilidade pela profundidade da conexão com o mundo exterior, mas sim pela mera existência de regiões que permanecem fora da rede, fora dos limites da civilização, ilegais e completamente desligadas do destino comum."[4] Essas regiões são as mesmas onde encontramos nações falidas. A solução de Barnett para o problema é ousada e audaciosa: servir de guarda-costas para o resto do mundo. A tarefa não é guerra perpétua, como alguns gostariam. Os Estados Unidos devem "servir de guarda-costas da globalização, onde e quando necessário, preenchendo toda a Lacuna." Devido a enormidade da tarefa e riscos associados, se a coisa piorar, o melhor é parar e perguntar por quê.

As nações falidas fazem parte do mundo real, o que não é surpresa. Seu número vem aumentando durante os últimos 50 anos. Em 1958, a ONU reconheceu 81 países em todo o mundo. Em 2008 esse número havia chegado a 192.[5] Economicamente, quanto maior o número de empresas, tanto maior o número de falências – em um mundo competitivo, não se deve esperar menos. Entretanto, o problema não é o fato de que as nações estejam falindo. O dilema é que uma nação falida *"não é problema"* que recebe demasiada atenção. O Comando dos Estados Unidos para a África *[US Africa Command - AFRICOM]* indica que os líderes norteamericanos levaram a sério a chamada à intervenção proferida por Barnett. Estabelecido em fevereiro de 2008, o *AFRICOM* tem por objetivo solucionar as questões regionais antes que se tornem mais agudas, reconhecendo que "a paz e a estabilidade no continente afetam não somente os africanos, mas também os interesses dos Estados Unidos e da comunidade internacional." Fará isso com o aumento de parceria, operando como agência coordenadora principal, com grande participação do Departamento de Estado e de outras agências interessadas pelo futuro da África. Nobre como aparenta ser, o *AFRICOM* é uma extensão desnecessária de poder e recursos a uma área do globo que, do ponto de vista de segurança, não é extremamente importante.

Barnett e os fundadores do *AFRICOM* esquecem de que alguns países apresentam sérios problemas de segurança, enquanto outros não. Os países falidos estão localizados a grande distância dos Estados Unidos. Tendem a ser pobres, com escassos recursos naturais e poucos (caso existam) aliados poderosos. A Somália, Serra Leoa e o Sudão são bons exemplos. Uma vez que a segurança internacional é determinada pela distribuição global de recursos materiais, expressos em termos de poder econômico e militar, é lógico que os interessados em ordem internacional deveriam preocupar-se com os países que possuem a capacidade de perturbar a distribuição da-

queles recursos. Os países falidos não têm lá muita chance de fazer isso. O Índice de Países Falidos [*Failed States Index*] de 2008 anota 20 países criticamente instáveis.[6] Desses, apenas dois, o Paquistão e a Coréia do Norte, causam séria problemática de segurança. O típico país falido conta com um PIB de 39 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de 1% do PIB da Alemanha, 10% do da Noruega e, aproximadamente, 50% do de Mianmar. Se somássemos os 20 PIBs dos países mencionados no Índice, teríamos um montante ligeiramente superior ao da Holanda.[7]

No entanto, a ideia de que os países falidos ameaçam a ordem internacional continua. Isso é devido, em grande parte, à crença popular que vincula aqueles países ao terrorismo. Dita a lógica que os países falidos relacionam-se ao terrorismo porque servem de refúgio a grupos terroristas. No entanto, pouco existe para apoiar tal raciocínio. Na verdade, os grupos terroristas prosperam sob condições ideais, i.e., países onde existe séria repressão política e religiosa, economia em ascendência e desenvolvimento econômico desigual.[8] Além disso, os países com economia em declínio (pobres e cada vez mais pobres) são os menos propícios a abrigar organizações terroristas. Em outras palavras, os países de baixa renda com renda nacional bruta em ascensão são quase quatro vezes mais propensos a apoiar organizações terroristas do que aqueles com economia em declínio. Isso ocorre especialmente quando a desigualdade em distribuição da renda acompanha o crescimento. Sob tais circunstâncias, a vida que as pessoas levam é por demais austera, comparada àquela que esperam levar. Com o tempo, essa relativa privação conduz a maior frustração. Naquele momento é que as condições são favoráveis à exploração pelo terrorismo. Reiteramos: deve-se prestar atenção aos países pobres que apresentam aumento em renda nacional bruta e não aqueles rumo à falência.[9]

No caso de países falidos explorados por grupos terroristas, deve-se considerar uma série de circunstâncias atenuantes. O Afeganistão ilustra esse ponto, quando considerarmos que não é aquela história banal de país falido que optou em abrigar terroristas. É, na verdade, bem complexa, envolvendo duas grandes potências que, por intervenção, negligência, ou ambas, ajudaram na ruína de um país e das relações com o mesmo. Como resultado, o governo Talibã chegou ao poder, tornando-se amigo íntimo de certos facínoras, por motivos que talvez jamais possamos compreender. Pode ser que outros países sintam-se tentados a fazer o mesmo. Será que sim? Se os países bem sucedidos tendem a imitar outros, não é algo provável. O Afeganistão é um dos países mais pobres do mundo. Com um PIB de 800 dólares *per capita*, expectativa de vida de 42 anos e uma taxa de mortalidade de 250 a cada 1.000 nascimentos, é a marca registrada da falência. Será que existe algum país que queira imitá-lo?

Além do mais, é difícil imaginar como o *AFRICOM* ou qualquer organização internacional poderia ter evitado tal falência. Os países, assim como as empresas, são bem sucedidos ou abrem falência. Não é de causar surpresa. Não quer dizer que todas as falências sejam idênticas. É verdade que a possível falência de alguns países apresentaria sérios problemas à ordem internacional. Contudo, além do Egito, poucos encontram-se na África. A da Rússia, devido a expansão [geográfica] e recursos, imediatamente vem à mente. O Paquistão e a Coréia do Norte também apresentam sérios problemas. O que esses Estados possuem em comum, no entanto, não é a propensão especial ao fracasso, mas sim, armas nucleares, que são mais do que capazes de perturbar a distribuição mundial de recursos materiais. Em tais casos, pode ser que os Estados Unidos, como líderes de coalizão, sejam obrigados a intervir para proteger materiais e armas nucleares, se a administração desses países entrar em colapso. É outra maneira de dizer que a comunidade internacional deve levar a sério a contra-proliferação. O ponto é pequeno, as inferências enormes. Alguns países causam grandes problemas à ordem internacional, outros não.

A Ordem Internacional e o Terrorismo

O terrorismo é a segunda ameaça à ordem internacional. Os terroristas pensam de forma estratégica, comprovado pelo fato de que travam o jogo mortal de maneira a vencer a longo prazo. Oferecem uma centelha de esperança aos desamparados e sem recursos, enquanto tentam forçar as nações a acatarem suas exigências. Também vivem em segredo, o que causa tantos problemas. Ninguém neles confia, nem mesmo aqueles que lhes oferecem esconderijo e refrigério. Em suma, apresentam problemas estratégicos às nações, mas nunca perturbaram em demasia a ordem internacional. O terrorismo é questão de segurança nacional e não internacional, como o termo "segurança da pátria" sugere.

No entanto, quando raciocinamos sobre o terror, é comum exagerar sua importância, não dando muita consequência ao que sempre foi o problema tradicional para qualquer país, ou seja, a guerra. Durante os últimos 200 anos, a guerra dizimou impérios, devastou países e custou a vida de milhões de pessoas. Contudo, o terrorismo, apesar de ser horrendo, custou número muito menor de vidas. Para propósitos de comparação, 625 pessoas morreram em consequência de terrorismo internacional em 2003, 35 delas americanas. Esse número é menor do que os 725 mortos em 2002. Como isso indica, o terrorismo é a arma dos fracos. Embora os terroristas possuam incrível disposição, não exercem poder inconcebível.

Com isso, não desejamos minimizar a importância de dissuadir atos terroristas ou de impedir que adquiram armas de destruição em massa [ADMs]. No entanto, se chegar o dia em que os terroristas tiverem acesso à ADMs, com toda a probabilidade, tal aquisição irá ocorrer através de pessoas que vivem em nações [legítimas]. Assim, as nações continuam a ser os protagonistas internacionais mais importantes, porque monopolizam o poder mais destrutivo no globo. Como os estadistas utilizarão tal poder em relação ao terrorismo é outro grande problema que serão obrigados a enfrentar.

É comum sugerir que não se pode dissuadir o terrorismo. No entanto, existe consenso cada vez maior que diz que sim, se pode. Mas que tal a intervenção – será que já comprovamos que pode solucionar o problema? Pelo contrário, parece existir uma simbiose entre o terror e a intervenção. Ou seja, à medida que aumenta a intervenção, aumentam também os incidentes terroristas. Já em 1997, o Conselho de Ciência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos [*Defense Science Board*] havia notado a correlação entre o que denominou de "diretrizes externas dinâmicas norte-americanas" e ataques terroristas contra os Estados Unidos. Dez anos mais tarde, tornou-se mais evidente com o aumento de terrorismo suicida em regiões onde nunca havia ocorrido. Antes da intervenção, não havia relatos de atentados suicidas no Iraque. Em 2003, houve, em média, 25 ataques. Em 2004 haviam aumentado a 140 e em 2005 a 478, resultando em número incalculável de vidas perdidas. Até o final de 2005 ocorreram, em média, 200 ataques. No ano seguinte esse número havia aumentado mais de 50%, chegando a quase 300.

O fato da intervenção causar o terrorismo é surpresa e é muito cedo para concluir que existe uma correlação entre causa e efeito. Embora exista a necessidade de maiores estudos, a análise demonstra que o terror pode ser uma reação à presença de forças de ocupação. Especificamente, foi empregado com sucesso para obrigar regimes democráticos a retirarem as forças de territórios que os terroristas afirmam ser sua pátria. Nesse sentido, o terrorismo suicida parece ser estratégia eficaz de punição. A intervenção, com soldados que ocupam o território, apenas cria maiores alvos para os terroristas. No entanto, é importante salientar que mesmo em casos onde o terror foi eficaz, alterou o rumo da política local, mas não o da internacional.

A Ordem Internacional e o Genocídio

Desde 1945, a comunidade internacional jura pôr um fim ao genocídio. Todavia, de-

monstra extrema lentidão em reagir contra os países que o cometem, como no Camboja, Ruanda e Darfur. Foi exatamente o que aconteceu na Alemanha, quando Hitler lançou um ataque generalizado contra os judeus na Europa. A propósito, o Holocausto continua a ser uma prova difícil para todos os argumentos relacionados ao genocídio, especificamente, a ideia de que a intervenção consegue por um fim ao mesmo.[10]

De modo peculiar, Raul Hilberg reconhece o fato. Descreveu-o em sua descrição monumental da destruição dos judeus na Europa. Como observou, "A tarefa da destruição dos judeus foi o teste supremo encarado pela burocracia alemã". Os tecnocratas solucionaram o problema, passando a prova.[11] Meticulosa em detalhes e majestosa em alcance, a interpretação de Hilberg força o leitor a enfrentar os criminosos. Aquilo que perturba não se encontra em sua natureza extraordinária, mas sim na ordinária. "Não se trata de indivíduos com padrão moral próprio", alega. A constituição moral dos burocratas "não era diferente da do resto da população." Como explicar o extermínio em grande escala que levou à morte de mais de seis milhões de pessoas? "Os alemães sobrepujaram os obstáculos de ordem administrativa e moral na operação de matança."[12] Estava em seu âmago e a intervenção não era páreo para a brutalidade.

Antes de chegar ao final, os alemães haviam estabelecido enorme burocracia, completa com linguajar que tinha sentido em todas as patentes, desumanizando as vítimas e racionalizando a aniquilação. Sugerir que a intervenção teria conseguido evitar que cometessem [tais atrocidades] parece dúbio. Como empregar a força para destruir uma instituição burocrática que existia, não apenas na mente dos participantes, mas também em seu âmago? Parece que a intervenção, nesse caso, pouco poderia fazer para pôr fim à carnificina. Pode ser que teriam tido sucesso em interromper a ação momentaneamente. Contudo, como o genocídio já neles estava imbuído, levou uma guerra brutal inédita para que chegasse ao fim na Europa.

Reconhecer o genocídio, condená-lo e responsabilizar seus praticantes, colocando em prática o direito internacional, é vital ao mundo civilizado. Nesse contexto, sugerir que a intervenção consegue terminar, de uma vez por todas com o genocídio, trivializa sua natureza. Qualquer tentativa em se acabar com a vida de um grupo de pessoas porque são diferentes é um crime e deve ser tratado como tal. É uma agressão. A paz e o direito não podem coexistir diante dela. O mal que o delinquente comete força homens, mulheres e crianças a fugir ou a lutar para se defender, o que coloca o genocídio, sob a perspectiva legal, em esfera da guerra. Pode ser que seja o defeito fatal da civilização. Se por um lado não perturba a base material da ordem internacional, pelo outro é um desrespeito à comunidade mundial. As autoridades competentes devem compreender que, para livrar o mundo desse mal, as nações devem estar dispostas a travar guerra. Nesse caso, o único meio disponível.

Um Mundo sem Intervenção

Vamos supor que, devido a cataclismo, perde-se todo conhecimento científico referente à política internacional, com exceção de uma frase, passada de geração à geração: "as nações, independentemente da estrutura interna, metas ou aspirações, defenderão seus interesses, como melhor julgarem". Em defesa de interesses, os estadistas perspicazes entendem a importante diferença entre fatores domésticos e internacionais, especialmente quando se trata de estabelecer e manter a ordem internacional. Os fatores materiais e as forças históricas moldam e restringem o comportamento das nações em esfera internacional, o que não acontece dentro de suas próprias fronteiras. Tal fato passou despercebido pelos intervencionistas que tentaram reformular a política internacional, intrometendo-se na política interna de países tão diversos como a Guatemala, Irã, Cuba e Vietnã. Por quê? Porque deixam de ver a grande, embora trágica, constante da vida internacional, uma existência impregnada em desigualdade, conflito e, por vezes, guerra. Ao contrário, mini-

mizam a realidade ou tentam transformá-la. Às vezes, ambas ao mesmo tempo, optando em ignorar a brutalidade tangível. Um exemplo é a intervenção no Iraque. A propaganda anunciava que não só remodelaria a política daquele país, mas também a do Oriente Médio e, por conseguinte, a mundial. Contudo, não conseguiu fazê-lo. As autoridades competentes fariam bem em aceitar a realidade de braços abertos, abjurando a intervenção. Que efeito teria tal ação em diretrizes?

Se as autoridades competentes distanciarem-se de diretrizes estrangeiras intervencionistas, permitiriam maior enfoque em questões de segurança já negligenciada há vários anos. As nações falidas, o terrorismo e o genocídio são problemas sérios, dignos de atenção. Contudo, nunca perturbam a ordem internacional. Consequentemente, não representam grave ameaça em futuro imediato.[13] As armas nucleares, sim, bem como a recente moção dos Estados Unidos, dirigindo-se à postura e arsenal nucleares refletem o consenso, cada vez maior, de que existem outros empreendimentos mais importantes fora da intervenção.

Da mesma forma, fariam bem em prestar atenção à natureza mutável da economia política internacional, a fim de avaliar em que posição estaria a economia dos Estados Unidos quando comparada às nações emergentes: quem perde, quem ganha. Uma estrutura de força acessível, equilibrada e capaz de dissuadir e compelir, será mais útil a longo prazo do que aquela que se mantém de prontidão para contrainsurgências.

Finalmente, ao reconhecer os limites da intervenção, a sensação de humildade renovada voltaria ao debate de segurança. Jamais alcançaremos perfeita segurança. As nações correm o risco de desperdiçar energia em sua busca, quando imprudentes. Kennan compreendia isso muito bem: O governo de povos distantes não é "de nossa alçada". Vamos riscá-lo da agenda para os anos vindouros. ❑

Notas

1. George Kennan, *American Diplomacy* [Diplomacia Americana] (Chicago: University of Chicago Press, 1984), 19.

2. Os Estados Unidos podem se dar ao luxo de gastar mais do que a maioria e assumir maiores riscos, devido ao poder relativo. No entanto, quanto mais força usam, mais fraco ficam.

3. As novas prioridades orçamentárias do Secretário de Defesa, Robert Gates, refletem muito bem essa premissa.

4. Thomas P. M. Barnett, *The Pentagon's New Map: War and Peace in the Twenty-First Century* (Nova York: G. P. Putnam's Sons, 2004), 298.

5. Nações Unidas, "*List of Member States*", http://www.un.org/members/growth.shtml [12]. Strategic Studies Quarterly, Summer 2009.

6. *Fund for Peace – A Nonprofit Research and Educational Organization, 2008 Failed States Index*, http://www.fundforpeace.org/web/.

7. *World Bank* [Banco Mundial], *World Development Report 2007 – Gross Domestic Product*, http://econ.worldbank.org.

8. Em análise detalhada dos fatores políticos, religiosos e econômicos mais prevalentes em nações filiadas às organizações terroristas, verificou-se que a convergência de diretrizes repressivas, população de religião homogênea e economia em ascendência, embora desigual, produziram condições mais favoráveis às organizações terroristas.

9. B.C. Saltzman, *"Liberty and Justice for All: The Democracy Project and the Global War on Terrorism"*, tese de mestrado, *School of Advanced Air and Space Studies, Air University*, 2005.

10. Algumas das ideias mais criativas referentes ao uso da força e do genocídio derivam-se do trabalho do Dr. Douglas C. Peifer. Ver *Stopping Mass Killings in Africa* (Base Aérea Maxwell, AL: Air University Press, 2008) para debate interessante a respeito da potência aérea e genocídio. Embora seja solidário ao espírito e à intenção da pesquisa, continuo cético quanto a sua praticidade.

11. Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews* (New York: Franklin Watts, 1961).

12. Ibid., 205.

13. As óbvias exceções: guerra para acabar com o genocídio ou terrorista com armas de destruição em massa, como consta acima.

Os Preparativos para a Guerra Irregular: O Futuro Não é Mais Aquele

Coronel John D. Jogerst, *USAF*, Reformado

O DESEMPENHO TÁTICO da Força Aérea dos Estados Unidos em contra-insurgências é magnífico *[Counterinsurgency - COIN]*. Estrategicamente, contudo, tal fato é irrelevante. O essencial é estabelecer a capacidade aérea nativa em nações parceiras. A Força Aérea analisa as missões sob a perspectiva de como levá-las a cabo, empregando toda a técnica e perícia tática. Assim, durante as operações de *COIN*, é fácil cairmos na tentação de tomar conta do recado. O leitor deve sempre manter em mente a diferença entre a execução da *COIN* (a função das autoridades locais) e a capacitação para a *COIN* (a função de protagonistas externos).

O debate contínuo dentro da Força Aérea em como enfrentar a questão da guerra irregular *[Irregular Warfare - IW]* reflete o fato de que tal diferenciação não é óbvia. Será que as nossas Forças e organizações podem levar a cabo o combate irregular com sucesso? Seria a ameaça irregular mais ou menos provável e perigosa do que a convencional? Como equilibrar essas exigências justapostas?

Mesmo sem considerar o debate interno, a liderança política expressou, em termos claros, a necessidade de melhor capacitação para a *IW*. A estratégia de segurança nacional de 2006 invoca o envolvimento em conflitos regionais através de prevenção e resolução, intervenção, estabilização pós-conflito e reconstrução.[1] Da mesma forma, o *Quadrennial Defense Review Report*, de 2006, urge mudança de ênfase, "de grandes operações de combate convencional a múltiplas operações irregulares e assimétricas."[2] A nova administração não mudou de direção. Aparentemente, a insatisfação com o enfoque da Força Aérea em guerra convencional e de alta tecnologia, entre outros fatores, levou à demissão do Secretário e do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea em junho de 2008.[3] O que vem à mente é a "Revolta dos Almirantes" de 1949, incidente que resultou na demissão de três almirantes da Marinha, inclusive Louis Denfeld, o chefe de operações navais. Na época, o desacordo era a respeito da relativa vantagem ou prioridade da compra de bombardeiros nucleares *(B-36)* de longo alcance, comparada à construção de nova classe de superporta-aviões *(USS United States)*, que permitiria lançar ataque nuclear de zonas avançadas. Será que o *F-22* é o nosso *United States* ou será que vamos mudar de prioridade e estabelecer capacidade necessária à *IW*?

A Relevância da Força Aérea em Conflitos Irregulares Durante os Próximos 30 Anos

Contrário à doutrina e direção, as ações da Força Aérea deixam claro que a *IW* não é prioridade. Agora é moda no Pentágono, entre os defensores da capacidade aérea, tratar a *COIN*

como se fosse "a última guerra" e clamar por total modernização para preparativos de guerra contra inimigo que possui a mesma ou quase a mesma sofisticação tecnológica.[4] Apesar da incapacidade de se prever o envolvimento em insurreições após a fase inicial das operações *Enduring Freedom* ou *Iraqi Freedom*, o Estado-Maior da Força Aérea parece confiar que tais insurgências são coisas do passado.

No entanto, dos 14 grandes conflitos violentos no verão de 2008, nenhum foi devido a ação convencional entre nações.[5] Dos cerca de 30 conflitos mais importantes da última década, apenas quatro ocorreram entre nações.[6] Atualmente, as regiões como o Sudão, Sri Lanka, Colômbia e as Filipinas travam combate com grupos étnicos, insurgentes e religiosos. Recente estudo da *RAND Corporation* revelou causa para preocupação em oito regiões específicas, efetivamente fora do controle de qualquer governo reconhecido formalmente.[7] Qual é a probabilidade das forças armadas norteamericanas tomarem parte em conflitos desse tipo?

Já usamos as forças em mais de 300 ocasiões. Esse número inclui apenas 11 guerras declaradas e alguns conflitos convencionais prolongados (e.g., Coreia, Vietnã, as duas guerras do Golfo, etc.)[8] Embora as autoridades militares recomendem aos líderes políticos evitar envolvimento em guerras internas de outras nações, em última análise, tal decisão está fora de nossas mãos. Os anais históricos demonstram que devemos estar de prontidão para uma série de dificuldades, como por exemplo, a prestação de assistência a outros países durante conflitos internos.

As *IWs* geralmente não ameaçam a sobrevivência dos Estados Unidos. Contudo, representam grande ameaça a nossos interesses globais. Por exemplo, as *IWs* afetam dois dos cinco maiores fornecedores de petróleo, i.e., a Nigéria e a Venezuela. Na Nigéria, conflitos locais e ataques contra instalações e pessoal em áreas petrolíferas afetam diretamente as exportações de petróleo do país. A Venezuela abriga certos insurgentes colombianos, o que causa grande tensão regional. Em março de 2008, a Colômbia colocou em prática a ideia de levar a cabo operações transfronteiras contra insurgentes ao emboscar e matar um líder rebelde refugiado no Equador. A escalada e tensão na região facilmente envolveriam os Estados Unidos, dado o presente apoio ao governo colombiano.

O cálculo da probabilidade de conflito convencional e irregular deixo a cargo dos especialistas em inteligência. Espero que agora, após a operação *Iraqui Freedom,* serão mais sensatos. Não obstante, a capacidade dos inimigos irregulares e convencionais foi amplamente demonstrada durante décadas de terrorismo, culminando com o 11 de setembro de 2001, inúmeras guerras civis e conflitos não-convencionais que atualmente desenrolam-se com toda intensidade. Em ambiente incerto e de rápida mudança, é impossível vir a saber aquilo que agora não sabemos. Os eventos futuros serão inesperados e marcantes, como o colapso da União Soviética ou o 11 de setembro. O único que podemos fazer é desenvolver ampla série de capacidades, inclusive aquelas necessárias em *IWs*. Mas, enfim, o que são capacidades "irregulares" (além de serem não regulares)?

O Amplo Desafio de Conflitos Irregulares

Quando mencionamos que toda guerra não convencional é uma *IW* oferecemos uma definição que faz muito pouco para determinar os recursos necessários. A doutrina da Força Aérea define-a como "luta violenta entre uma Nação e protagonistas não-Estatais pela legitimidade e influência sobre a população pertinente". É ampla declaração que, em essência, define qualquer ação violenta que visa provocar mudança política, seja qual for a origem.[9] Os profissionais militares necessitam de preceito mais específico.

Entretanto, até certo ponto, essa mesma doutrina esclarece a situação. "A *IW* abrange um espectro de guerra onde sua natureza e características diferem muito da guerra tradicional. Inclui, mas não se limita a atividades como insurgência, *COIN*, terrorismo e contra-terrorismo". Mais uma vez uma definição "não convencional".[10] A rivalidade política violenta vai de manifestações públicas na Palestina ao terrorismo na Colômbia e à guerra civil total entre forças convencionais no Líbano. No entanto, através de toda essa violência percorre um filamento comum que distingue conflitos irregulares dos convencionais. Nada tem a ver com o porquê mas sim com a maneira como a luta é levada a efeito.

A guerra convencional requer a luta distinta, identificável e inequívoca entre forças militares. A derrota do inimigo, assim como a destruição da infraestrutura é problema bem estudado pelas forças convencionais, ou seja, identificar os centros de gravidade e aplicar fogo. Independentemente da força adversária, quando as tropas entram em campo como entidade militar distinta, as táticas convencionais são eficazes. Após derrotar as forças militares inimigas, chegamos à conclusão de que ganhamos, quando o governo inimigo adere às reivindicações feitas ou quando destruímos tal governo e ocupamos o território. No entanto, a guerra convencional planta as sementes da *IW*, pois ao ocupar o território inimigo, ficamos vulneráveis à constante resistência.

Em conflitos irregulares, lutamos contra inimigos que permanecem ambíguos, de propósito. Empregam todo tipo de violência, mas, na maioria dos casos, evitam operar como força armada identificável. Não quer dizer que sejam desorganizados, que não se denominem de "exército" e que não concentrem forças de combate quando percebem que podem tirar vantagem. O ponto é que os adversários irregulares mesclam-se à população. A retaguarda, bem como o santuário, encontram-se fora da arena do conflito for-

mal, sem ocupar uma área geográfica *per se*, convivendo entremeio à população local. Nesse último caso, não atravessam fronteiras físicas para iniciar as hostilidades. O papel das forças armadas na vitória (política) final chega à conclusão, quando coíbe a violência a tal ponto que permite o funcionamento "normal" da sociedade. Esse cenário apresenta problemática singular à ação militar, mas não sem precedentes.

O Aspecto Militar da Problemática Sob o Título de Contrainsurgência

O problema de como lidar com adversários organizados, descontentes e violentos dentro da população está incorporado ao conceito *COIN*: "as ações militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e cívicas tomadas pelo governo para derrotar a insurgência". Esse último termo definido como "movimento organizado que visa derrotar governo constituído através de subversão e conflito armado."[11] A definição de insurgência, redigida sob a perspectiva de "governo constituído", paralela a de *IW*, definida de forma mais objetiva, com enfoque em luta violenta pela legitimidade entre o governo e os rebeldes. Além da diferença em perspectiva, a luta é a mesma – determinar quem irá governar. Devemos, portanto, considerar a experiência em *COINs* quando preparamos as forças para as *IWs*.

De forma surpreendente, todas as Forças concordam com a doutrina da *COIN*, quando se refere ao fato de determinar governo legítimo para uma nação ou sociedade. A doutrina das forças conjuntas fala em "estabelecer instituições viáveis que reagem às necessidades da sociedade."[12] A da Força Aérea tem por objetivo a luta pela legitimidade e influência sobre a população.[13] Já a do Exército e a dos Fuzileiros Navais possui a seguinte postura: "o poder político é a questão central em insurgências e contrainsurgências. O objetivo de ambos os lados é fazer com que as pessoas aceitem a legitimidade do governo ou autoridade."[14]

A questão de legitimidade é complexa, mas a norma *de facto* da legitimidade do governo tem a ver com a capacidade de ocupar e controlar território – uma das maneiras pelas quais se define Estado-Nação. Se o 'exercer controle' ocorre via coação ou se é livremente outorgado pela população em câmbio de ações administrativas e serviços sociais, é apenas um detalhe. Não obstante, o controle da população significa colocar as tropas na superfície territorial. As forças não estarão em controle se estiverem ausentes ou se não conseguirem chegar ao local. O importante é que a autoridade local deve assumir controle das próprias tropas.[15] Uma vez que a essência da legitimidade é a presença, todas as lutas de *COIN* ocorrem cara a cara e no local. Esse tipo de combate gira em torno de controle da população, o que não se pode fazer à distância ou, simplesmente, do ar.

Para os insurgentes, o sucesso depende em manter a iniciativa. Como negam ao governo alvos de fácil identificação, os rebeldes asseguram que aquele só pode reagir a seus movimentos. Como concentram forças apenas em momentos e lugares de sua opção, controlam o ritmo e termos do conflito.

Como estão dispersos dentre a população, evitam servir de alvo conspícuo e facilmente distinguível dos não-combatentes (ou permanecendo em santuários externos não acessíveis às forças governamentais). Quando comparados às forças convencionais, deixam poucos vestígios passíveis de coleta pela inteligência técnica. Muitas vezes, só os habitantes da vizinhança podem fornecer o dado mais relevante – a identidade dos insurgentes.

Sua proximidade à população transforma qualquer vantagem de fogo em desvantagem, pois os insurgentes tentam induzir os Estados Unidos ou nações parceiras a reagir em grande escala, causando a morte de civis e destruindo propriedade, demonstrando falta de interesse no bem-estar dos cidadãos.

Também causa o efeito colateral de aumentar a suposta legitimidade dos insurgentes, elevando sua estatura de bandidos violentos à força organizada que pode legitimamente competir com o governo da nação parceira.

Taticamente, sem armas pesadas e equipamento blindado, os insurgentes deslocam-se a pé ou em veículos civis entremeio à áreas povoadas tão ou mais rapidamente do que as forças militares convencionais. Ao contrário das forças governamentais, conspícuas e de fácil identificação, a fim de acusar presença junto aos cidadãos, os rebeldes mesclam-se completamente à população civil.

Para o comandante das forças conjuntas/combinadas essa situação faz com que seja impossível para as forças terrestres amigas manter paridade com os insurgentes em informação, poder de fogo e mobilidade. O resultado é a luta com armas de baixo porte em pequenos destacamentos. Somente a capacidade aérea consegue resolver tal impasse.

O Valor da Capacidade Aérea em Contrainsurgências é Indiscutível, Mas . . .

Em *COINs*, a capacidade aérea permite às forças amigas ver, agir e abrir fogo, possibilitando o controle dos insurgentes confinados ao solo. Ao mesmo tempo, a necessidade de baixa visibilidade dos rebeldes efetivamente preclude grande capacidade aérea. Assim, a ameaça às forças aéreas amigas inclui apenas sabotagem terrestre, fogo de armas leves/artilharia antiaérea e número limitado de pequenos mísseis terra-ar. Para os militares da Força Aérea é uma equação excepcionalmente assimétrica.

A capacidade aérea permite a pequenos destacamentos que operam em terreno acidentado criar, ocupar e explorar o terreno mais elevado que é sempre o mais vantajoso. A vigilância de área extensa por longo período de tempo e o reconhecimento aéreo imediato possibilitam às forças amigas ver o inimigo, antecipando suas ações, reduzindo a capacidade dos insurgentes de controlar a iniciativa e alcançar a surpresa tática.

A mobilidade aérea permite aos aliados reagir a, perseguir ou interromper contato com os insurgentes, retornando a iniciativa tática às forças governamentais. Evita que os insurgentes consigam a supremacia local através da concentração de tropas e limita o tempo disponível para levar a cabo a operação. A mobilidade aérea efetivamente converte a tática dos rebeldes em concentração de forças para alcançar superioridade local, em oportunidade para que as forças governamentais possam identificá-los e destruí-los.

A capacidade aérea oferece poder de fogo imediato, preciso e escalável a pequenos destacamentos, o que muda a equação tática de paridade de fogo à superioridade aliada esmagadora. Uma linha de mira clara, sem obstruções e armas guiadas produzem menor dano colateral do que os caminhões-bomba ou morteiros do arsenal dos insurgentes. Oferece uma gama de efeitos, de saturação de área com armas de pequeno calibre (*miniguns*) a fogo de artilharia (obus de 105mm do *AC-130*) ou destruição de alvos materiais [*Hard Target = propriedade tangível. Soft Targets* = pessoas e animais] com mísseis *Hellfire* e várias bombas de precisão guiadas. As forças amigas podem configurar os efeitos e direcioná-los com precisão para destruir os insurgentes, limitando, ao mesmo tempo, os danos colaterais.

A recente criação da força-tarefa *Odin* do Exército, no Iraque, reflete a compreensão do valor da capacidade aérea e a disposição para desembolsar o custo.[16] O Exército criou uma força *ad hoc* de aeronaves *C-12*, aeronaves *Shadow* e *Warrior* não-tripuladas e helicópteros *Apache*, controlados taticamente por destacamentos terrestres norteamericanos e iraquianos, para poder ver o inimigo, deslocar-se e abrir fogo contra o mesmo. O Exército desviou recursos escassos para aumentar a capacidade fornecida pela Força Aérea no teatro.

Sim, a capacidade aérea é extremamente relevante à *COIN*. Taticamente, confere a pequenos destacamentos a percepção da situação, mobilidade e poder de fogo necessários para sobrepujar os insurgentes e explorar a vulnerabilidade, impedindo-os de concentrar forças de combate ou de ocupar posições fixas. No entanto, devemos ter cuidado para não exagerar o valor da mesma.

Ultimamente, seus defensores, liderados pelo Brigadeiro-do-Ar Charles Dunlap e pelo Dr. Phillip Meilinger, clamaram por aborda-

gem de *COIN* aerocêntrica.[17] Infelizmente, concentraram-se em aspectos cinéticos – um dos pontos fortes da capacidade aérea – e não na batalha política que é maior, raramente afetada por tal poder. Não se derrota uma insurreição, dizimando insurgentes, salvo se aniquilarmos todo o segmento da sociedade cujo agravo deu origem à insurgência. Esses defensores da capacidade aérea são como aqueles que descobriram a milagrosa penicilina, que cura uma infinidade de infecções bacteriológicas. Do mesmo modo, a capacidade aérea destrói rapidamente os insurgentes identificáveis. Lamentavelmente, nem todas as infecções são devido à bactéria e a penicilina não é eficaz contra infecções virais, tal como a capacidade aérea não enseja o contato persistente, cara a cara, necessário para livrar os cidadãos da influência de atividades insurgentes na vizinhança.

A estratégia de "controle aéreo" da Real Força Aérea no Iraque durante os anos 1920 e 1930, frequentemente citada como ótimo exemplo de *COIN* aerocêntrica, empregou sua capacidade aérea em conjunto com pequenos destacamentos de forças terrestres para combater concentrações de rebeldes e levar a cabo represálias em aldeias. Embora taticamente bem sucedida em coagir as autoridades tribais da região e proteger as forças terrestres, produziu apenas efeitos temporários e nada fez a fim de estabelecer uma administração local no território. Naturalmente, os britânicos não tinham a menor intenção de estabelecer instituições locais que competissem com a influência do Império.[18]

A vantagem militar da capacidade aérea em controlar a posição mais elevada vira desvantagem (ou é irrelevante) em outras fases da *COIN* destinadas a controlar a população que vive lá embaixo, na superfície. Não oferece a presença do "tira na esquina", nem presta serviços comunitários básicos. A população local vê e solicita assistência das forças terrestres e de outros representantes governamentais na área, mas virtualmente não possui qualquer contato com a capacidade aérea. A *IW* e a *COIN* tem a ver com a legitimidade do governo – administração íntima e pessoal. O contato cara a cara não é o ponto forte da capacidade aérea.

É preciso lembrar que a *COIN* em si não é luta centrada em forças armadas, sem atribuição de funções terrestres e aéreas independentes ou forças militares em geral. O planejamento estratégico deve ocorrer durante a fase interagencial com a nação parceira, cuja agenda e considerações políticas locais, bem como os insumos das interagências norteamericanas devem fazer parte de qualquer operação militar planejada. Em muitos casos, essas considerações dão forma ou impedem as operações militares. Em *COINs*, os políticos são os que controlam a guerra. Os militares da Força Aérea que possuem experiência em *IWs/COINs* devem oferecer dados bem informados à estratégia, mas não representam a força propulsora por detrás da mesma. É uma guerra, mas distinta.

Na melhor das hipóteses, a força militar é um mal necessário durante as *COINs*, útil em derrotar formações militares, instituindo a segurança inicial suficiente para permitir que a polícia local e forças de segurança assumam o controle, criando condições favoráveis para o desenvolvimento político e econômico local. No Vietnã e Afeganistão, demonstramos que as forças militares norteamericanas podem aniquilar totalmente os insurgentes que se reúnem em massa ou em formações militares convencionais. Como aprendemos na época e continuamos a aprender agora no Iraque, é muito difícil para as forças militares convencionais localizar e tomar conta de força insurgente dispersa que se esconde em áreas urbanas e entremeio à população.

As Forças Convencionais: Estratégica e Operacionalmente Ineptas em Contrainsurgências

Se tudo que temos é um martelo, o que resta é prego.

—Bernard Baruch

Atualmente, as "forças de propósito geral", muito bem adaptadas às exigências de conflitos mecanizados e de alta intensidade, ironicamente, são tudo, menos de propósito geral. Estamos agora organizados, treinados e equipados para levar a cabo uma guerra convencional, ou seja, um conflito entre entidades políticas públicas que utilizam forças militares organizadas em hierarquia.

Não seria problema se os insurgentes apresentassem alvos corriqueiros e reagissem de forma normal. Infelizmente, não é o caso. Os insurgentes também estudam história e aqueles que não aprendem são rapidamente removidos do "*banco genético*". Os sobreviventes projetam as estratégias que anulam as vantagens das forças convencionais de magnitude e poder de fogo.

Os militares atuais passam por excelente treinamento para sairem vitoriosos em guerra convencional. Como todos os profissionais competentes, em situação desconhecida buscamos primeiro as ferramentas que melhor conhecemos. A doutrina de *COIN* tanto do Exército como do Corpo de Fuzileiros Navais agilmente reconhece essa armadilha: "As forças militares que derrotam com sucesso as insurgências são geralmente aquelas capazes de superar a tendência sistêmica em travar guerra convencional contra os insurgentes."[19] A doutrina da Força Aérea talvez não expresse essa ideia de forma clara, mas reconhece implicitamente que: "A *IW* não é um tipo de guerra periférica normal."[20]

Um recente estudo da *RAND* esclarece inequivocamente esse ponto. Após breve pesquisa da experiência norteamericana em pequenas guerras antes de 1960, analisando em maiores minúcias a Guerra do Vietnã e as operações em curso no Iraque concluiu que pequenos destacamentos flexíveis, sem estarem restritos pela doutrina e organizações tradicionais, combatem com sucesso a atividade insurgente, diretamente ou em conjunto com as forças locais. As forças convencionais, apesar de bom planejamento e doutrina de *COIN*, travam batalha contra insurgentes sem sucesso, refletindo o ponto de vista e tradição organizacional. Sentem-se bem com batalhas decisivas e poder de fogo, mas não com restrições de operações político-militares de longa duração e com aliados não muito hábeis.[21]

No recente "surto" de forças de combate no Iraque, continuamos a testemunhar a determinação de sair em busca de uma batalha decisiva contra os insurgentes, maximizando a utilização da vantagem de fogo, apesar da atual ênfase em treinamento *COIN* dentro do Exército. A doutrina de *COIN* coloca ênfase na natureza prolongada do conflito e a necessidade de estabelecer uma administração governamental na nação parceira e uma sociedade civil, juntamente com a capacidade militar. O estudo da *RAND* envia uma mensagem clara: a doutrina de *COIN* é válida, mas a doutrina que se encontra na estante não pode competir com uma vida de educação e treinamento convencional. Podemos levar a cabo uma *COIN*. Simplesmente recusamos ou esquecemos de fazê-lo.

Do mesmo modo, devido ao projeto, treinamento e atitude as forças de propósito geral são configuradas a levar a cabo a missão sem a assistência de agentes locais ou das forças da nação parceira. Isso causa grandes problemas durante as missões de *COIN*. O Dr. Meilinger lamenta o fato de que os governos que dependem da ajuda dos EUA são muitas vezes retratados e percebidos como "marionetes" dos Estados Unidos, uma desvantagem quando competem pela legitimidade.[22] Tal acusação reflete a percepção autêntica dos padrões operacionais preferidos pelas nossas forças convencionais. Nossa prática militar corriqueira de chegar com força esmagadora e operar independentemente do controle de outra nação reforça a percepção de sermos um participante estrangeiro – "imperialista".

Para obter e manter a legitimidade, o governo da nação anfitriã deve projetar a aparência de estar no comando. Algo que só se consegue com o estabelecimento de forças locais que assumirão a liderança na luta contra os insurgentes. Uma leitura rápida dos anais da Força Aérea acerca das operações *Iraqi Freedom* e *Lasting Freedom* revela que ignoramos tal premissa. Até julho de 2008, o Resumo do Poder Aéreo da Força Aérea *[Air Force Airpower Summary]* nada revela sobre as operações e ca-

pacidade da Força Aérea iraquiana – apenas *sorties* americanas e da coalizão – embora recentemente encontram-se algumas contribuições da mesma.[23] Para providenciar capacidade de *COIN* e assegurar o enfoque de forças de propósito geral bem treinadas na missão convencional devemos remover a distração da *IW/ COIN* das forças convencionais, desenvolvendo organizações distintas feitas sob medida para combater em *IWs/ COINs*.

A Contrainsurgência Exige Forças Organizadas, Treinadas e Equipadas para a Missão

Em operações de *COIN*, não nos preocupamos tanto com o valor da capacidade aérea como com sua origem. As forças externas servem de paliativo, mas não oferecem a solução. A Força Aérea deve levar a sério a criação e manutenção da capacidade aérea nativa – estabelecendo a "*100-wing Air Force*" sugerida pelo secretário de Defesa Robert Gates.[24] Em suma, devemos criar e manter capacidade de defesa interna estrangeira *[Foreign Internal Defense - FID]* para a Força Aérea, que estabeleceria cerca de 60 outras Alas para os países parceiros.

A criação de capacidade institucional *FID* para a Força Aérea e um grupo de peritos em *COIN* para a missão demanda o estabelecimento de Ala permanente enfocada naquela missão. Por que uma Ala? Porque lutamos, treinamos e alocamos recursos dessa maneira. Deve ser dividida em duas partes iguais: Ala de treinamento técnico e Ala composta operacional para *IWs* e *COINs*. Poderíamos denominá-la de Ala *IW* com um Grupo *FID* como componente de treinamento e um Grupo *COIN* como a divisão de operações.

O Grupo *FID* estabeleceria a capacidade aérea do país estrangeiro ou preencheria as lacunas na organização existente. Muitos países que enfrentam insurgências ou abrigam terroristas não possuem capacidade aérea eficaz. Alguns contam com aeronaves, mas o recrutamento, treinamento, comando ou capacidades de apoio continuado são inferiores – funções básicas da Força Aérea que podemos ensinar a eles. O Grupo *FID* necessita de especialistas em todas as funções organizacionais da Força Aérea (organização, treinamento, equipamento, provisão de forças, desenvolvimento de doutrina, etc.) para estabelecer a capacidade do país parceiro para que possa sustentar a luta.

O Grupo *COIN* providenciaria treinamento em emprego do poder aéreo e estabeleceria a capacidade inicial, demonstrando assim a utilidade de tal capacidade às nações parceiras. O Grupo, encarregado de treinamento em emprego e controle de forças (ou seja, ensino de táticas, planejamento, comando e controle), necessitaria de pequeno grupo de aeronaves – nem de alta, nem de baixa tecnologia, mas sim com a tecnologia correta para cada país em particular. Os sistemas de armas do grupo dariam proficiência à missão, capacidade de combate inicial e modelo para colocar em operação a nação-parceira. Devemos selecionar armas e sistemas de apoio de acordo com capacidade, acessibilidade, manutenção e compatibilidade com outras nações na região pertinente. Algumas nações podem operar caças *F-16*, mas não a maioria. A Ala deve contar com sistemas especializados, não porque necessitamos de novas capacidades, mas porque os sistemas devem atender aos requisitos específicos e limitações do país parceiro.

Se a estratégia requer a transferência desses sistemas à nação parceira, a Ala *IW* deve ser a proprietária dos mesmos. Caso contrário pode arrendá-los, reduzindo custo e permitindo o câmbio de sistemas específicos de armas para que se encaixem a uma variedade de nações parceiras.

O Grupo *COIN* deve possuir uma variedade de capacidades (vigilância, transporte aéreo, ataque) e um pequeno centro de operações aéreas combinadas para o comando e controle administrativo da Ala destinados a dezenas, não milhares, de *sorties* diários. Os elementos tipo esquadrão como ataque leve, mobilidade, inteligência, vigilância, reconhecimento e sistemas de asa rotativa devem ser adequados. Devemos dimensionar a Ala *IW* para que funcione como núcleo em torno do

qual desenvolveremos a capacidade da nação parceira, sem tentar fazer dela uma força aérea nacional completa.[25]

Essa Ala apresenta uma capacidade de combate básico inicial. Se o parceiro não dispõe de recursos para enfrentar insurreição avançada ou em grande escala, suplementaríamos a Ala *IW* com Força Expedicionária Aérea convencional *[Air Expeditionary Force - AEF]*. Como conseguem destruir alvos militares, as forças convencionais deslocam-se eficazmente contra as forças insurgentes, operando de forma concentrada ou em campo aberto. Quando esgotamos tais alvos, em geral rapidamente, retiramos a *AEF*, retrocedemos, tomando posição nos bastidores do governo local e da equipe política norteamericana de apoio. Após tomar conta da ameaça inicial, necessitamos somente de pequena estrutura de aeronaves especializadas para apoiar as operações de *COIN*.

A Ala *IW* também propicia à Força Aérea ambiente favorável para a formação de peritos em *IW/COIN* com credibilidade, bem como estrategistas para os comandantes combatentes regionais. Dedicamos enorme quantidade de tempo e recursos, treinando pessoal para travar as Grandes Guerras. Devemos fazer o mesmo em escala de *IWs*, se quisermos ser bem sucedidos. Caso contrário, estamos sujeitos a repetir a mesma história dos últimos anos, ou seja, o treinamento na amarra, durante a missão ou o regresso às operações convencionais com intenso uso de fogo. A "perda" de homens-hora em salas de aula e exercícios práticos é infinitamente preferível à perda de vidas (na maioria, membros da população civil da região e de nossas forças terrestres), à medida que aprendem a lutar em guerrilhas sujas.

A *FID* ensina a lição fundamental de que o melhor equipamento, treinamento e intenções não funcionam se não ganharmos o respeito do pessoal da nação parceira – leva tempo para estabelecer relações úteis com os pares. Embora o conceito de *AEF* usado para apresentar forças funcione para apoiar operações convencionais, a grande rotatividade de módulos de força-padrão não se presta às associações duradouras exigidas para a *FID* eficaz. Pelo contrário, devemos programar destacamentos de longa duração ou em rotatividade, que contam com o mesmo pessoal norteamericano para determinado país, assegurando que a organização interna da Ala dispõe de equipes especializadas na região, cujos ciclos de destacamento reagem às necessidades operacionais das nações pertinentes. A Ala *IW* estará em guerra. Se os mesmos indivíduos não conseguirem permanecer durante toda a guerra, devemos assegurar que voltarão com regularidade.

O estabelecimento de relações e respeito mútuo exige também que todo o pessoal em contato com o país parceiro invista em aprender a cultura e o idioma. A Ala *IW* deve manter uma série de qualificações em idiomas voltadas às regiões de possível interesse aos EUA. A imersão cultural-linguística de pequeno número de indivíduos dentro da Ala renderia maiores dividendos do que tentar dar a todos conhecimento básico em diferentes idiomas e culturas.

As Características das Forças em Guerras Irregulares/ Contrainsurgência

A *COIN* bem sucedida requer que a nação parceira, sob ataque, assuma a liderança das operações. Afinal de contas, a guerra é para ver quem governará a população, algo que não cabe aos Estados Unidos. Assim, a nação parceira deve oferecer e arcar com as despesas da maioria das forças. Devemos limitar o equipamento e sistemas aqueles que podem pagar, operar e manter. Como mencionado acima, durante a *IW/COIN*, uma força norteamericana com as dimensões de Ala, servindo como núcleo de capacidade da nação parceira, é mais valiosa do que grande quantidade de sistemas de armas. Ao mesmo tempo, os insurgentes necessitam ser furtivos, o que efetivamente restringe a ameaça de sabotagem às forças aéreas amigas, pequenas armas de fogo e de artilharia antiaérea e alguns pequenos mísseis terra-ar que, por sua vez, reduzem os requisitos técnicos, de desempenho e custo da capacidade aérea que é feita sob medida para a missão de *COIN*.

Optar em não dispender recursos em organização e capacidades dedicadas à *IW/COIN* equivale à falsa economia. A ausência de Ala *IW* obriga-nos a empregar meios convencionais em conflitos irregulares. Diariamente, a capacidade aérea convencional comprova que consegue levar a cabo missões cinéticas no Iraque e Afeganistão, mas o custo é terrível: $18 bilhões de dólares ($8 bilhões de dólares em aquisições e $10 bilhões de dólares em operações e manutenção) no ano fiscal de 2007 para colocar em execução as operações aéreas no Iraque e Afeganistão. De 2001 a 2007, a Força Aérea gastou um total de $63 bilhões de dólares naquelas operações.[26]

A manutenção de frota de *B-1, KC-10, F-15, TR-1*, e assim por diante, para lá de vez em quando lançar uma arma em espaço aéreo, quando permitido, é como caçar mosquito com espingarda de elefante. Esses sistemas de armas (bem como apoio logístico e estrutura de comando e controle) são inestimáveis contra tropas concentradas de inimigo tecnologicamente capaz, mas em *COINs* utilizamos apenas uma fração de seu potencial. Contudo, consumimos recursos com rapidez astronômica. Pior ainda, essas forças convencionais contribuem pouco ou nada para a elaboração de capacidade para o país parceiro. O gasto de $1 bilhão de dólares por ano em força de *COIN* dedicada, comparado a $18 bilhões, removeria grande pressão da contabilidade de manutenção e recapitalização da Força Aérea. Até investirmos em pessoal, organizações e sistemas de armas dedicados ao estabelecimento de capacidade aérea para a nação parceira, enfrentaremos um desgaste sem fim e caro em destacamentos de *AEF* como a única opção em conflitos não-convencionais.

Regressamos à Pátria Quando a Nação Parceira Conseguir Dominar a Luta

Taticamente, contamos com doutrina de *COIN*. Estrategicamente e em ambiente conjunto, (talvez incidentalmente), não existe uma doutrina de *COIN*. Possuímos, no entanto, a Publicação Conjunta 3-07.1, *[Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Foreign Internal Defense - FID]* . A doutrina conjunta define a *FID* como "a participação de agências civis e militares em administração governamental durante qualquer programa dinâmico levado a cabo por outro governo ou organização designada para liberar e proteger sua sociedade de subversão, anarquia e insurgência" (ênfase adicionada).[27] De forma intencional ou não, essa definição reconhece o ponto fundamental, na maioria das vezes esquecido para a vitória em *IWs* e/ou *COINs*. Um poder externo não pode "ganhar" a guerra, pois é uma luta pela obtenção de legitimidade política entre facções locais.

É o ponto mais importante a lembrar quando travamos uma *COIN*. A menos que se pretenda destacar forças indefinidamente, é necessário elaborar capacidade e legitimidade para a nação parceira, o que exige empenho discreto que coloque as forças locais na liderança o mais rápido possível. Como disse T.E. Lawrence [*Lawrence da Arábia*], "Não tentem fazer demais com as próprias mãos. É melhor que os árabes façam toleravelmente o que vocês fazem de forma perfeita. A guerra é deles e vocês estão aqui para ajudá-los, não para ganhar a guerra para eles."[28] Assim, pensamos em vitória em termos da Força Aérea Iraquiana voando *Tucanos* e *Mi-17s* de forma adequada e não a Força Aérea dos Estados Unidos voando *F- 22s* e *CV-22s* impecavelmente.

O fracasso da Força Aérea é justamente isso. Deixa de elaborar a capacidade aérea para a região. Sua capacidade incomparável vai muito além do que a maioria das nações necessitam ou podem alcançar. Com exceção do 6º Esquadrão de Operações Especiais do Comando de Operações Especiais da Força Aérea *[Air Force Special Operations Command's 6th Special Operations Squadron]* e do 370º Grupo de Assessoria Aérea Expedicionária do Comando Central das Forças Aéreas *[US Central Command Air Forces' 370th Air Expeditionary Advisory Group],* a Força Aérea não possui organização e infraestrutura dedicada ao desenvolvimento de capacidade aérea para a região em conflito. Um pequeno destacamento, o

6º, enfoca-se em treinamento tático das forças aéreas locais existentes para apoiar as atividades das forças de operações especiais. O 370º possui efetivo e capacidade maiores, mas funciona como destacamento *ad hoc*, sem infraestrutura organizacional, treinando apenas as forças aéreas do Iraque e Afeganistão.

Para exercer *FID*, devemos criar uma organização dedicada a essa missão. Se ninguém é responsável, ninguém se responsabiliza. Os Estados Unidos não podem policiar o mundo todo, mas podem garantir que a autoridade regional estará de prontidão para manter ordem na sociedade de que fazem parte. ❑

Notas

1. *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington, DC: The White House, March 2006), 15–16, http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf.

2. *Quadrennial Defense Review Report* (Washington, DC: Department of Defense, 6 February 2006), vii, http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/QDR20060203.pdf.

3. Julian E. Barnes e Peter Spiegel, "A Battle over 'the Next War,'" *Los Angeles Times*, 21 July 2008, http://www.latimes.com/news/nationworld/nation/la-na-nextwar21-2008jul21,0,4824552.story (acessado em 1 de agosto de 2008).

4. É a opinião do autor, baseada em extensa correspondência eletrônica com os oficiais [de major a coronel] do Estado-Maior da Força Aérea encarregados de tomar ação. Estritamente falando, a atual violência no Iraque iniciou como resistência à ocupação norteamericana após a guerra convencional de 2003. O fato de que o inimigo emprega estratégias e tática de insurgência reflete a utilidade do modelo. Vem a ser insurreição clássica. Várias facções enfrentam o governo pós-Saddam em disputa pela legitimidade.

5. A doutrina de IW afirma que o "domínio assolador dos Estados Unidos durante as últimas guerras convencionais faz com que seja altamente improvável que a maioria dos adversários decida lutar, utilizando métodos tradicionais." Air Force Doctrine Document (AFDD) 2-3, *Irregular Warfare*, 1 August 2007, 1, http://www.fas.org/irp/doddir/usaf/afdd2-3.pdf. O *Quadrennial Defense Review Report* explicitamente clama por mudança em ênfase, de operações convencionais à irregulares (vi). De acordo com o *National Defense Strategy* (Washington, DC: Department of Defense, June 2008), "Devemos demonstrar a mesma mestria em guerras irregulares que possuímos em combate convencional" (4).

6. Stockholm International Peace Research Institute, *SIPRI Yearbook 2008: Armaments, Disarmament and International Security, Summary* (Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2008), http://yearbook2008.sipri.org/files/SIPRIYB08summary.pdf (acessado em 16 de julho de 2008). O relatório SIPRI cobre três conflitos convencionais: Eritrea-Etiópia, 1998–2000; India-Paquistão (Kargil), 1998–2003; e os EUA/coalizão-Iraque, 2003. O quarto é o recente conflito Rússia/Geórgia acerca da Ossétia do Sul.

7. Angel Rabasa et al., *Ungoverned Territories: Understanding and Reducing Terrorism Risks*, RAND Project Air Force, Report MG-561-AF (Santa Monica, CA: RAND, 2007), xv–xix, http://www.rand.org/pubs/monographs/2007/RAND_MG561.pdf.

8. Ver Richard F. Grimmett, *Instances of Use of United States Armed Forces Abroad, 1798–2007*, CRS Report for Congress, RL32170 (Washington, DC: Congressional Research Service, 14 January 2008), http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL32170.pdf.

9. AFDD 2-3, *Irregular Warfare*, 1.

10. Ibid., 3.

11. Joint Publication (JP) 1-02, *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, 12 April 2001 (de acordo com emendas até 26 de agosto de 2008), 130, 269, https://jdeis.js.mil/jdeis/new_pubs/jp1_02.pdf (acessado em 16 de outubro de 2008).

12. JP 3-07.1, *Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Foreign Internal Defense (FID)*, 30 April 2004, ix, http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp3_07_1.pdf.

13. AFDD 2-3, *Irregular Warfare*, 1.

14. Army Field Manual (FM) 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-33.5, *Counterinsurgency*, 15 December 2006, 1-1, http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf.

15. As tropas estrangeiras em controle indicam ocupação e não COIN. Um problema similar, mas com execução e resultado bem diferentes. A atual predominância de tropas americanas no solo no Iraque e Afeganistão não reflete situação doutrinária, mas é o resultado da realidade tática e a lacuna em poder que restou após a destruição dos regimes anteriores pelos Estados Unidos.

16. Thom Shanker, "U.S. Army Developing Airborne Surveillance Force," *International Herald Tribune*, 20 June 2008, http://www.iht.com/articles/2008/06/20/america/military.php (acessado em 17 de julho de 2008).

17. Maj Gen Charles J. Dunlap Jr., *Shortchanging the Joint Fight? An Airman's Assessment of FM 3-24 and the Case for Developing Truly Joint COIN Doctrine*, Air University Monograph (Maxwell AFB, AL: Air University, 2008), http://www.au.af.mil/au/aul/aupress/ARI_Papers/DunlapARI1.pdf; and

Phillip S. Meilinger, "Counterinsurgency from Above," *Air Force Magazine* 91, no. 7 (July 2008): 36, http://www.airforce-magazine.com/MagazineArchive/Documents/2008/July%202008/0708COIN.pdf.

18. James S. Corum e Wray R. Johnson, *Airpower in Small* Wars*: Fighting Insurgents and Terrorists* (Lawrence: University Press of Kansas, 2003), 54–66.

19. FM 3-24 / MCWP 3-33.5, *Counterinsurgency*, ix.

20. AFDD 2-3, *Irregular Warfare*, 3.

21. Austin Long, *Doctrine of Eternal Recurrence—The U.S. Military and Counterinsurgency Doctrine, 1960–1970 and 2003–2006*, RAND Counterinsurgency Study, Paper 6 (Santa Monica, CA: RAND, 2008), 27, http://www.rand.org/pubs/occasional_papers/2008/RAND_OP200.pdf (acessado em 1 de julho de 2008).

22. Meilinger, "Counterinsurgency from Above," 36.

23. Air Force Print News, "July 30 Airpower Summary: KC-10s 'Extend Air Ops,'" 31 July 2008, *Air Force Link*, http://www.af.mil/news/story.asp?id=123108928 (acessado em 1 de agosto de 2008).

24. Secretary of Defense Robert M. Gates, "Secretary Gates [*sic*] Remarks at Maxwell-Gunter Air Force Base, Montgomery Alabama, [21 April 2008]" (Washington, DC: Department of Defense, Office of the Assistant Secretary of Defense, Public Affairs, 2008), http://www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=4214 (acessado em 21 de julho de 2008).

25. Para maiores detalhes, ver Col Billy Montgomery, "USAF Irregular Warfare Concept," Informe Oficial do Governo (Hurlburt Field, FL: Air Force Special Operations Command, May 2007), http://www.excaliburrd.com/docs/AT-6Project/AFSOCWhitePaperUSAFIrregularWarfare.pdf

26. *Analysis of the Growth in Funding for Operations in Iraq, Afghanistan, and Elsewhere in the War on Terrorism*, Congressional Budget Office Report to the United States Senate Committee on the Budget (Washington, DC: Congressional Budget Office, 11 February 2008), 6, 9, http://www.cbo.gov/ftpdocs/89xx/doc8971/02-11-WarCosts_Letter.pdf (acessado em 9 de agosto de 2009).

27. JP 1-02, *Department of Defense Dictionary*, 216.

28. T. E. Lawrence, "Twenty-Seven Articles," *The Arab Bulletin*, 20 August 1917, in *The World War I Document Archive*, http://wwi.lib.byu.edu/index.php/The_27_Articles_of_T.E._Lawrence (acessado em 17 de outubro de 2008). Lawrence descrevia suas tentativas durante a revolta Árabe contra os Turcos Otomanos durante a Primeira Guerra Mundial.

Coronel John D. Jogerst, Reformado USAF. Frequentou a Academia da Força Aérea dos Estados Unidos *[USAFA]*. Recebeu o Mestrado em Ciências da University of Arkansas. Foi navegador de *C-130 / MC-130* e comandou os componentes da aviação das forças especiais destacados ao teatro de guerra durante as operações *Provide Comfort*, *Enduring Freedom* e *Iraqi Freedom*. Foi comandante de esquadrão, comandante da Escola de Operações Especiais *[USAF Special Operations School]* e membro do corpo docente da Escola Superior de Guerra da Aeronáutica *[Air War College]*, como Catedrático das Forças de Operações Especiais. Formado pela Escola de Oficiais de Esquadrão *[Squadron Officer School], Escola Superior de Comando e Estado-Maior da Aeron*áutica [*Air Command and Staff College*] e Escola Superior de Guerra da Aeronáutica *[Air War College]*.

A Operação do Sistema Distribuído *Common Ground*

O Fator Humano em Operações Rede-Cêntricas

TENENTE-CORONEL JASON M. BROWN, USAF*

IMAGINE UMA situação bastante comum nas montanhas do Afeganistão. Os Insurgentes Talibãs preparam-se para fazer uma emboscada contra uma caravana militar de aliados na província de Helmand. Coordenam um esquema de manobras, a sequência de ataque e a batida em retirada entre os outros membros do grupo dispersos pelas colinas, ao longo da estrada por onde passaria o comboio. A milhares de quilômetros de distância, em uma sala de 370 m² repleta de telas com imagens, mapas, telemetria e vídeos, uma analista de sinais *(SIGINT)* do13º Esquadrão de Inteligência *[13th Intelligence Squadron]* percebe que uma emboscada está prestes a ocorrer. Rapidamente aperta o botão ligado ao monofone, comunicando-se com o piloto de um *U-2* a meio mundo de distância: "*Morcego* zero-seis, aqui é *GMS* atualizando o *Viúva* zero-dois." Rapidamente passa os detalhes da emboscada. A fim de transmitir os dados o piloto sintoniza a frequência *Viúva* 02, que é o controle aerotático das forças conjuntas designado ao comboio.

---

*O autor é comandante do 13º Esquadrão de Inteligência na Base Aérea Beale, Califórnia.

A conclusão da tarefa ocorre após o término da comunicação, quando o comandante de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento *[Intelligence–Surveillance–Reconaissance–ISR]* para aquela missão, oficial-líder do grupo que processa os dados do *U-2*, reúne todos os líderes de seção a seu redor. Todos removem os monofones e o grupo forma um semi-círculo no centro da grande sala. Na atmosfera, o aumento de energia é palpável. O comandante da missão *ISR* dirige-se ao grupo, discutindo o plano para refinar as coordenadas da possível emboscada. Volta-se ao chefe da seção de análise e relatórios, pedindo-lhe que incorpore o relatório de inteligência da área mais recente ao histórico de *SIGINT* e às imagens compiladas pelo grupo e outras divisões. O comandante de *ISR* formula um plano com outro comandante de missão. O esquema envolve dois sistemas de aeronaves não-tripuladas, o *RQ-4 Global Hawk* e o *MQ-1 Predator*, para confirmar os dados obtidos pelo *U-2*. Finalmente, ordena que a equipe coordene tudo com os pares encarregados de inteligência para o batalhão no centro de operações táticas, cuja senha é *Viúva*. Momentos após, dois militares da Força Aérea separados por 12 fusos horários trocam dados sobre a possível emboscada em tempo real através de programa bate-papo sigiloso. De repente, uma torrente de dados secretos acerca da localização do inimigo chega ao centro de operações táticas *Viúva*. Em poucos minutos, os caçadores talibãs viram caça.

Diariamente, os profissionais especializados em inteligência levam a cabo esse tipo de operações de combate. Executam missões de *ISR* que alertam os soldados em patrulha e os fuzileiros navais de que existe ameaça, localizam possíveis dispositivos explosivos improvisados ao longo das rotas de comboio e rastreiam os insurgentes. Esses profissionais não operam somente de bases remotas avançadas em áreas de conflito no Iraque e Afeganistão, mas também de bases e agências nos Estados Unidos e ao redor do mundo. Muitos fazem parte do Sistema Distribuído *Common Ground [Distributed Common Ground System – DCGS]*, um sistema de armas para o século *XXI*, único e potente.

Embora seja sistema humano, o *DCGS*, manuais e literatura sugerem o contrário. Por exemplo, segundo o Conceito de Capacitação do Sistema Distribuído *Common Ground* da Força Aérea *[Force Distributed Common Ground System Enabling Concept]* é um sistema global, poderoso, rede-cêntrico denominado sistema de armas de *ISR AN/GSQ – 272 SENTINEL*."[1] Esse conceito, como muitos outros documentos do *DCGS*, coloca em destaque as operações centradas em rede e de tecnologia máquina-máquina e não a habilidade dos profissionais que operam o sistema. Muitas vezes é difícil encontrar na literatura do *DCGS* análise referente ao fator humano que mobiliza ou impede a busca de "inteligência proativa" ou a execução da "cadeia de destruição".[2]

Essa falta de ênfase em fator humano inadvertidamente mascara a importância do sucesso ou fracasso do *DCGS*, um sistema de armas baseado em rede e não em plataformas. Com efeito, um dos aspectos mais característicos do sistema é o fato de que seu desempenho está vinculado mais ao ser humano do que à plataformas.[3] Em outras palavras, a qualidade do *DCGS* depende mais da complexa e quase intangível rede de diferentes comportamentos e habilidades humanas, i.e., o *fator humano* do sistema, do que da maquinária. Os consultores da *RAND,* John Arquilla e David Ronfeldt, reconheceram o fato em 1997:

> "A revolução em informática não tem a ver única e exclusivamente com a tecnologia. É uma reviravolta organizacional-administrativa-tecnológica. Assim, a ênfase (. . .) não é tanto em avanço tecnológico, mas sim em problemas que apresentam à organização e às interações entre as mudanças tecno-organizacionais que afetam doutrina e estratégia.
>
> (. . .) A revolução em informática favorece e fortalece as organizações rede-cêntricas, ao mesmo tempo dificultando as hierárquicas. O surto de organizações em rede – particularmente "daquelas com todo tipo de canal", em que cada núcleo consegue comunicar-se com qualquer outro é um dos resultados mais importantes desta revolução em todas as arenas: política, econômica, social e militar.
>
> (. . .) colocará as forças militares (e policiais) dos Estados Unidos, sob pressão cada vez maior para que formulem novos conceitos organizacionais, doutrinários, estratégicos e táticos.[4]"

Em seguida apresento a problemática e o que ocorre quando se tenta levar a cabo as operações de *ISR* dentro do sistema de armas *DCGS* do Departamento de Defesa *(DoD)* e da comunidade de inteligência *(IC)* como um todo. O *DCGS* está em processo de evolução, passando a agrupamento de "sistemas" interconectados que abrange o *DoD* e a comunidade de inteligência.[5] O que se perde nesse processo é que o *DCGS*, em última análise, é um sistema humano. O equipamento, os programas e elos de comunicação são ferramentas. Aqueles que operam o *DCGS* entendem que o fator humano define o sistema mais do que qualquer outro.

O Que (ou Quem) É o Sistema Distribuído *Common Ground*

Para compreender o *DCGS* em primeiro lugar devemos entender o impacto de *ISR* no campo de batalha moderno. Segundo o *Theater ISR CONOPS* [Conceito de Operações] da Força Aérea, publicado em 2008, "a tecnologia, a natureza do ambiente operacional conjunto e o *modus operandi* dos adversários fazem com que o insumo de *ISR* em operações conjuntas seja ainda mais crítico agora do que nunca."[6] Tal função em tempo real é tão importante que os comandantes não iniciam a missão sem *ISR* ou grupos específicos como o *DCGS*.

O*DoD* estabeleceu o *DCGS* como "grupo de sistemas" interativo formulado pelas diferentes forças, devido a experiência obtida durante as operações *Desert Storm* e *Allied Force*.[7] Inicialmente, a Força Aérea estabeleceu cinco postos terrestres de fácil transporte *[Deployable Ground Stations – DGS]* e equipados com sistemas de inteligência de milhões de dólares. O essencial é que receberam todo tipo de pessoal especializado em inteligência e comunicação. O *DGS* é a infraestrutura básica do *DCGS* para processar e explorar dados de fontes múltiplas (*multi-INT*) e colocar em execução controle de sensores."[8] Além das cinco infraestruturas, a Guarda Nacional Aérea opera alguns postos menores e interconectados.

Devido a alta tecnologia dos postos *DGS*, leigos muitas vezes consideram os mesmos como sendo núcleos *multi-INT* de processamento, emprego e divulgação *[processing, exploitation and dissemination - PED] de ISR* aerotransportados, organizações de apoio suplementar ou fusão de inteligência e centros de produção. Define parte da missão, mas os *DGS* e a organização *DCGS* abrangem muito mais. A Força Aérea não vê o *DCGS* como organização tradicional de apoio que suplementa a análise e planejamento a longo prazo. A Força integra o sistema às operações de combate da mesma forma que qualquer outro sistema de armas. Diariamente, os *DCGS* levam a cabo as operações de combate. Os dados não processados são compilados, transformados em inteligência relevante que é passada aos operadores dentro de minutos (ou segundos, dependendo da fonte). Esses profissionais ou operadores são treinados, a fim de reconhecer as nuances da linguagem, imagem e vídeo. No entanto, sua conectividade às operações de combate cria problemática com a qual os operadores tradicionais estão bem familiarizados mas que são relativamente novos às organizações e destacamentos maiores dedicados à inteligência.

Os operadores entendem o comentário do Marechal-de-Campo alemão Helmuth von Moltke *(o mais velho)* que "plano algum sobrevive o primeiro contato [físico] com o inimigo." No ambiente atual, conciliar o plano à realidade é importante aos operadores de *ISR*, à infantaria e aos pilotos de caça. Por conseguinte, os comandantes do *DCGS* devem interpretar a orientação, traduzir o propósito e a intenção e tomar decisões que afetam a batalha. Devem reconhecer e priorizar as necessidades que aparecem e determinar que aspectos do plano manter e o que descartar durante a operação. Por exemplo, se surge uma situação de 'tropas em contato' *[Troops in Contact - TIC],* enquanto um dos postos de *DGS* executa missão de *U-2* ou *Global Hawk* na área, será que os comandantes devem parar e adiar a coleta de alvos planejados, a fim de apoiar as *TIC*? A resposta depende em dezenas de variáveis, inclusive a orientação do quartel-general superior, a importância dos

alvos agendados, a natureza das *TIC*, duração de voo e os prazos de *PED*.

O resultado dessas situações está sujeito às habilidades múltiplas e à perspicácia do comandante e do pessoal do *DCGS*, em particular sua capacidade em solucionar problemas, comunicar-se eficazmente e raciocinar de forma crítica e criativa. Os operadores de *ISR* lidam com a ambiguidade, atrito e dados incompletos inerentes a todas as operações militares. Um programa de educação e treinamento extenso é vital ao preparo de operadores de *ISR* para esse tipo de missão que exige empenho intensivo.

O Treinamento e Educação

O Departamento de Defesa reconhece, aos poucos, a demanda cada vez maior de pessoal especializado em inteligência para guerras rede-cêntricas modernas. Por exemplo, o *Theater ISR CONOPS* observa que "os seres humanos formam a base de operações conjuntas e unificadas de *ISR* e não as plataformas, sensores ou a tecnologia. Atualmente, os especialistas em *ISR* fazem parte do combate tático. Exige caráter guerreiro, raciocínio crítico, criatividade e tomada de decisão sob pressão, sem mencionar atrito."[9] O treinamento e formação de operadores *ISR* para satisfazer tais expectativas continuam a apresentar problemas para as Forças Armadas e agências nacionais de inteligência.

Liderada por oficial (o comandante da missão *ISR*), a equipe do *DCGS* da Força Aérea consiste de várias seções de análise e dados (cada qual liderada por graduado). Essas seções são modulares e expandem e contraem, dependendo da missão. A equipe inclui: célula de dados secretos de todas as fontes, denominada equipe de análise e dados *(DART)*; seções de dados de imagens (*IMINT*); dados de vídeo movimento completo [*full motion* video-*FMV]*; *SIGINT*; dados de quantificação e características distintas *[Measurements and Signatures Intelligence - MASINT]* e seções de sensor/planos de missão. Como em qualquer outro pequeno destacamento militar, a liderança e a experiência de oficiais e graduados determinam o sucesso da equipe. Esses líderes devem entender os objetivos do sistema de armas e da atividade de *ISR* e orientar os subordinados no cumprimento dessas missões. Portanto, o treinamento deve iniciar com enfoque na posição da equipe e, eventualmente, expandir para incluir a função das operações de *ISR* em campanha.

Como todos os operadores, o pessoal do *DCGS* deve completar amplo programa de formação, iniciando com o treinamento formal na Base Aérea Goodfellow, Texas. Em seguida, ao chegar aos postos de *DGS* pertinentes, passam os próximos três meses em treinamento para adquirir proficiência em diferentes missões. Finalmente, são submetidos a uma bateria de testes e à avaliação formal para determinar que posição ocuparão na equipe. Após concluir o treinamento em campo, o comandante do grupo de inteligência certifica que os militares estão "prontos para combate", designando a equipe de que farão parte. Cada grupo de *DGS* também passa por contínuo treinamento de atualização em armas e táticas amigas e inimigas, como processar os dados secretos em ambiente operacional, bem como regras de engajamento.

O aspecto formal do programa de treinamento testa cada membro das equipes em memorização de conhecimentos e habilidade técnica. Entretanto, os profissionais militares compreendem que regurgitar a informação de cor e saber como utilizar interruptores e botões não garantem a eficácia operacional. Dada a complexidade da missão do *DCGS*, as três mais importantes são a coordenação da equipe, o raciocínio crítico e a resolução de problemas. Para testá-las, cada líder de seção e comandante de missão de *ISR* passa por processo de verificação, composto de vários problemas relacionados à missão e liderança. O preparo para a avaliação resulta em uma série de outros benefícios. O essencial é que promove a interação entre os membros da equipe que possuem diferentes especialidades.

Finalmente, o programa de treinamento para o *DCGS* da Força Aérea tenta encontrar equilíbrio entre funções tradicionais de "inteligência" e "operações". O pessoal especializado em inteligência já não pode se dar ao luxo de ser classificado em funções de "análise" ou

"compilação". A guerra moderna criou a demanda em *operadores de ISR* hábeis e experientes que possuem, além de profundo conhecimento analítico e operacional, elevado grau de "raciocínio sistêmico".[10] Devem avaliar a capacidade e limites da *ISR*, tendo em conta os objetivos do comandante e o curso mais provável de ação inimiga. O talento em se compreender o que um membro da equipe precisa saber e como descobri-lo é relevante em todas as fases, da tática à estratégica. A capacidade em equilibrar o uso eficiente e eficaz dos meios de *ISR*, grupos e pessoal faz parte desse processo bastante complicado.

Como Operar Eficaz e Eficientemente

Nos últimos anos, os debates referentes à *ISR* entre as organizações militares tinham a tendência em degenerar a discussões entre eficiência e eficácia.[11] A qualidade *territorial* desses debates deu origem a paradigma que considera a eficiência e eficácia como se fossem noções opostas e não complementares. As discussões referentes a onde colocar e a quem entregar o controle das funções de inteligência, tais como análise e *PED*, são centrais ao debate. Normalmente, a justificativa para a *ISR* em posições avançadas é demonstrar maior eficácia e em guarnições, para destacar a eficiência. Na realidade, a eficácia e a eficiência podem e devem complementar uma a outra e não entrar em competição. O *DCGS* opera sob o princípio de que a harmonia deve existir entre a eficiência operacional e a eficácia tática. As operações "distribuídas" do *DCGS* alcançam tal equilíbrio, explorando a potencialidade e atenuando as limitações em guerras rede-cêntricas.

No contexto de *ISR*, o termo *operações distribuídas* descreve a habilidade do *DCGS* em atribuir missões a qualquer membro da organização, independentemente de sua localização geográfica, ao mesmo tempo mantendo as ações com grande enfoque regional[12]. Por exemplo, em apenas um mês o *DGS* sediado na Califórnia apoiou operações de *ISR* ou planejamento de ações durante crises em quatro comandos unificados.[13] Como enfrentar tal carga apresenta problemas. Apesar de cada posto de *DGS* ser bastante grande, com cerca de 500 pessoas, a demanda elevada de *ISR* pode sobrecarregá-lo com facilidade. Cada *DGS* possui uma norma que determina o efetivo mínimo previsto e o tipo de membros para cada tipo de missão. Todo posto de *DGS* é flexível, até certo ponto, podendo aumentar ou diminuir de tamanho. Essa norma baseada em precedentes históricos, exigências de combate e avaliação de risco feita pelo comandante, determina a capacidade de missão para o posto de *ISR* pertinente. As operações distribuídas permitem que a organização movimente missões inteiras ou segmentos entre os postos de *DGS*. Por exemplo, pode ser que uma missão de *Global Hawk* contenha número tão elevado de alvos *IMINT* que um só *DGS* não consegue processar, especialmente se já esteja processando missões de *Predator* e/ou de *U-2* com requisitos de *FMV*, *IMINT* e *MASINT*. Quando isso acontece, o centro de operações do *DCGS* na Base Aérea Langley, Virginia, aloca tarefas a diferentes postos em toda a organização. Em suma, uma equipe opera "virtualmente", dispersa em vários locais.

Esse tipo de concentração e distribuição de operações, baseado na extraordinária capacidade da rede, sem dúvida aumenta a eficiência do sistema. No entanto, também leva a certa inquietude que envolve a eficácia relacionada ao fator humano. A hipótese de que a *ISR* deve fazer parte de uma só equipe que toma parte em uma só batalha é boa lógica contra as operações distribuídas. Os comandantes necessitam saber que o pessoal de *ISR* entende que problemas esses comandantes enfrentam durante as operações. O sistema *DCGS* aborda essa apreensão, esforçando-se em estabelecer contacto frequente e contínuo entre os postos *DGS* e os componentes a que oferecem apoio, permitindo assim que as equipes *DCGS* mantenham enfoque regional e estabeleçam relacionamentos com os postos avançados. A rede que se encontra nos bastidores do *DCGS* permite que este último apoie, quando necessário, o desvio de apoio entre os teatros, mas a organização é tão consistente

quanto possível quando sincroniza um *DGS* ao grupo militar que apoia.

O sistema *DCGS* também reconhece a importância da interação face a face com os destacamentos que apoia. Em 2006, a Força Aérea começou a destacar oficiais de ligação *ISR (ISRLO)* do Exército e Fuzileiros Navais às divisões dos quartéis-generais à zonas de conflito, a fim de coordenar capacidades e missões de *ISR* do componente aéreo, inclusive do *DCGS*. Assim como o oficial de ligação coordena os requisitos de apoio aéreo aproximado, o *ISRLO* desempenha a mesma função para a *ISR*. Sempre que possível, os *ISRLOs* pertencem ao *DGS* que normalmente apoia esse componente terrestre ou força-tarefa. Fomenta a camaradagem e confiança entre os destacamentos de combate.

O rastreamento de inteligência dinâmica, missão central do *DCGS*, oferece ainda maior motivo para o destacamento de *ISRLOs* a postos avançados. Os oficiais encarregados de tomar ação, i.e., os comandantes em postos avançados, determinam os critérios da inteligência dinâmica. Com frequência, os comandantes articulam tais critérios via comunicação verbal ou implícita e não ordens por escrito. A menos que uma pessoa esteja na mesma sala com esses oficiais, às vezes é impossível compreender bem o que requerem. Isso não quer dizer que o pessoal não consegue manter boa comunicação e relações através das redes. O sucesso das ferramentas de redes sociais da *Internet* como o *Facebook* e *Skype* provam o contrário. Assim, o *ISRLO* é incrivelmente valioso ao sistema de armas *DCGS*. Apesar da perda de mão-de-obra, o que pode afetar negativamente a eficiência do *DCGS*, os *ISRLOs* enviados a postos avançados aumentam a eficácia ao conectar os *DGS* às forças de combate.

O principal objetivo do projeto *DCGS* é alcançar o equilíbrio entre a eficácia e a eficiência das operações. A mão-de-obra, as restrições logísticas e a demanda global, cada vez maior, para *ISR* continuam a impulsionar o desenvolvimento eficiente da iniciativa do *DCGS*. No entanto, a recente ênfase em planejamento e execução de *ISR* descentralizados também destacou o valor de relações face a face entre os operadores e aqueles que recebem seu apoio. Ao reconhecer o impacto que os *ISRLOs* causam à eficácia do apoio de *ISR*, os comandantes terrestres querem expandir os grupos ao tamanho de brigada.[14] Em última análise, ambas são necessárias, a eficácia e a eficiência. A operação interna da iniciativa *DCGS* e, certamente, a iniciativa global de *ISR* requerem o equilíbrio complementar e correto entre as duas.

Conclusão

A fim de atingir o pleno potencial das operações rede-cêntricas, devemos manter o enfoque nos fatores humanos que as influenciam. As redes permitem operações distribuídas, mas, em última análise, os profissionais bem treinados determinam o sucesso da missão. Portanto, à medida que a demanda de ISR aumenta, também continua a aumentar a procura de operadores *ISR* com ótimo treinamento. Isso já leva à expansão da organização de *PED* além do *DCGS* da Força Aérea às agências de inteligência de outras forças. À medida que a iniciativa aumenta e atinge o objetivo de vir a ser verdadeiramente inter-operativa, a comunidade conjunta deverá encontrar formas de promover o mesmo padrão de treinamento e operação com o qual os "clientes" do *DCGS* da Força Aérea já estão acostumados.

Da mesma forma, a necessidade de interação direta entre os operadores do *DCGS* e destacamentos de combate vai aumentar e não diminuir. Assim, devemos esperar que avanços tecnológicos futuros melhorem tanto a eficiência quanto a eficácia do apoio de *ISR* a esses destacamentos. A tecnologia inovadora e de ponta é particularmente importante quando gera aperfeiçoamento em interação e relacionamento entre operadores de *ISR* e os usuários de dados secretos. As ferramentas de redes humanas são críticas ao futuro da iniciativa *ISR* do mesmo modo que a manipulação de dados e o aperfeiçoamento da rede do sistema. Os avanços tecnológicos são apenas parte da solução. A expansão e o preenchimento adequado de vagas em cargos de *ISRLO*, abaixo de divisão, devem ocorrer em

conjunto com a distribuição de efetivo e desenvolvimentos tecnológicos no *DCGS*.

A comunidade das forças conjuntas deve atualizar a doutrina de inteligência para abordar a capacidade dos sistemas de armas em rede e a realidade de que a *ISR é* 'operações'. Os profissionais em inteligência tomam decisões essenciais ao sucesso da missão. As operações são extremamente dinâmicas e difíceis. O planejamento, comando/controle e execução dos sistemas de armas em rede de *ISR*, bem como a infraestrutura humana dentro desses sistemas devem evoluir a algo que mais se parece às tradicionais metodologias operacionais. Em outras palavras, as operações de *ISR* devem ser orientadas por ordens tipo missão e não por intermédio de processo demorado de gerenciamento de requisitos de compilação.

Finalmente, as comunidades de inteligência e das forças conjuntas devem planejar além da rede interligada e inter-operativa e administrar a organização de tarefas futuras do *DCGS*. Com o aumento mundial em demanda de *ISR*, as operações do *DCGS* devem flutuar entre teatros e comandantes combatentes cada vez com maior frequência. O Departamento de Defesa e a comunidade de inteligência devem determinar o relacionamento apropriado de comando e controle para satisfazer essa necessidade. Devem considerar a padronização e a maior interoperabilidade entre os grupos militares que constituem a iniciativa *DCGS*, com o objetivo final de fazer dela uma organização verdadeiramente conjunta. O *DCGS* da Força Aérea, um sistema que conta com profissionais militares de inteligência altamente enfocados, forneceria base sólida para tal empenho. ❑

Base Aérea Beale, Califórnia

Notas

1. US Air Force, *Air Force Distributed Common Ground System Enabling Concept* (Washington, DC: Headquarters Department of the Air Force, 2005), 3. Doravante denominado *DCGS da Força Aérea*.

2. A "cadeia de destruição" é definida como: *localizar; determinar posição; rastrear; determinar o alvo; engajar; avaliar*. Ver Air Force Doctrine Document 2-1.9, *Targeting*, 8 June 2006, 49, http://www.dtic.mil/doctrine/jel/service_pubs/afdd2_1_9.pdf.

3. J.P. Harvey, "Circumstances and Technology: The Effective Tasking and Use of Network-Based Assets" (tese de Mestrado, Naval War College, 2000), 7–9.

4. John Arquilla e David Ronfeldt, eds. *In Athena's Camp: Preparing for Conflict in the Information Age* (Santa Monica, CA: RAND, 1997), 5–6, http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR880/.

5. Ver *Distributed Common Ground/Surface System (DCGS) Página da Web*, 25 October 2004, https://jit.fhu.disa.mil/dcgs/index.html.

6. US Air Force, *Theater ISR CONOPS* (Washington, DC: Headquarters Department of the Air Force/A2CP, 2007), iii.

7. Department of Defense, *Capstone Requirements Document for Distributed Common Ground/Surface Systems JROCM 001-3* (Washington, DC: Department of the Army/DAMO-RQ and Department of the Air Force/AF-XORR, 6 January 2003), 1.

8. US Air Force, *Air Force DCGS*, 19.

9. US Air Force, *Theater ISR CONOPS*, 31.

10. O raciocínio sistêmico baseia-se "na perspectiva das ciências de sistemas que tenta compreender a interdependência, complexidade e integridade dos elementos dos sistemas e sua relação entre si." Field Manual 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication 3-33.5, *Counterinsurgency*, December 2006, 4-3, http://www.usgcoin.org/library/doctrine/COIN-FM3-24.pdf.

11. Michael T. Flynn, Rich Juergens e Thomas L. Cantrell, "Employing ISR: SOF Best Practices," *Joint Force Quarterly* 50, 3rd Quarter (2008): 58, http://www.ndu.edu/inss/Press/jfq_pages/editions/i50/15.pdf.

12. Joint Publication 2-01, *Joint and National Intelligence Support to Military Operations*, 7 October 2004, III-10, http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp2_01.pdf.

13. Entre julho e setembro de 2008, o *DGS-2* levou a cabo operações de ISR para o US Northern Command, US Southern Command, US Central Command e US European Command.

14. Raymond Odierno, Nichoel Brooks e Francesco Mastacchio, "Evolving ISR," *C4ISR Journal* 7, no. 8 (September 2008): 38.

Engajamento Coercivo

Análise de Segurança: Apoio às Milícias Xiitas Iraquianas pelo Irã

MAJ CHRISTOPHER FORREST *USAF*

DE ACORDO COM a Declaração de Postura da Força Aérea Americana de 2008, a *USAF* conta sempre com mais de 26 mil militares destacados para combate na guerra global contra o terrorismo[1]. Daqueles, mais de 6.200 apoiam o comandante do componente terrestre diretamente, preenchendo postos substitutos no Exército Americano[2]. Quando destacados ao Comando Central, os militares da Força Aérea enfrentam aumento em ameaças táticas pelas milícias iraquianas, cada vez mais hostis e mortais, tais como o Exército Mahdi e a Brigada Badr. Esses grupos recebem o apoio direto e indireto do Irã. Tal apoio possui inferências táticas e estratégicas às diretrizes de segurança norteamericanas. Este artigo aborda a questão de forma resoluta e propicia ao leitor maior conhecimento e entendimento dessa relação complexa, além de apresentar fórmulas sólidas para diretivas, a fim de solucionar essa crescente ameaça à segurança.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, com o colapso da União Soviética e do Muro de Berlim, os Estados Unidos encontravam-se em posição exclusiva. A nação era a única superpotência dentro de um sistema internacional em transição acelerada: da bipolaridade à unipolaridade. Contudo, isso não queria dizer que a supremacia norteamericana estaria garantida para sempre. Consequentemente, eventos na década de 90 e nos primeiros anos do novo milênio causaram novos problemas de segurança, à medida que o país enfrentava a ameaça cada vez maior do terrorismo estrangeiro. Hoje, os Estados Unidos estão engajados no Oriente Médio como nunca antes, combatendo em duas 'frentes', no Afeganistão e Iraque. Internacionalmente, tentam manter a postura unipolar.

No entanto, cada vez mais, países pelo mundo afora procuram equilibrar a potência norteamericana, estabelecendo-se como hegemonias regionais. O Irã é um deles. Seu histórico com os Estados Unidos, a ambição nuclear, a propensão em apoiar o terrorismo, bem como a proximidade a um Iraque debilitado, causam preocupação cada vez maior. Algo que os Estados Unidos devem solucionar.

Sem dúvida, os vínculos históricos iranianos com o terrorismo e o apoio ativo às milícias xiitas iraquianas, apresentam aos Estados Unidos um problema de segurança que deve ser abordado. Contudo, a recente invasão e ocupação do Iraque limita as opções de reação. Os Estados Unidos enfrentam um problema tático i.e., o apoio iraniano às milícias xiitas hostis no Iraque e um problema estratégico em como abordar o distúrbio do equilíbrio de poder na região. Seymour Hersh comenta que "o âmago do dilema estratégico da administração Bush foi que a decisão em apoiar o governo xiita, após a queda de Saddam fortaleceu o Irã, impossibilitando sua exclusão do cenário político iraquiano".[3] O presente artigo analisa o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas, comparando o contexto estratégico, assim como as reações adequadas às diretrizes de segurança norteamericanas.

A problemática que o Irã representa à segurança possui muitas frentes. Devem ser abordadas em conjunto, como parte de uma estratégia de segurança integrada. No entanto, ao observarmos o problema como um todo, é fácil avaliar ou analisar erroneamente os aspectos fundamentais de assuntos de segurança individuais, tais como os empreendimentos nucleares do Irã ou seu apoio ao terrorismo. Para melhor compreendê-los é necessário, temporariamente, separá-los do todo, um por um, analisando-os minuciosamente, buscando as raízes, cursos de ação e possíveis fórmulas de diretrizes, antes de retorná-los ao quadro geral. Para isso, o presente artigo centra-se em obstáculos à segurança, devido ao apoio iraniano ao terrorismo, especificamente às milícias xiitas no Iraque. O resultado são os seguintes temas de pesquisa: *O que faz com que o governo iraniano forneça apoio material e econômico às milícias xiitas no Iraque? Qual é a reação norteamericana mais adequada em termos de diretrizes de segurança?*

Em resposta, o artigo está dividido em três seções, cada qual centrada em questão secundária ou área de análise analítica:

1. O que explica a variação em grau e força do apoio iraniano (e, presumivelmente, do Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana) aos grupos armados, como a Brigada Badr e o Exército de Mahdi?
2. De que maneira, ou através de que dispositivos seria mais provável que o Irã prestasse apoio às milícias xiitas iraquianas?
3. Qual é a reação norteamericana mais adequada em termos de diretrizes de segurança?

Esses temas estruturam o artigo por completo e oferecem percepção teórica e analítica a essa questão complexa.

Não podemos considerar a ameaça que o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas apresenta à segurança, apenas como problema tático, solucionado unicamente através de meios militares e inteligência. A abordagem cinética não é suficiente. Para obtermos uma ideia exata do cenário completo, devemos analisar três forças dinâmicas inter-relacionadas: a relação EUA-Irã e diretrizes afins; a relação Irã-Iraque e o decorrente apoio /influência em assuntos iraquianos; e as inferências estratégicas e de segurança para os Estados Unidos, oriundas dos grupos xiitas iraquianos (violentos ou não). Por exemplo, a história turbulenta entre os Estados Unidos e o Irã causa percepção mútua de insegurança e vulnerabilidade. As mudanças em equilíbrio de poder regional afetam a relação. Além disso, esses fatores exercem efeito direto sobre a força do apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas e devem ser contabilizados ao considerarmos a problemática de segurança total. Devemos realçar, no entanto, que as ações iranianas também devem ser vistas, em parte, como independentes da relação EUA-Irã. O Irã conta com forte lógica interna para algumas ações referentes às diretrizes e pode selecionar certos cursos de ação *independentemente* das ações norteamericanas ou iraquianas. Em suma, as diretivas de segurança *não* devem ser encaradas como completamente reativas à ação norteamericana ou iraquiana.

Deve-se também considerar a natureza do apoio que o Irã presta a vários grupos xiitas no Iraque. Esse apoio pode ser mais bem classificado como *direto* e *indireto*. O apoio direto consiste, principalmente, em financiamento, ar-

mamentos, inteligência e treinamento direcionados, quase que exclusivamente, às milícias xiitas iraquianas, como a Brigada Badr e o Exército de Mahdi. Esse tipo de apoio é grande ameaça à segurança tática para os Estados Unidos e às forças que empregam na região. Embora o apoio direto seja amplamente discutido e debatido em círculos militares e de segurança, não é o único. O Irã também fornece apoio indireto, como financiamento de projetos de assistência social e influência religiosa/política. Em geral não violento, representa a maior parte do "poder de persuasão" *[soft power]* iraniano na região. Como tal, destina-se não apenas às milícias xiitas iraquianas, mas também às inúmeras organizações sociais e civis xiitas no Iraque. Ao contrário da ameaça tática do apoio direto, o indireto é um desafio estratégico para os Estados Unidos, à medida que o Irã tenta obter maior poder e influência no Iraque e na região.

Causas do Apoio Iraniano

O que explica a variação em grau e força do apoio iraniano (e, presumivelmente, do Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana) aos grupos armados, como a Brigada Badr e o Exército de Mahdi? É importante observar que essa questão procura determinar o vínculo de causalidade em níveis variados de apoio e não apenas verificar se existe, absolutamente, algum tipo de apoio. A teoria das relações internacionais estabelecida *[International Relations - IR]* e a prova empírica demonstram que o apoio iraniano não só é provável mas na verdade existe. Realisticamente, presume-se que esse apoio não pode terminar por completo. Como tal, essa questão visa encontrar as variáveis que causaram *mudança* em *graus* de apoio. Com isso em mente, apresento a seguinte hipótese: O motivo principal do aumento em apoio é como o Irã vê o *equilíbrio de poder na região e a ameaça que percebe contra a própria segurança.*

Causa # 1: Mudanças Constatadas em Equilíbrio de Poder

Em parte, explica-se o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas, pela sua percepção referente às mudanças em equilíbrio de poder na região. O Irã deseja ser e vê, a si mesmo, como potência regional em ascensão. As tentativas norteamericanas em por um fim a essa aspiração, induzem o Irã a combatê-los por meio de apoio ainda maior às milícias xiitas no Iraque. Esse fator causal baseia-se, em geral, na teoria do realismo estrutural [*structural realism*] das relações internacionais originadas por Kenneth Waltz, bem como na teoria do equilíbrio de ameaça *[balance of threat]*, de Stephen Walt. Empregando esse conceito, Waltz determina que em sistema unipolar, tal como o atual, com os norteamericanos em domínio, outros países tomarão parte em atividades voltadas ao equilíbrio de poder, tentando exercer pressão, a fim de fazer com que o sistema se afaste da unipolaridade, maximizando o poder próprio.[4] Alega que "além de apresentar ameaças específicas, o poder desequilibrado faz com que as nações mais fracas fiquem apreensivas e oferece motivos para que fortaleçam as posições", e que "os equilíbrios rompidos, algum dia serão restaurados."[5] Assim, o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas pode ser visto como tentativa lógica de equilibrar o que o Irã vê como poder irrestrito dos Estados Unidos na região. O apoio do Irã a essas milícias é susceptível de aumento, se notar uma oportunidade de aproveitar o declínio de poder dos EUA na região para colocar o próprio poder em posição de destaque.

Stephen Walt baseia-se no argumento de Waltz para apresentar o conceito da teoria do equilíbrio de ameaça. Declara que uma nação possui maior chance de tomar parte em ações de equilíbrio de poder contra aqueles países que considera francamente intimidantes. Essa teoria, em particular, oferece a percepção de porquê o Irã apoia as milícias xiitas iraquianas. Em sistemas unipolares, o Irã vê os Estados Unidos como ameaça aos interesses de segurança na região e tomará medidas para equilibrar o poder. Uma delas é aumentar o apoio aos grupos xiitas iraquianos que se

opõem à presença norteamericana. Além disso, o Irã vê a presença e a influência norteamericana no Iraque como manifesta ameaça à própria segurança e adotará medidas, talvez agressivas, para equilibrá-la.

De acordo com o ponto de vista da teoria estrutural realista, torna-se cada vez mais claro que a invasão e ocupação do Iraque pelos norteamericanos propiciaram a oportunidade e necessidade estratégicas para o Irã equilibrar o poder dos EUA na região. Seu apoio às milícias xiitas do Iraque, como a Brigada Badr e o Exército Mahdi, é um método que produz relativamente grande benefício a baixo custo, aumentando o próprio poder em detrimento ao dos EUA. Ted Carpenter e Malou Innocent alegam que "a eliminação de Saddam Hussein pelos americanos como o principal estabilizador estratégico para o Irã, preparou o caminho para a expansão da influência iraniana. Os Estados Unidos enfrentam, agora, a questão de como atenuar as possíveis ameaças aos seus interesses se o Irã obtiver sucesso em consolidar a nova posição de principal potência da região".[6] Observam que "antes da Guerra do Iraque, os pragmatistas tradicionais do equilíbrio de poder previram que o Irã atuaria com a intenção de solapar a posição americana no Iraque ocupado, agindo como o principal beneficiário geoestratégico da retirada do Iraque, como estabilizador regional. Os neoconservadores previram que o regime iraniano provavelmente entraria em colapso e, mesmo que isso não ocorresse, o Teerã não teria outra opção a não ser aceitar o domínio norteamericano. Mas, graças às mancadas em formulação de diretrizes em Washington, o Irã é agora protagonista muito bem fortificado". [7]

O desejo de equilibrar o que o Irã percebe ser o poder hostil dos Estados Unidos na região, explica, em parte, porque o regime usa as opções de apoio direto. No entanto, além desse existe, também, forte indício de apoio indireto a outras organizações sociais, civis e políticas no Iraque, que servem semelhante propósito.

Nesse sentido, o apoio iraniano não resulta apenas em desejo de equilibrar o poder norteamericano, mas também em *obter* poder entre os vizinhos regionais, através da disseminação e influência da seita xiita do Islã. O Irã é o maior país xiita do mundo, com mais de 70 milhões de pessoas, 90% das quais são xiitas.[8] Por outro lado, muitos vizinhos muçulmanos são sunitas.

Para entender a marcante diferença entre sunitas e xiitas, deve-se regressar às origens do Islã e à confusão que reinou após a morte do profeta Maomé, que ocorreu em 632 d.C. Abu Bakr foi o primeiro dentre os muitos califas selecionados para liderar a *Umma*, i.e., a comunidade Islâmica em crescimento.[9] À época, porém, houve grande debate a respeito de quem seria o sucessor de Maomé. Deveria ser um parente próximo, que compartilhasse as características divinas, ou amigo íntimo e confidente, que garantiria o devido cuidado da *Umma*? Essa diferença de opinião básica teve início naquele ano, até, finalmente, aumentar de forma a definir a distinção entre os islâmicos sunitas e xiitas. Karen Armstrong explica que "alguns acreditam que Maomé desejava que Ali ibn Abi Talib fosse seu sucessor, seu parente mais próximo do sexo masculino. Na Arábia, onde o vínculo sanguíneo era sagrado, acreditava-se que as qualidades especiais de um chefe eram transmitidas aos descendentes. Alguns muçulmanos acreditavam que Ali havia herdado aquele certo carisma especial de Maomé."[10] Em 680 d.C. os *Shiah i-Ali*, ou "Partidários de Ali", afirmaram que o segundo filho de Ali ibn Abi Talib era o califa legítimo. Esse filho, Hussain, foi de Medina a Kufah com o exército, para tomar o lugar como o califa de direito. No entanto, foi massacrado em Karbala, junto aos correligionários.[11] Os Partidários de Ali logo passaram a ser o núcleo do islamismo xiita e até hoje lembram do assassinato de Hussain, no ritual de *Ashura*, profundamente religioso. Armstrong observa que "Assim como o assassinato de Ali, a tragédia Kerbala [sic] veio a ser o símbolo da injustiça crônica para os muçulmanos *"Shi'i"* [xiitas], que parece permear a vida humana."[12] Tal sentimento ainda ressoa entre os xiitas hoje em dia e é uma perspectiva importante do porquê de tanto esforço de parte dos xiitas iranianos e iraquianos para obter uma voz na política regional e conquistar o poder. Por exemplo, Heinz Halm ob-

serva que "Com a derrocada do regime *Ba'ath* no Iraque, através da intervenção militar anglo-americana, em abril de 2003, os xiitas iraquianos estão agora chamando a atenção do público para si. Exigem sua quota de poder, que até agora lhes foi negada e querem voz ativa na transformação do Iraque".[13]

Em seu livro *O Renascimento Xiita*, Vali Nasr explica o conflito suni-xiita que molda os eventos na região e oferece outra perspectiva do apoio iraniano a grupos iraquianos. Argumenta que um motivo fundamental para tal apoio é o desejo de difundir o "renascimento xiita", identificado "pelo desejo de proteger e promover a identidade xiita."[14] Esse renascimento tem origem no Irã, que é, historicamente, o principal reduto do islamismo xiita em um mundo muçulmano dominado pelos sunitas. No início do século XVI, o Império *Safivad* foi estabelecido no atual Irã e, pela primeira vez, colocou os xiitas em posição de poder. Em comentário a respeito, Armstrong informa que "pela primeira vez em séculos, uma nação xiita estável, poderosa e duradoura fora implantada bem no coração do Reino Islã."[15] Além disso, "O estabelecimento do império Xiita causou nova e decisiva divisão entre sunitas e xiitas, levando à intolerância e ao sectarismo agressivo, inéditos no mundo Islâmico."[16]

Hoje, esclarece Nasr "O renascimento xiita repousa em três pilares: a maioria xiita no Iraque que acaba de ser revitalizada, o presente crescimento do Irã como líder regional e o fortalecimento dos xiitas no Líbano, Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Paquistão."[17] Por meio do conceito do renascimento xiita liderado pelo Irã, fica claro que o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas, assim como a outras organizações cívico-sociais, é outra tentativa de equilíbrio de poder na região. Contudo, esse poder é ideológico e dirigido tanto às influências vizinhas sunitas como aos Estados Unidos.

Os laços ideológicos do Irã com a fé xiita são poderosos. Um bom exemplo da auto-imagem e identificação iraniana, uma Pesquisa de Opinião Mundial realizada em 2007 revelou que dos iranianos que responderam apenas 27% viam-se, basicamente, como "cidadãos do Irã", enquanto 62% consideravam-se, em primeiro lugar, "um membro da minha religião."[18] Embora as milícias xiitas iraquianas talvez apresentem ameaça à segurança das forças norteamericanas, seria grande erro supor que sua criação e o apoio iraniano de suas operações destinam-se unicamente a combater o poder norteamericano. Como explica Nasr, "a posição do Irã depende, também, da rede de milícias que portam *Kalashnikovs* e formam a espinha dorsal do poder xiita, representada pela teia de clérigos e centros de ensino religioso (. . .) milícias xiitas projetam o poder xiita e fazem cumprir o desígnio dos clérigos."[19] Dessa forma, para compreender o apoio do Irã a essas milícias, sob a perspectiva de equilíbrio de poder, é necessário também levar em consideração o aspecto ideológico do "renascimento xiita."

Causa 2: O Dilema de Segurança

Em parte, explica-se o apoio do Irã às milícias xiitas iraquianas como o resultado natural da maneira como aquele país percebe a ameaça a sua segurança. De acordo com ele, o grande número de forças norteamericanas na região, a retórica cada vez mais hostil dos Estados Unidos, o armamento dos países vizinhos e a falta de segurança para grupos xiitas no Iraque, tudo isso é grande ameaça. Em consequência, busca reforçar a própria segurança, armando e apoiando os grupos xiitas iraquianos, esperando que reduzirá, assim, a vulnerabilidade. Esse fator baseia-se, em grande parte, no conceito de Robert Jervis, referente ao dilema de segurança, que às vezes surge entre dois protagonistas. Jervis descreve-o como um processo cíclico, em que as ações tomadas por um deles, a fim de aumentar a segurança podem ser percebidas pelo outro como agressivas ou ameaçantes, fazendo com que esse último tome medidas para solidificar a defesa.[20] Um ponto a destacar sobre o dilema é que não é baseado apenas em ações e eventos objetivos, mas também em *percepções subjetivas* de cada protagonista. Jervis declara que "as autoridades competentes agem de acordo com a vulnerabilidade que percebem, o que, às vezes, difere da situação real. Assim, devemos

analisar os requisitos subjetivos de segurança da autoridade".[21] Sob essa perspectiva, as ações e diretrizes norteamericanas devem ser vistas, não apenas sob o ponto de vista objetivo de como alteram a verdadeira situação iraniana de segurança, mas também, de como afetam as percepções subjetivas do Irã acerca da própria vulnerabilidade e segurança.

Sob a perspectiva iraniana, que ameaça exige maiores ações de segurança? A nação enfrenta riscos em três frentes distintas: grande número de forças norteamericanas em destacamentos avançados na região, maior aquisição de armas pelos países vizinhos e o conflito sectário suni-xiita no Iraque, que coloca em perigo a base ideológica daquele país. Os Estados Unidos iniciaram, lentamente, a retirada das forças do Iraque. É provável que os 150.000 militares em destacamentos avançados (soldados em prontidão) no território iraquiano, próximos à fronteira oeste do Irã, sejam vistos pelos líderes iranianos como legítima ameaça à segurança.[22] Por exemplo, uma Pesquisa de Opinião Pública Mundial de janeiro de 2007 relatou que 73% dos iranianos entrevistados vêem as bases norteamericanas no Oriente Médio como ameaça ao Irã, 44% respondendo que seria "grande" ameaça. Além disso, 47% dos entrevistados consideram as bases na região como tentativas norteamericanas de "alcançar domínio político e militar para controlar os recursos do Oriente Médio." Apenas 10% dos entrevistados consideraram as bases e forças norteamericanas na região como tentativas para proteger a América contra terroristas.[23]

A segunda vulnerabilidade que o Irã enfrenta é o aumento da aquisição de armas pelos países vizinhos. Os empreendimentos norteamericanos para conter o Irã resultaram em aumento constante do fluxo de armas e apoio financeiro dos Estados Unidos a uma série de países vizinhos ao Irã e às nações rivais sunitas. Em discurso de janeiro 2007, anunciando o início dos *"surtos"* à Bagdá, o presidente Bush declarou que destacaria outro grupo liderado por porta-aviões da Marinha [número distinto de vasos de guerra, dependendo de cada contingência, para o qual o porta-aviões serve de núcleo] ao Golfo Persa, ampliando o destacamento de baterias antimísseis *Patriot,* supostamente posicionadas em Kuwait e Qatar.[24] Da mesma forma, Vali Nasr e Ray Takeyh notaram que em maio de 2007, o Vice-Presidente, Dick Cheney, anunciou nova direção em normas externas norteamericanas, quando declarou que "vamos acompanhar os outros [países] para impedir que o Irã obtenha armas nucleares e domine a região."[25] Como parte dessa nova estratégia, os Estados Unidos forneceram um pacote de armas de $ 20 bilhões de dólares à Arábia Saudita e aos Emirados do Golfo, com o objetivo principal de permitir que "esses países reforcem as defesas, apresentando, assim, dissuasão contra a expansão do Irã e futura agressão."[26] Além disso, os Estados Unidos venderam aos sauditas vários sistemas sofisticados de armas, tais como helicópteros *Apache*, mísseis *Patriot PAC-3* atualizados, sistemas de guia e mísseis de cruzeiro para teatro de guerra.[27] Do ponto de vista iraniano, a aquisição acelerada de armas pelos Estados sunitas vizinhos deve ser vista como escalada de ameaça à segurança.

Finalmente, o conflito sectário suni-xiita que assola o Iraque, apresenta ao Irã ameaça ideológica, à medida que tenta aumentar a disseminação e influência da seita xiita na região. Sob tal perspectiva, o fornecimento de armas e apoio iraniano às milícias xiitas no Iraque é visto como duplo objetivo: o combate às forças norteamericanas na região e a proteção e promoção do fomento dos laços do Irã para com os xiitas no Iraque. De certo modo, o conflito suni-xiita é, em si, um dilema de segurança menor, *interno.* Uma vez que o governo do Iraque é extremamente frágil, existe pouca (ou nenhuma) segurança da nação, fora das forças americanas para controlar a violência sectária.[28] Sem a segurança governamental, é óbvio que o Irã gostaria de financiar e apoiar as milícias xiitas para proteger os xiitas iraquianos dos insurgentes sunitas. Vali Nasr salienta que "o rancor e a ansiedade também aumentaram a desconfiança em relação aos Estados Unidos, vistos pressionando os xiitas a desmantelarem as milícias, tão necessárias, mas que, ao mesmo tempo, não protegiam os xiitas comuns da violência

sunita extremista dos *ex-baathistas*."[29] Comentando acerca da relação entre a segurança e as milícias xiitas, o Ten Gen Michael Maples, Diretor da Agência de Inteligência de Defesa [*Defense Intelligence Agency*] observou, em apresentação de relatório ao Comitê de Serviços Armados do Senado, em fevereiro de 2007, que a "Insegurança racionaliza e justifica as milícias – em particular as milícias xiitas – que aumentam o temor dentro da comunidade árabe sunita. O resultado é maior apoio, ou pelo menos, a aquiescência aos insurgentes e terroristas como a Al-Qaeda no Iraque. Os militantes xiitas, notadamente, Jaish al-Mahdi, também são responsáveis pelo aumento em violência."[30] É provável que o armamento e apoio do Irã a essas milícias xiitas tenderiam a aumentar com a redução da segurança no Iraque. Da mesma forma, a melhoria em segurança para os xiitas iraquianos, provavelmente, reduziria a necessidade de milícias xiitas, incentivando o Irã a dedicar seu apoio a outras áreas (i.e., o indireto). A demonstração gráfica desse argumento aparece na Figura 1, com os níveis e tendências da violência étnico-sectária em Bagdá, de dezembro de 2006 a agosto de 2007.

O gráfico demonstra a separação nítida dos grupos Xiitas e Sunitas em toda a cidade de Bagdá, característica ausente antes de 2003. Também podemos discernir a tendência em decréscimo de violência etno-sectária constante que coincide com a operação de surto de tropas em janeiro de 2007 e maiores empreendimentos de contrainsurgência pelos Estados Unidos dentro da cidade. Embora

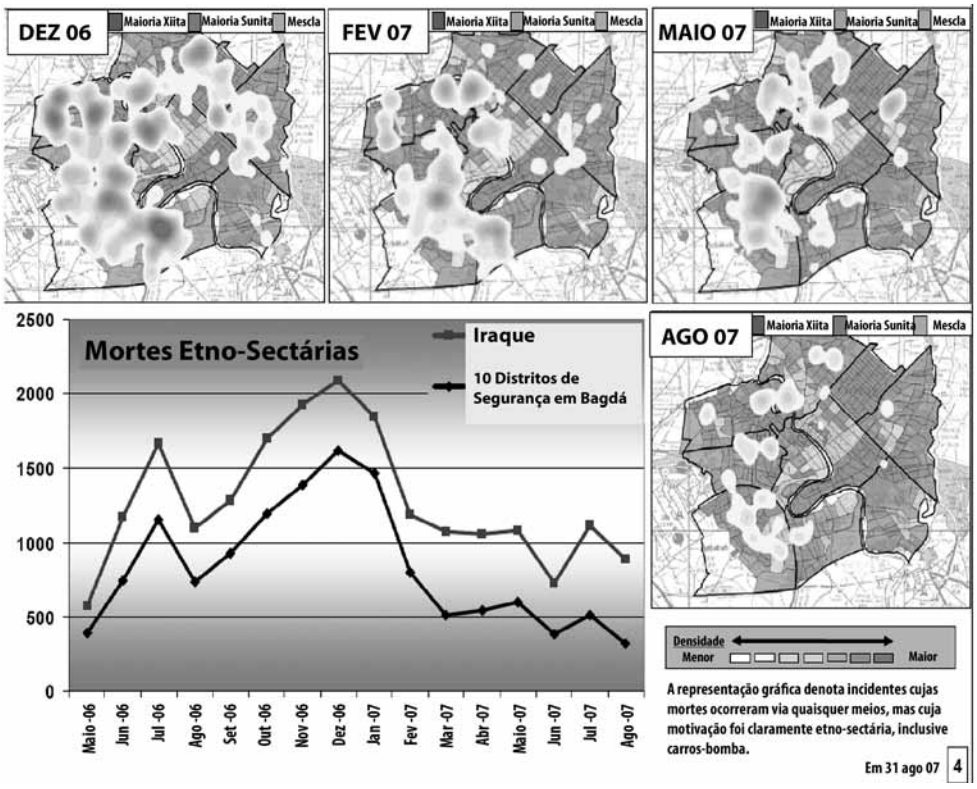


Figura 1. Violência étnico-sectária. (Reimpressa da *Annual Threat Asssessment* - Avaliação Anual de Ameaças), Audiência do Comitê das Forças Armadas do Senado, 27 de fevereiro de 2007, http://www .odni. Gov/testimonies/20070227_transcript.pdf).

a correlação não signifique, necessariamente, causalidade, a coincidência do aumento de problemas de segurança em Bagdá e menores níveis de violência etno-cêntrica sugerem que, assim como o dilema de segurança previa, existe uma correlação entre a segurança do governo central, o fornecimento de armas e o emprego de milícias independentes.

Em suma, tanto a teoria como observações realistas demonstram que podemos explicar o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas, em parte, como a reação racional à percepção da situação de segurança. Esse apoio entra em conflito com o domínio militar norteamericano e sustenta a meta global iraniana de aumento em poder regional.

Até o momento, identificamos duas variáveis principais. Declaro que afetarão os níveis de apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas: o equilíbrio de poder e a ameaça à segurança. Mas como essas variáveis funcionarão para afetar os níveis globais de apoio – o que fará com que esses níveis mudem ao longo do tempo? A Figura 2 demonstra a interação prevista das duas variáveis e a mudança resultante em níveis de apoio direto e indireto.

Quanto ao equilíbrio de poder variável, é mais provável que o Irã aumente a quantidade de apoio quando notar uma oportunidade estratégica para reajustar o poder norteamericano. Além disso, devido a determinação *interna* do país em vir a ser a potência estratégica e ideológica regional, é evidente que, até certo ponto, haverá apoio indireto contínuo a vários grupos iraquianos, quer sejam violentos ou não. Além do patamar de apoio indireto, o Irã também está tomando uma decisão lógica, referente ao custo-benefício em fornecer apoio direto às milícias xiitas iraquianas, visando aumentar a segurança, porque percebe ameaças múltiplas. Os principais fatores que levariam o Irã a *aumentar* esse apoio baseiam-se nas três categorias principais das ameaças acima descritas (presença de tropas norteamericanas, armamento de países vizinhos e a falta de segurança interna no Iraque). Graus mais elevados de retórica agressiva, combinados à postura norteamericana

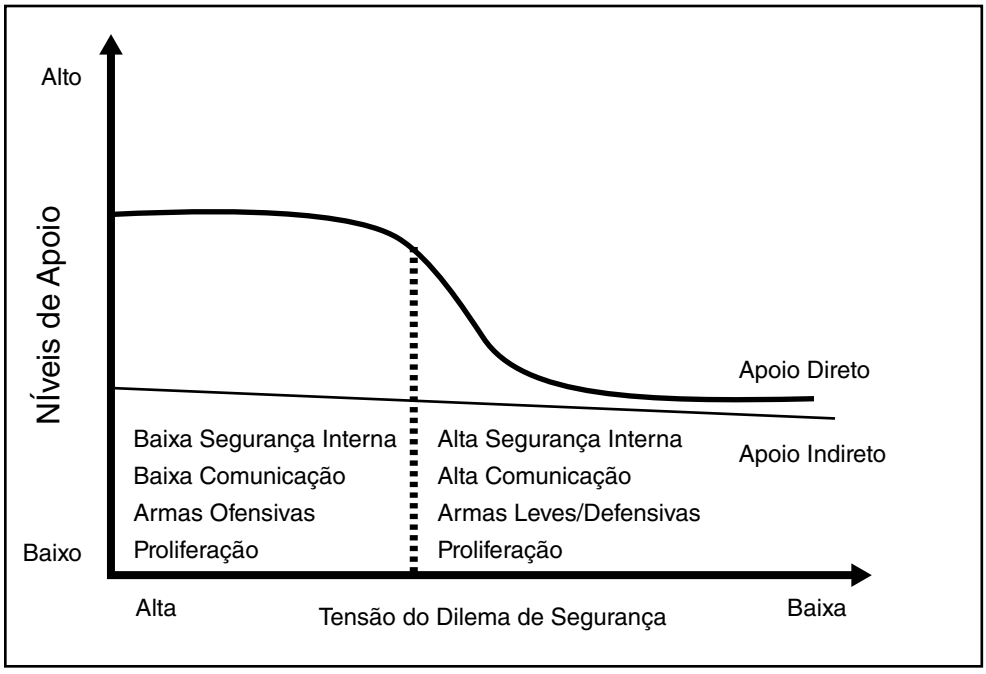


Figura 2. Nível de apoio iraniano

mais proeminente na região, fazem com que o Irã sinta-se mais vulnerável à ataques norte-americanos, instigando-o a aumentar o apoio às milícias xiitas anti-EUA no Iraque.[31] Da mesma forma, ao ver que as nações vizinhas adquirem armamento e aumentam a segurança, compele o Irã a reforçar a própria segurança e a levar a cabo tentativas mais declaradas, a fim de estabelecer reduto xiita no Iraque. Finalmente, se perceber que os grupos xiitas iraquianos ficarão cada vez mais vulneráveis a ataques sunitas, devido a falta de segurança interna, aumentará o armamento e apoio às milícias xiitas. Ao combinar as duas variáveis, equilíbrio de poder e ameaça à segurança, pode-se ver que os níveis de apoio iraniano combinados estão sujeitos a diferentes graus de variação (fig. 2), mas que isso ocorre em contraste ao nível de apoio básico que só pode ser modificado de modo ínfimo, através de influência externa, tal como mudanças em diretrizes de segurança norteamericana. As inferências que essa conclusão trazem às normas serão discutidas em maiores detalhes mais tarde. Agora, munidos de análise detalhada das *causas* do apoio iraniano, é necessário especificar que tipos de apoio são oferecidos e a que organizações iraquianas serão prestados.

Tipos e Métodos de Apoio

O "Relatório Nacional Referente ao Terrorismo" *[Country Report On Terrorism]* do Departamento de Estado dos Estados Unidos de 2006 caracteriza o Irã como o "país mais ativo em patrocínio ao terrorismo."[32] De fato, mantém essa distinção duvidosa há muitos anos, uma vez que apoia ativamente o Hezballah, o Hamas e outros grupos, como parte de diretivas externas. Além disso, a atividade iraniana dentro do Iraque precede o atual conflito e possui raízes na guerra Irã-Iraque, que deu origem ao Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque *[Supreme Council for Islamic Revolution in Iraq-SCIRI]*, bem como a outros grupos dissidentes que procuram desestabilizar aquele país. Para fins de análise, no entanto, concentro-me apenas em grupos relevantes que operam dentro dele. Embora o Irã forneça apoio direto e indireto, o enfoque principal deste artigo é o direto, que é a ameaça maior e mais explícita à segurança norteamericana. No entanto, uma análise do apoio indireto também é relevante, pois fornece novas provas referentes às aspirações do Irã em incrementar o poderio regional, bem como a intenção ideológica em expandir o Islã xiita ao Iraque. Em última análise, os dados empíricos provêem a prova de ambos os tipos de apoio. É de se notar, no entanto, que os detalhes específicos do apoio direto iraniano e a articulação para com o conhecimento e assistência do governo em fornecimento do apoio, são inadequados e desprovidos de dados analíticos concretos. Ao mesmo tempo, existem indícios suficientes e relevantes para se chegar à conclusão de que influência e o apoio iraniano no Iraque são consideráveis e dignos de nota aos interesses de segurança dos Estados Unidos na região.

Apoio Direto: Destinatários

Os dois recipientes principais de apoio direto iraniano são o Exército de Mahdi e a Brigada Badr. Atualmente, esses dois grupos são as milícias xiitas iraquianas maiores e mais influentes em operação. O Exército de Mahdi é liderado pelo clérigo xiita iraquiano Muqtada al-Sadr. Desde o início, al-Sadr organizou o partido político e a milícia para combater as forças norteamericanas no Iraque e obter poder para os xiitas. Comentando sobre o estigma da milícia de al-Sadr, Nasr diz que "após a queda de Saddam no Iraque, o agente *provocateur* Muqtada al-Sadr denominou a milícia "O Exército de Mahdi" [*Jaish al-Mahdi*], o que significa, claramente, que sua causa é a mesma que a do Décimo Segundo Imã. Aqueles que lutaram contra ele [também] eram os inimigos do Mahdi prometido, que está *oculto* há mais de um milênio".[33] Esse tipo de estigma também existe no Xiismo do Irã e do Iraque e confere a al-Sadr potente símbolo histórico do poder e fé xiitas. Já se encontravam referências ao Mahdi em 874 d.C., quando o Décimo Primeiro Imã, Hasan al-Askari, faleceu. Diz-se que o filho escondeu-se para salvar a vida, vindo a ser conhecido como

o "Imã Oculto." Em 934 d.C anunciou-se que o Imã ficara "oculto" em reino transcendente e que só se revelaria quando tivesse início a era da justiça.[34] Esse evento deu origem aos "Xiitas do Décimo Segundo" [*"Twelver Shias"*], que acreditam que o Décimo Segundo Imã, ou Mahdi, revelar-se-á e conduzirá os xiitas ao poder uma vez mais. Heinz Halm explica ainda que "a ocultação do Décimo Segundo Imã apresenta aos xiitas difícil questão: ou seja, quem seria o líder da comunidade até o retorno do Imã Mahdi?"[35] Além disso, observa que, na história islâmica, não é raro que xiitas extremistas usassem a sabedoria do Décimo Segundo Imã para satisfazer o próprio interesse e alcançar poder.[36] Sem dúvida, é exatamente o que al-Sadr está tentando fazer com o Exército de Mahdi.

A partir de 2003, al-Sadr, eficazmente, emprega o Exército de Mahdi, a fim de moldar os eventos no Iraque. Até mesmo chegou a travar pequenos tiroteios com as forças norteamericanas. Em Relatório de Pesquisa para o Congresso de 2007 Kenneth Katzman forneceu análise e resumo detalhados desses eventos:

> O relatório do Grupo de Estudo Iraque, de 6 de dezembro de 2006, declara que o Exército de Mahdi conta agora com cerca de 60.000 combatentes. Seus vínculos com o Irã são menores do que os da Brigada Badr, porque foi estabelecido por Sadr em meados de 2003, após a queda de Saddam Hussein. As operações militares norteamericanas derrotaram as rebeliões do Exército de Mahdi, em abril e agosto de 2004, na "Cidade Sadr" (um reduto Sadr em Bagdá), em Najaf e outras cidades xiitas. Em cada caso, a luta terminou com compromissos sob os quais as forças de Mahdi cessariam fogo em cambio de anistia para o próprio Sadr. Desde agosto de 2004, os combatentes Mahdi patrulham a Cidade Sadr e, a partir de agosto de 2007, desafiam, cada vez mais, o *SICI*, as forças do governo iraquiano, norteamericanas e britânicas para obter controle de cidades xiitas, como Diwaniyah, Nassiryah, Basra e Amarah. Desde março de 2007 Sadr permanece a maior parte do tempo no Irã para não servir de alvo ao "*surto*" norteamericano em Bagdá.[37]

Como acima exposto, as ações anteriores do Exército de Mahdi demonstram não apenas que ameaçam os interesses norteamericanos no Iraque, mas também que o Irã ainda possui influência sobre al-Sadr, providenciando refúgio e apoio, quando necessário.

A outra milícia xiita importante é a Brigada Badr. Liderada pelos irmãos Baquer e Abdul-Aziz Hakim, é a divisão militar do *SCIRI* e possui grandes laços históricos com o Irã. Esses dois irmãos, filhos de um dos aiatolás que lideravam o Iraque em 1960, fugiram ao exílio no Irã nos anos 80, durante a guerra Irã-Iraque. Refugiaram-se em Teerã e Qom, onde formaram o grupo terrorista *SCIRI*, sob o olhar atento dos clérigos iranianos. Durante a guerra, o Corpo da Guarda Revolucionária Iraniana *[Iranian Revolutionary Guard Corps - IRGC]*, formou e treinou a Brigada Badr[38]. Atualmente sob o controle do partido político xiita do Iraque, recém-poderoso, o Conselho Supremo Islâmico do Iraque *[Supreme Islamic Council of Iraq - SICI]*. Deve-se notar que o *SICI* é o descendente direto do *SCIRI* e para muitos protagonistas esses dois termos são sinônimos. De acordo com Katzman:

> O *SICI* controla a milícia denominada "Brigadas Badr" (re-denominada "Organização Badr") que conta com cerca de 20.000 membros. Supostamente, mesclam-se às Forças de Segurança Iraquiana *[Iraqi Security Forces - ISF]* ainda incipientes, em especial, a Polícia Nacional *[National Police]*. As Brigadas Badr foram treinadas e equipadas pela Guarda Revolucionária do Irã. Politicamente alinhadas aos radicais iranianos durante a guerra Irã-Iraque. Durante essa guerra, os guerrilheiros Badr levaram a cabo incursões iranianas ao sul do Iraque para atacar os oficiais do Partido *Baath*, embora essas ofensivas não precipitassem ampla discórdia popular contra o regime de Saddam Hussein. Os combatentes Badr dentro e fora das *ISFs*, supostamente, tomaram parte em assassinatos sectários, ainda que em menor grau do que o "Exército de Mahdi" de Moqtada Al Sadr.[39]

Pode ser que a Brigada Badr conte com menor número de ataques contra as forças norteamericanas no Iraque. Contudo, as conexões com o Irã são muito mais fortes. Pode-se assumir que qualquer apoio externo que receba resulta de ações iranianas.

Enquanto esses dois grupos representam a maior parte dos beneficiários de apoio direto iraniano e juntos formam uma das maiores

ameaças à segurança das forças norteamericanas no Iraque, é importante compreender as diferenças. Cada um deles recebe certo nível de financiamento e apoio do Irã, porém, de diferentes meios. O apoio iraniano a al-Sadr e ao Exército de Mahdi consiste, principalmente, em influência política e refúgio (bem como alguns relatos de transferências de armas). Por sua vez, o apoio iraniano à Brigada Badr está mais intimamente ligado às ações tomadas pelo *IRGC* e, dessa forma, supõe-se, principalmente, de natureza militar. Embora ambos os grupos estejam sob a liderança de líderes xiitas, cada um possui a própria esfera de influência no Iraque e ideias próprias a respeito da futura solução política para aquele país. Geralmente, Al-Sadr exerce a liderança [baseado] nas áreas mais pobres de Bagdá (onde a "Cidade Sadr" está localizada) e tende a forçar a criação de um governo federal iraquiano desconectado. O *SICI* e a Brigada Badr, no entanto, estão entrincheirados no sul do Iraque, em Basra. Nasr, comentando a respeito menciona que "enquanto Sadr explorava as probabilidades, propelindo a milícia mal treinada em batalhas 'à unha e dentes' com as tropas norteamericanas, a *SCIRI* compensava o tempo perdido, devido ao exílio de vinte anos no Irã, arrecadando rapidamente o apoio no sul xiita, com a assistência do Irã e do Hezballah. Um dos interesses especiais do *SCIRI* foi Basra, onde a Brigada Badr rapidamente veio a ser o governo de fato".[40] Enquanto em Basra, a *SICI* (ou *SCIRI*) consolidava o poder político, ganhando seis dos oito governos-gerais de maioria xiita. Até mesmo em Bagdá veio em primeiro lugar, com 40% dos votos.[41] A ideia de uma solução política iraquiana proveniente da *SICI*, no entanto, é para zonas autônomas separadas, estabelecendo, assim, firmemente, o seu poder (e o dos xiitas) no sul do Iraque. É importante compreender as similaridades e diferenças entre as milícias xiitas e seus partidos políticos alinhados, porque demonstra que o Irã possui inúmeras opções em alocação de apoio. O tipo e a magnitude do apoio (ou, ausência do mesmo) varia, de acordo com a avaliação do Irã em como melhor atingir os objetivos de aumento de poder no Iraque e região.

Apoio Direto: Métodos e Dispositivos

O Irã oferece apoio direto através de inúmeros mecanismos. Alguns transmitem recursos financeiros às milícias, como o Banco Iraniano Saderat. Outros, como o *IRGC* e o ramo de operações especiais, a Força Qods, fornecem armamento, treinamento e inteligência. O Irã também providencia constante apoio ideológico e político. De todos esses, porém, talvez o método mais abrangente e eficaz seja através do *IRGC*, que também controla a milícia voluntária iraniana *Basij*, é extremamente leal aos radicais políticos e impõe costumes islâmicos rigorosos dentro do Irã. No exterior, o *IRGC* opera como a força principal dedicada à formação, equipagem e apoio à diversas organizações terroristas, como o Hezballah e a Brigada Badr.[42] Como parte da capacidade total militar do Irã, o *IRGC*, continua, essencialmente, como força semi-militar autônoma dentro da estrutura da *grande força*. A força militar total do Irã equivale a aproximadamente 545 mil soldados. O *IRGC* compõe um terço do total, i.e., 182 mil soldados. O *IRGC*, no entanto, possui a própria marinha, forças aérea e terrestre e destacamentos de forças especiais, paralelas aos militares convencionais. O número de soldados para operações especiais da Força Qods chega a cerca de 3.000, em particular ativos na formação e apoio às milícias xiitas iraquianas.[43] Os laços da *IRGC* e da Força Qods com as milícias xiitas iraquianas existem na esfera militar, ideológica, estratégica e política. Por exemplo, em setembro de 2001, o comandante-em-chefe do *IRGC* foi substituído por um aliado chegado à Brigada Badr, Mohammad Ali Jafari. A razão dada para a inesperada mudança de cargo foi, simplesmente, de que era devido as "ameaças norteamericanas". Jafari, em poucas palavras, seguiu o discurso com a declaração de que existe a possibilidade de "ataque inimigo ao regime e o *IRGC* está de prontidão para enfrentá-lo com guerra assimétrica."[44]

Apoio Indireto: Destinatários

Além do apoio direto das milícias, existe um curso paralelo de apoio a outras organizações sociais, civis e políticas dentro do Iraque. Combinados, esses dois ramos de apoio têm como alvo os principais objetivos do Irã no Iraque, ou seja, inibir as forças norteamericanas e da coalizão, coagindo-as a abandonar o país e aumentar a influência política, econômica e ideológica iraniana.[45] Nesse contexto, o Irã utiliza o apoio direto para atingir o primeiro objetivo e o apoio indireto para o segundo. Os beneficiários do apoio indireto são variados, mas algumas organizações mais importantes são os partidos políticos e as instituições civis em cidades xiitas do Iraque. Na frente política, o Irã apoia os dois maiores partidos xiitas no Iraque, o *SICI* e o *Dawa*.[46] Na frente civil, social e ideológica, os beneficiários do apoio iraniano são mais variados, mas permanecem concentrados em torno das principais cidades xiitas no Iraque: Najaf, Karbala e Basra. Algumas dessas relações são o resultado natural de uma fé xiita compartilhada e a tradição de peregrinações iranianas a algumas das cidades xiitas iraquianas mais sagradas, práticas já mais que estabelecidas. Hersh observa que "no ano passado mais de um milhão de iranianos visitaram o Iraque em peregrinações. O comércio entre os dois países movimenta mais de um bilhão de dólares por ano. Mas os americanos agem como se todos os iranianos dentro do Iraque estivessem lá para importar armas".[47] A cidade iraquiana de Najaf continua sendo o exemplo do apoio iraniano a reduto xiita. A cidade abriga a Mosque Sagrada do Imã Ali e é operada por Abdul Aziz Hakim, líder do partido *SICI*.[48] Ainda assim, é evidente que a proximidade geográfica com o Irã e os laços ideológicos para com o Iraque criam uma situação na qual é inevitável a existência de certo nível de apoio indireto.

Apoio Indireto: Métodos e Dispositivos

Enquanto o apoio direto é levado a cabo, principalmente através de mecanismos militares e de inteligência, os métodos de apoio indireto são mais variados e compreendem a difusão da persuasão *[soft power]* iraniana no Iraque. Dessa forma, um dos principais meios de apoio consiste em declarações, influência e visitas aos clérigos iranianos por detrás dos bastidores, à medida que se comunicam com os clérigos xiitas iraquianos. Outro desses dispositivos é o financiamento de projetos civis nas cidades xiitas iraquianas principais e a atividade comercial cada vez maior em zonas dominadas pelos xiitas. Um exemplo no Iraque encontra-se em Basra, onde o Irã estabeleceu uma zona de livre comércio. Segundo Katzman, "o Iraque é agora o segundo maior importador do mercado não petrolífero iraniano, adquirindo cerca de $ 1bilhão de dólares em mercadorias do Irã, entre janeiro e setembro de 2006 ($ 1,3 bilhões de dólares anuais)."[49] Finalmente, a grande rede de projetos em reconstrução patrocinados pelo Irã, bem como os especialistas técnicos em todo o Iraque, fazem parte da última ampla categoria de mecanismos de apoio. Comentando a respeito, Carpenter e Innocent oferecem a seguinte avaliação:

> Enquanto Bush continua firme no Iraque, a capacidade militar americana talvez não seja suficiente para competir com a campanha "de corpo e alma" do Teerã. O Irã oferece tratamento hospitalar e cirurgia aos iraquianos feridos, abastece o Iraque com 2 milhões de litros de querosene por dia e fornece 20% do gás residencial. Kenneth Katzman, especialista em assuntos referentes ao Oriente Médio para o Serviço de Pesquisa do Congresso, denomina a ampla influência do Irã no Iraque de "profundidade estratégica", fazendo com que a população e o governo iraquiano tolerem o interesse iraniano.[50]

É essa campanha que incorpora o núcleo de apoio indireto iraniano.

Em suma, o Irã realmente presta apoio às organizações do Iraque e possui vínculos íntimos com muitos grupos militares, sociais, civis e políticos que lá operam. Sem dúvida, os níveis de apoio direto e indireto do Irã variam, de acordo com dois fatores: a) até que ponto exploram as oportunidades para avançar o poder regional e equilibrar o dos Estados Unidos; e b) até que ponto o Irã percebe que

sua segurança é ameaçada pelos Estados Unidos ou por outros protagonistas regionais. Assim, o Irã usa, essencialmente, o apoio indireto para perseguir a meta de aumentar seu crescimento como potência regional e o direto para reagir à ameaça percebida referente à própria segurança, uma ameaça proveniente dos Estados Unidos e dos países vizinhos. Além disso, é provável que certo grau de apoio indireto iraniano continue. Embora esse tipo de apoio varie até certo ponto, sua magnitude será muito menor do que a do apoio direto. Considera-se esse o patamar de apoio. Uma vez que é composto, essencialmente, de persuasão, não é ameaça imediata à segurança. Contudo, em justaposição a essa, encontra-se o apoio direto do Irã, sujeito a maiores graus de variação, dependendo da percepção acerca da ameaça à segurança e a rigidez do dilema de segurança. Os níveis de apoio direto tendem a ser maiores quando existe pouca comunicação entre os Estados Unidos e o Irã, quando a retórica agressiva é passada de um lado a outro, quando a presença de sistemas de armas ofensivas na região é maior (representando, assim, maior ameaça à segurança iraniana), quando a situação de segurança interna no Iraque é fraca. No entanto, os níveis de apoio direto, provavelmente, entrarão em declínio se o dilema de segurança for aliviado, se os Estados Unidos e o Irã tomarem parte em melhor comunicação, se a proliferação de armas ofensivas for restrita e, se a segurança interna do Iraque for intensificada. Essa é uma observação importante, já que o apoio direto do Irã compõe-se de armamento militar e outra espécie de apoio violento por natureza, resultando em ameaça tática e estratégica muito maior à segurança dos Estados Unidos. A inferência aqui é que as diretrizes norteamericanas de segurança devem ter por objetivo a redução do dilema de segurança, liderando o engajamento iraniano com comunicação, desescalando o controle militar, com a diminuição do fluxo de sistemas de armas patentemente ofensivas aos países vizinhos ao Irã, pressionando no que diz respeito aos requisitos internos de segurança iraquiana. No entanto, as normas devem observar o patamar de apoio indireto, preparando-se para aceitar e gerir certo nível de interação entre o Irã e o Iraque.

Recomendações para Normas de Segurança

Ao analisar a estratégia e as diretivas norte-americanas vigentes até a presente data, três pontos de vista críticos tornam-se aparentes: os dispositivos coercivos, tais como sanções, teriam sucesso, pois tais ações obtiveram êxito limitado anteriormente. A utilização de modelo único de pressão coerciva, sem compreender as causas subjacentes do apoio reduz a chance de sucesso. A negociação coerciva utilizada por si só é estratégia cara e arriscada. Quanto a possibilidade de a coerção render resultados positivos, os exemplos recentes encontram-se em níveis decrescentes de apoio iraniano ao Hezballah. Comentando a respeito, Byman observa que, no entanto, "ao decorrer do tempo, os efeitos acumulativos das sanções e isolamento – e de maior importância, o risco de que outros ataques levem a aumento da pressão – levaram o Irã a reduzir o envolvimento direto em terrorismo."[51] Contudo, as ações coercivas da nação são apenas parte do processo global que fazem com que um país reduza o apoio. Outros motivos são internos ao alvo em si, de acordo com Byman.[52] Com isso em mente, pode-se ver que, enquanto a coerção talvez afete o apoio direto, bastante influenciado por interesses de segurança e vulnerabilidade, as táticas coercivas provavelmente serão ineficazes em reduzir o apoio indireto. As justificativas para esse tipo de apoio são internas ao Irã e táticas coercivas para reduzi-lo poderiam, na verdade, resultar em efeitos negativos se empregadas indevidamente.

A abordagem das normas atuais utiliza uma compreensão aparentemente restrita da situação dinâmica geral e as razões específicas que levam o Irã a apoiar, em primeiro lugar, os xiitas iraquianos. Ignorar esses fatores é diminuir muito a chance de uma coerção bem sucedida. Byman destaca que se deve adaptar o tipo de coerção à dinâmica específica do país em questão e que "a pressão indis-

criminada quase sempre fracassa. As justificativas da nação que apoia, o tipo de apoio prestado e a dinâmica do grupo que apoia, tudo isso, influi no sucesso ou não da coerção."[53] Ademais, encontra-se a tentação da Administração em ver *todos* os tipos de influência iraniana no Iraque como ameaça à segurança. Como já mencionado, muitas atividades iranianas no Iraque não são letais e nem mesmo violentas e merecem ser contabilizadas no cenário geral.

Então, que sucederia se continuarmos com a estratégia atual? Como acima exposto, um dos resultados mais prováveis é que, ao longo do tempo, as tentativas norteamericanas em manter o equilíbrio de poder na região no *status quo*, resultarão em maior desgaste da capacidade política, econômica e militar dos Estados Unidos, sem evitar o aumento de poder e influência iraniana. Se os ganhos em segurança no Iraque não forem capitalizados, é provável que aquele país volte a escalada de guerra sectária e por conseguinte, aumento em apoio direto iraniano às milícias xiitas. Além disso, ao buscar uma estratégia de contenção e retórica agressiva, os Estados Unidos, provavelmente, farão com que o Irã sinta-se mais vulnerável e inseguro. Consequentemente, acredita-se que o Irã aumentará os níveis de apoio direto e, possivelmente, até mesmo os de apoio indireto, como contra-ataques. O resultado acumulativo dessas ações será maior tensão em "dilema de segurança" e maior chance de confronto hostil entre os Estados Unidos e o Irã. *Inexplicavelmente, a estratégia atual provavelmente resultará em degradação de poder norteamericano na região e ameaça à segurança do Irã. Sem qualquer dúvida, chegou a hora de colocar em execução nova estratégia.*

Nova Estratégia de Segurança: Engajamento e Negociação Coerciva Sofisticada

Como mencionado acima, essa nova estratégia possui três objetivos principais: (1) reduzir os níveis globais de apoio iraniano dentro do Iraque (2), reduzir o apoio às milícias xiitas iraquianas, especificamente, e (3) usar negociação coerciva para forçar os níveis de apoio restantes, para que passem do direto ao indireto. A situação final ideal dessa estratégia é a redução da constrição do dilema de segurança entre os Estados Unidos e o Irã, níveis reduzidos de apoio iraniano ao Iraque (em particular, o direto), bem como equilíbrio de poder estável na região. Essa estratégia é menos onerosa aos Estados Unidos, aumenta a segurança geral na região e oferece a possibilidade de benefício a longo prazo, com um Iraque mais estável.

As duas primeiras metas são inter-relacionadas e dirigem-se às diretrizes futuras, a fim de reduzir os níveis de apoio. Embora seja importante reduzir o nível de apoio acumulado, a redução específica do apoio direto é vital para aumentar a segurança dos EUA, e esse é um dos focos centrais dessas normas. Os níveis de apoio direto são provavelmente maiores, quando o dilema de segurança é mais rígido (ver fig. 2). Além disso, os resultados acima demonstram que a razão principal do apoio direto do Irã é a percepção da ameaça pelos Estados Unidos, vizinhos regionais e sunitas iraquianos. Portanto, a primeira parte das normas pretende moderar ou dissolver o dilema de segurança, reduzindo, assim, a percepção e a ameaça iranianas. Para isso, Jervis alega que as ações ofensivas devem distinguir-se das defensivas. Para isso, várias coisas devem ocorrer – acima de tudo, os Estados Unidos devem comunicar-se de forma clara com o Irã, cessando as tentativas de isolamento diplomático. Devem comunicar direta e claramente ao Irã o que consideram ser ações ofensivas por parte do regime. Uma vez obtidos os dados secretos adequados, os Estados Unidos devem confrontar o Irã com o acúmulo de provas e mais ainda articular que percebem tais ações como hostis. Em avaliação similar, Patrick Clawson declara que "seria prudente a Administração produzir mais provas de treinamento militar direto ou apresentar combatentes capturados no Iraque que receberam treinamento no Irã."[54] Essas ações farão com que o Irã pese o custo do apoio direto e, possivelmente, provoquem a redução do mesmo. Além disso, os Estados Unidos devem seriamente limitar as armas ofensivas e o

financiamento outorgados à Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Qatar. Ao contrário, devem realçar a aquisição de armas defensivas (mísseis *Patriot*, radares de alerta antecipado, etc.) Deveria, ainda, não incentivar o destacamento avançado de tais armas pelos países da região, uma vez que isso só aumenta a percepção de ataque iminente.

Se o Irã e os Estados Unidos puderem, com êxito, relaxar esse aspecto do dilema de segurança, é provável que os níveis de apoio direto do Irã diminuirão. No entanto, se a situação de segurança continuar caótica e grupos xiitas iraquianos ficarem vulneráveis a grupos rivais sunitas, é provável que o apoio direto não diminua tanto quanto previsto. Nesse caso, é possível que o Irã *aumente* o apoio às milícias xiitas iraquianas, conferindo aos grupos xiitas vulneráveis a proteção que a nação é incapaz de fornecer. Para remediar tal situação, os Estados Unidos devem promover maior avanço em instituições de segurança iraquianas, como a Polícia Nacional e os militares recém-formados, mesmo que signifique aceitar maior influência xiita e possivelmente iraniana no Iraque.

Finalmente, a fim de reduzir ainda mais o apoio iraniano às milícias xiitas iraquianas e promover ambiente de segurança mais estável, os Estados Unidos devem reconhecer que certo grau de ascensão ao poder pelo Irã é inevitável, tentando geri-lo por meio de engajamento resoluto. Ao destacar esse ponto, Carpenter e Innocent declaram que "queira ou não queira, o Irã é agora um dos principais protagonistas na região. A norma mais eficaz seria aceitar a situação, e não reagir tentando confrontar e isolar Teerã. Uma coalizão de contrabalanço, com todas as desvantagens, seria pobre substituto à relações diplomáticas e econômicas."[55] Nasr e Takeyh também recomendam que "em lugar de se concentrarem em restaurar antigo equilíbrio de poder, os Estados Unidos agiriam de forma mais inteligente ao objetivar a integração regional e promover nova estrutura em que todos os poderes relevantes participariam em *status quo* estável."[56] Se os Estados Unidos engajarem o Irã de forma mais cooperativa e aceitarem sua ascensão gradual ao poder, o regime, provavelmente, veria menor necessidade de altos níveis de apoio às milícias xiitas iraquianas, podendo, ainda, reduzir os níveis de apoio indireto. Combinando as duas abordagens – a redução do dilema de segurança e o emprego de relações diplomáticas – é provável que o Irã conclua que o custo da prestação de apoio direto (claramente visto como ação hostil pelos Estados Unidos) ultrapassa e muito os benefícios e que, assim, deveria procurar oportunidades de progresso e segurança através de rumos mais lucrativos (e menos arriscados). A reação cooperativa deve estar na vanguarda de qualquer nova alteração de normas.

A terceira e última meta da estratégia é a utilização de negociação coerciva para forçar os níveis de apoio, do método direto ao indireto. Em muitos aspectos, os Estados Unidos já estão levando a cabo certo grau de negociação coerciva com o Irã. Contudo, a nova estratégia proposta reconhece que não seria sensato esperar que o apoio cesse por completo. Assim, buscam utilizar a negociação coerciva para persuadir o Irã a modificar qualquer apoio restante para atividades indiretas, de menor ameaça.

Essa estratégia possui dois elementos que funcionam em conjunto para aumentar o custo e minimizar os benefícios, do apoio iraniano. O primeiro elemento emprega instrumentos e mecanismos tradicionais de coerção, para ameaçar o Irã com ataques militares restritos ao *IRGC* e à Força Qods, caso comprovada a existência de altos níveis de apoio direto. O segundo elemento faz uso de métodos de coerção não tradicionais para persuadir o Irã a prosseguir com o apoio direto, alterando, assim, qualquer apoio restante a métodos indiretos.

O primeiro elemento, a coerção através de ameaça ou uso restrito de força real, presta-se à teoria coercível tradicional. A principal diferença entre uma ameaça usada em negociação coerciva e a simples retórica hostil é que a ameaça coerciva baseia-se em comunicação sólida entre os protagonistas, transmite ação concreta tomada como resultado de ação específica e é vista como verossímil. Grande parte dessa noção baseia-se no conceito de estratégia de negociação coerciva de Daniel Byman e Matthew Waxman. Nesse caso, os instrumentos de coerção preferidos são ataques

aéreos norteamericanos e, em menor grau, as incursões de operações especiais norteamericanas ao longo da fronteira iraniana. O mecanismo selecionado é a "negação". O resultado desejado é a redução em nível de apoio direto iraniano às milícias xiitas iraquianas. Os ataques aéreos e as incursões de operações especiais são os dispositivos escolhidos, uma vez que tais ações oferecem maior potencial de sucesso e são relativamente "cirúrgicas" por natureza. Os Estados Unidos possuem pertinente "domínio de escalada de conflito" ["*escalation dominance*" que ocorre quando aquele que exerce a coerção aumenta o dano causado ao alvo, mas nega ao mesmo a possibilidade de retaliação].[57] Como parte da estratégia de negação, as instalações e infraestrutura do *IRGC* e da Força Qods seriam alvos selecionados para destruição. Dessa forma, o Irã veria que o custo de fornecer esse tipo de apoio letal, em potencial elevado, ou seja, a ameaça verossímil ou a destruição física das principais instalações do *IRGC* e da Força Qods, ultrapassariam o possível benefício de apoio às milícias xiitas iraquianas, abandonando esse curso de apoio em prol de atividades menos dispendiosas. Embora não isenta de riscos, a teoria indica que os mecanismos de negação são mais bem sucedidos do que os de punição, e que "o bombardeio aéreo conta com maior probabilidade de funcionar quando a demanda for limitada, a vulnerabilidade militar puder ser efetivamente explorada, aquele que ataca possui vantagem nuclear unilateral e os ataques aéreos são feitos em conjunto com a ação militar de outras forças"[58].

O segundo elemento da negociação estratégica coerciva não depende de ameaças militares do uso de força, mas utiliza o mesmo modelo de custo-benefício para persuadir o Irã a buscar meios alternativos de apoio, através de atividades indiretas. Se o Irã for ameaçado ou sofrer ataques militares como resultado do apoio direto, provavelmente buscará outros métodos de prestação de apoio de baixo custo. Uma vez que se supõe que sempre haverá certo patamar de apoio, é provável que o Irã busque meios e dispositivos de apoio alternativos. Quando o fizer, as normas norteamericanas devem incentivar o apoio indireto e não o direto, pois isso canalizará qualquer apoio restante à atividades menos hostis. Especificamente, se o financiamento for transferido aos partidos políticos xiitas e às instituições sociais, e não às milícias, as perspectivas de apoio direto a longo prazo diminuirão ainda mais. Por exemplo, Byman observa que "o apoio do Irã ao Hezballah mudou por diversas motivos: menor ardor revolucionário do Irã, maior conscientização e capacidade de reação do Hezballah em relação à realidade política e geoestratégica do Líbano e o aumento do custo de pressões externas."[59] De acordo com Byman, esse elemento é mais bem realizado em conjunto com ameaças coercivas pela força militar. Através do engajamento, os Estados Unidos conseguem comunicar os benefícios atingíveis por meio do apoio indireto e não direto. Finalmente, Paul Lauren oferece a última palavra a respeito de estratégias de coerção, defendendo a importância da comunicação em todo o processo. Escreve: "Para atingir os objetivos, essa estratégia deve comunicar, de forma eficaz, a exigência do poder coercivo para a resolução do conflito e as ameaças de custo, inaceitáveis. A comunicação é, portanto, de fundamental importância."[60] Dessa forma, a nova estratégia destaca primeiro o engajamento e, depois sim, a negociação coerciva.

Conclusão

Com mais de 150.000 homens e mulheres americanos baseados no Iraque e milhares mais na região, os Estados Unidos possuem interesse real e imediato em aumento de segurança e fomento de estabilidade na região. As eleições presidenciais de 2008 oferecem ao país a chance de mudar o rumo das ações normativas anteriores, caso estejam equivocados. É nesse contexto que este artigo procura responder seriamente a questão de pesquisa proposta. Não existem fáceis opções e o curso é perigoso e incerto. No entanto, nesse ambiente de segurança de elevado interesse, a América não se pode dar ao luxo de cometer um erro e deve buscar normas bem pensadas e resolutas, orientadas pela teoria, história e o pragmatismo do bom senso. ❑

Notas

1. Força Aérea Americana [USAF], *Air Force Posture Statement 2008*, http://www.posturestatement.af.mil.

2. Ibid.

3. Seymour M. Hersh, "Annals of National Security: Shifting Targets, The Administration's Plan for Iran," *New Yorker*, October 8, 2007, 42.

4. Kenneth N. Waltz, "Structural Realism after the Cold War," em *America Unrivaled*, ed. John Ikenberry (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003), 50.

5. Ibid., 53.

6. Ted Galen Carpenter e Malou Innocent, "The Iraq War and Iranian Power," *Survival* 49, nº 4 (Winter 2007): 67.

7. Ibid., 77.

8. Vali Nasr, *The Shia Revival: How Conflicts within Islam Will Shape the Future* (Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2007), 212.

9. Karen Armstrong, *Islam, A Short History* (Nova Iorque: The Modern Library, 2002), xiv.

10. Ibid., 25.

11. Ibid.

12. Ibid., 43.

13. Heinz Halm, *Shiism*, (Nova Iorque: Columbia University Press, 2000), xx.

14. Nasr, *Shia Revival*, 182.

15. Armstrong, *Islam*, 117.

16. Ibid.

17. Nasr, *Shia Revival*, 184.

18. Pesquisa de Opinião Pública Mundial, *Poll of the Iranian Republic, 16 January 2007*, http://www .usip.org /iran/iran_presentation.pdf.

19. Nasr, *Shia Revival*, 223.

20. Robert Jervis, "Cooperation under the Security Dilemma," em *Offense, Defense, and War*, eds., Michael E. Brown e outros, (Cambridge: MIT Press, 2004), 10.

21. Ibid.

22. Ilan Berman, *Regional and Global Consequences of U.S. Military Action in Iran*, Declaração perante o Comitê de Supervisão e Reforma do Governo, Câmara dos Deputados dos Estados Unidos [*US House of Representatives Committee on Oversight and Government Reform*], 14 de novembro de 2007.

23. Pesquisa de Opinião Pública Mundial, *Poll of the Iranian Republic*.

24. Kenneth Katzman, *Iran's Influence in Iraq*, Relatório do CRS para o Congresso (Washington, DC: *Congressional Research Service* 9 August 2007), 6.

25. Vali Nasr e Ray Takeyh, "The Costs of Containing Iran: Washington's Misguided New Middle East Policy," *Foreign Affairs* 87, nº 1 (January/February 2008): 85.

26. Ibid., 86.

27. Carpenter e Innocent, "Iraq War," 73.

28. Apesar de ainda frágil, deve-se notar que a situação de segurança no Iraque melhorou muito desde a impressão do artigo original em Inglês. Se esse aumento em segurança continuar, é provável que o apoio direto do Irã às milícias xiitas diminuará, comparado ao anterior.

29. Nasr, *Shia Revival*, 263.

30. Audiência do Senate Armed Serives Committee, Annual Threat Assessmente, 27 February 2007, http:// www.odni.gov/testimonies/20070227_transcript.pdf.

31. Dada a grande disparidade em capacidade militar entre os Estados Unidos e o Irã, a estratégia mais lucrativa e menos arriscada para aquele país equilibrar o poder norteamericano é armar "grupos representantes", como as milícias xiitas no Iraque.

32. Department of State, *Country Reports on Terrorism 2006*, http://www.state.gov/s/ct/rls/ crt/2006 (acessado em 15 de dezembro de 2007).

33. Nasr, *Shia Revival*, 130.

34. Armstrong, *Islam*, xix.

35. Halm, *Shiism*, 34.

36. Ibid., 112.

37. Katzman, "Iran's Influence in Iraq," 2.

38. Nasr, *Shia Revival*, 192.

39. Katzman, "Iran's Influence in Iraq," 2.

40. Nasr, *Shia Revival*, 194.

41. Ibid.

42. Kenneth Katzman, *Iran: US Concerns and Policy Responses*, Relatório do CRS para o Congresso (Washington, DC: Congressional Research Services 4 June 2007), 14.

43. Ibid.

44. Patrick Clawson e Mehdi Khalaji, *Ahmadinezhad's Power Slipping in Iran*, Policy Watch 1281 W*ashington Institute for Near East Policy*, (September 2007), 2.

45. Carpenter e Innocent, "Iraq War," 69.

46. Ibid., 71.

47. Hersh, "Annals of National Security," 42.

48. Alissa Rubin, "Iraqi City Poised to Become Hub of Shiite Power," *New York Times*, 16 December 2007, A1.

49. Katzman, "Iran's Influence in Iraq," 4.

50. Carpenter e Innocent, "Iraq War," 71.

51. Daniel Byman, *Deadly Connections, States that Sponsor Terrorism* (New York: Cambridge University Press, 2005), 108.

52. Ibid.

53. Ibid., 298.

54. Hersh, "Annals of National Security," 42.

55. Carpenter e Innocent, "Iraq War," 75.

56. Nasr e Takeyh, "Costs of Containing Iran," 92.

57. Daniel Byman e Matthew Waxman, *The Dynamics of Coercion: American Foreign Policy and the Limits of Military Might* (New York: Cambridge University Press, 2002), 27.

58. Michael Horowitz e Dan Reiter, "When Does Aerial Bombing Work: Quantitative Empirical Tests, 1917–1999," *Journal of Conflict Resolution* 45, nº 2 (April 2001): 164.

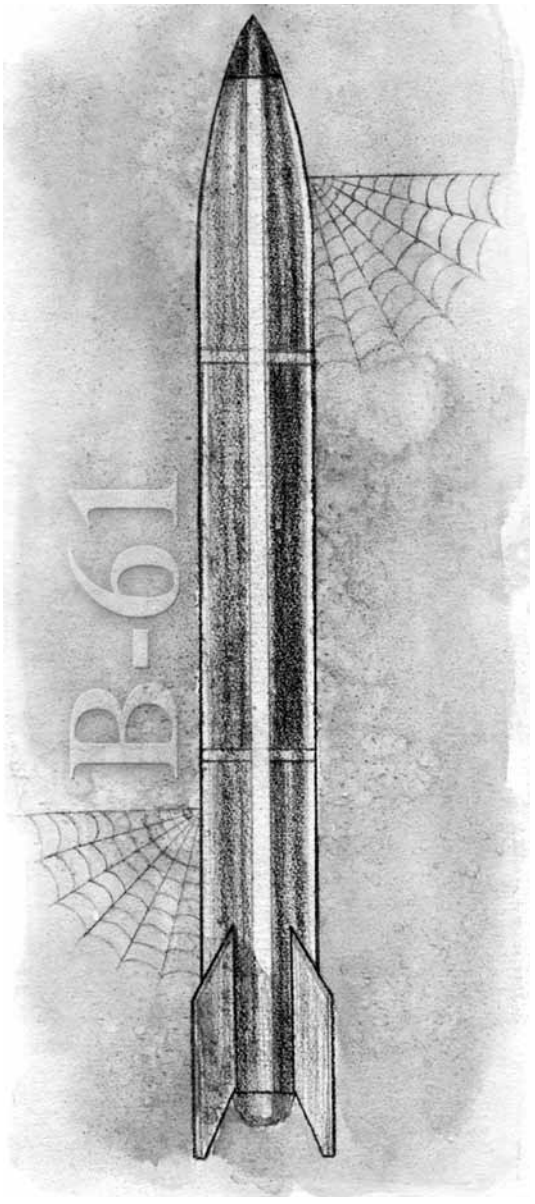
59. Daniel Byman, *Deadly Connections, States that Sponsor Terrorism* (New York: Cambridge University Press, 2005), 99.

60. Paul Gordon Lauren, "Ultimata and Coercive Diplomacy," *International Studies Quarterly* 16, nº 2 (June 1972): 135.

O Major Christopher Forrest é distinto graduado da Academia da Força Aérea dos EUA, onde obteve bacharelado em ciência política. Foi selecionado para participar *do Global Master of Arts Program* na Escola Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade *Tufts*, onde obteve o Mestrado em Relações Internacionais. É piloto instrutor líder, com mais de 2.000 horas de vôo em *A-10s* e em *AT-38Cs*, inclusive mais de 150 horas de combate na Operação *Lasting Freedom*.

Como Chegar à Dissuasão Nuclear Convincente

TENENTE CORONEL SAMUEL L. MCNIEL, *USAF**



IMAGINE COMO manter um *Chevrolet* 1957 funcionando às mil maravilhas. Não seria difícil para alguém apaixonado por carros clássicos. Contudo, tal veículo seria inviável para uso diário. O General Kevin Chilton, Chefe do Comando Estratégico dos Estados Unidos, nota que a ogiva *B-61*, projetada na década de 50, continua a fazer parte do arsenal nuclear norteamericano. Contém tubos a vácuo, algo que se compara à manutenção de um *Chevrolet* 57 para transporte normal.[1]

A dissuasão convincente exige que os adversários acreditem que (1) o dispositivo de dissuasão é capaz de gerar o nível de destruição alegado e (2) que a entidade que o detém realmente estaria disposta a utilizá-lo. A ausência de uma ou outra premissa invalida a credibilidade da dissuasão. Durante as duas últimas décadas, tanto a confiabilidade das armas nucleares norteamericanas, como a certeza da determinação política em utilizá-las, diminuíram. Assim, a credibilidade, em última instância garantida pelas armas nucleares, também diminuiu. Além disso, o país já não mais mantém infraestrutura industrial suficiente para esses dispositivos – o complexo de armas nucleares – a fim de sustentar a estratégia de dissuasão. Este artigo alega que a América deve restaurar tal credibilidade, projetando, testando, produzindo e colocando em campo nova arma nuclear, o que, efetivamente, daria novo alento ao complexo de armas nucleares e demonstraria determinação política.

Após oferecer breve histórico de armas nucleares e de seu complexo, este artigo analisa a natureza básica das mesmas no que se refere à estratégia de dissuasão, à negligência para com o mencionado complexo, à confiabilidade incerta do arsenal e, consequentemente,

*Oficial de operações espaciais e de mísseis, o autor frequenta atualmente o *Industrial College of the Armed Forces* na *National Defense University*.

à redução em credibilidade. Conclui, demonstrando que projetar e colocar em campo nova arma corrigiria as deficiências, oferecendo nova capacidade militar.

As Armas Nucleares e o Complexo

O entendimento básico de armas nucleares, mecanismos extremamente complexos compostos de milhares de peças é útil para apresentar dados necessários ao debate referente à infraestrutura industrial.[2] Na parte central das armas nucleares encontra-se a carga de explosivos nucleares *[Nuclear Explosive Package - NEP]*. Todas as armas norteamericanas atuais contêm dois estágios. O primeiro, ou "primário", baseia-se no mesmo princípio da bomba atômica utilizada durante a Segunda Guerra Mundial. No centro do primário encontra-se um "*caroço*", um núcleo oco de material físsil (geralmente plutônio), envolto por produto químico explosivo. Quando os explosivos detonam, a onda de choque resultante comprime o *caroço*, tornando-o tão denso que cria uma cadeia de reação de fissão nuclear absoluta. Antes da iminente explosão nuclear destruir o *caroço*, nele é injetado um "gás propulsor" (uma mescla de deutério e trítio), para aumentar a fragmentação do plutônio sob fissão, liberando maior energia de utilização durante o segundo estágio. A parcela de energia primária aproveitada leva à ignição do combustível de fusão para o segundo estágio. A maior parte da energia produzida pelas armas termonucleares provém do secundário.[3] A *ogiva nuclear* inclui o *NEP*, juntamente com os componentes de apoio.[4]

Uma *arma* composta de ogiva nuclear e componentes de apoio não nucleares, produz energia nuclear com significante potencial em termos militares.[5] Os componentes consistem em itens específicos para armas, tais como fusíveis, baterias, bem como veículos e fuselagem de reentrada.[6] Todos os nove tipos de armas nucleares atualmente no arsenal norteamericano foram concebidos no século passado – alguns remontam aos anos 50 e nenhum deles foi fabricado após os anos 80.[7]

Oito dependências governamentais operadas por particulares contratados *[Government-Owned, Contractor-Operated - GOCO]* compõem o complexo de armas nucleares:

Los Alamos National Laboratory . . . e *Lawrence Livermore National Laboratory* (. . .) projetam as *[NEPs] Sandia National Laboratories* (. . .) projetam os componentes não nucleares *Y-12 Plant* (. . .) produz os componentes de urânio e derivados *Kansas City Plant* (. . .) produz muitos dos componentes não nucleares *Savannah River Site* (. . .) processa o trítio de armas armazenadas, a fim de remover produtos degradáveis *Pantex Plant* (. . .) monta e desmonta as armas nucleares, e a *Nevada Test Site*, que costumava levar a efeito os testes nucleares, mas que agora efetua outros experimentos relacionados à armas que não produzem descarga nuclear.[8]

A Estratégia de Armas Nucleares Ainda é Relevante

Uma dissuasão convincente, impossível sem armas nucleares confiáveis, favorece os interesses norteamericanos de três formas: (1) sustenta a segurança nacional, garantindo a capacidade militar em proporcionar força contundente para confrontar o adversário; (2) previne a proliferação, evitando que os aliados desenvolvam armamento próprio; e (3) demove os rivais, evitando que rompam os tratados de controle de armas nucleares estabelecidos, para depois tomarem parte em corrida armamentista. Segundo a Comissão Parlamentar de Postura Estratégica dos Estados Unidos *[Congressional Commisssion on the Strategic Posture of the United States]* "Basicamente, a função principal das armas nucleares não mudou em décadas: a dissuasão. Os Estados Unidos detêm as armas, visando criar condições sob as quais nunca serão utilizadas."[9]

As armas nucleares continuam a ser um sustentáculo crucial da segurança nacional e da estratégia de defesa, como disse o Presidente Barack Obama, em discurso feito em Praga, em abril de 2009: "Não se enganem, enquanto essas armas (nucleares) existirem, os Estados Unidos manterão um arsenal seguro, protegido e eficaz para deter qualquer adversário e para garantir a mesma defesa aos

aliados."[10] O Conceito *Capstone* de Operações Conjuntas amplia ainda mais a noção, observando que as forças norteamericanas, mais uma vez, devem fazer da dissuasão nuclear estratégica o enfoque. Do mesmo modo, o fracasso em manter a capacidade nuclear incentivaria possíveis adversários.[11] No que diz respeito ao papel das forças em campo, o General Chilton disse que a missão nuclear continua tendo alta prioridade para o Comando Estratégico, expressando a convicção na importância de manter arsenal nuclear seguro e confiável, até tal armamento não mais fazer parte do arsenal.[12]

Além do clássico objetivo de dissuasão, evitar grande ataque nuclear contra o país, o atual arsenal nuclear "deve ser projetado para proporcionar sólida dissuasão durante as mais difíceis circunstâncias imagináveis, ou seja, durante guerra convencional contra adversário que também possui armas nucleares".[13] Sem a capacidade de respaldar a ameaça com o uso de força, a dissuasão não é convincente. A garantia da disponibilidade de capacidade nuclear para utilização militar em qualquer situação não quer dizer que os Estados Unidos serão mais propensos a utilizá-la. Muito pelo contrário, dá credibilidade à dissuasão.[14] A fim de manter dissuasão eficaz contra potências nucleares menores, especialmente durante conflito convencional contra inimigo assim armado, o arsenal nuclear deve oferecer opções ao Presidente para que haja maior probabilidade de destruição das forças nucleares adversárias, sem causar excessivas baixas – requisito que pode exigir armas atualizadas de baixo potencial. Além do mais, Keir Lieber e Daryl Press relatam que, "qualquer que seja o arsenal nuclear, deve oferecer opções aos líderes para que tenham estômago suficiente para empregá-lo durante crises de alto risco. Sem opções convincentes e eficazes para reagir aos ataques contra aliados ou contra as forças norteamericanas, os Estados Unidos terão dificuldade em dissuadir tais ataques. A menos que possam manter a capacidade de forte contra-ataque, os adversários concluirão – talvez corretamente – que sua posição estratégica referente às medidas externas é nada mais do que blefe."[15]

A estratégia de dissuasão é essencial, não só para proteger o país contra ataque, mas também para garantir aos aliados e parceiros que tal proteção existe para todos. Essa garantia, decorrente de conceito conhecido como dissuasão difundida, elimina a necessidade de que aliados e parceiros sem posse de armas nucleares desenvolvam programas por conta própria.[16] Muitos conseguiriam lançar projetos bem sucedidos, dando início a arsenais próprios dentro de poucos anos, caso os Estados Unidos deixem de satisfazer a necessidade de dissuasão, desencadeando assim, ondas globais de proliferação nuclear, contrário aos interesses norteamericanos.[17] O General John Loh, Ex-Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos, esclarece muito bem a importância da dissuasão difundida, a qual, segundo ele, "proporciona a cobertura de dissuasão a outros países. Mas, isso significa que devemos manter uma força nuclear convincente e sólida, bem como estarmos dispostos a utilizá-la em defesa dos aliados. Se não puderem depender em nós, serão motivados a iniciar programa e meios de lançamento próprios. A maioria conseguiria fazê-lo dentro de poucos anos."[18]

Além de dissuadir ataques contra os Estados Unidos e aliados, bem como evitar a proliferação nuclear, a dissuasão nuclear convincente também impede que a China e a Rússia tomem parte em corrida armamentista com os Estados Unidos. Enquanto puder produzir e colocar à disposição armamento nuclear suficiente para manter o equilíbrio estratégico com a Rússia, essa não possui qualquer incentivo para extinguir os acordos de controle de proliferação, ao tentar alcançar supremacia estratégica. No entanto, o efeito seria desestabilizador, provocando nova corrida armamentista, até mesmo fazendo com que a China sinta-se tentada a manter equilíbrio nuclear estratégico com os Estados Unidos.[19]

Atrofia do Complexo de Armas Nucleares

Qualquer estratégia apoiada em armas nucleares requer a existência de infraestrutura

industrial – o complexo de armas nucleares – capaz de fazer face às necessidades. Os Estados Unidos sub-financiaram e negligenciaram o mesmo durante duas décadas o que causou atrofia a tal ponto que, se não forem adotadas medidas corretivas o quanto antes, o país perderá a capacidade de manter ou produzir armas nucleares. Se isso acontecer, a recuperação custaria muito tempo e dinheiro. Melanie Kirkpatrick sublinha a gravidade do problema: "Desde o final da Guerra Fria, o programa de armas nucleares norteamericano foi negligenciado. As ogivas são antigas. Desde os anos 80, não existe novo projeto. A última vez que uma delas foi testada, foi em 1992, quando os EUA, unilateralmente, interromperam as provas."[20] Além disso, o país não conta com capacidade industrial para a produção de armas nucleares. Conseguiriam produzir algumas, é verdade, valendo-se de meios de laboratórios. Porém, não é o mesmo que a produção em série. Finalmente, apenas alguns engenheiros e cientistas, ainda ativos no quadro trabalhista federal, projetaram e testaram esse tipo de armas – sendo que todos estão a ponto de aposentar-se.[21]

Os Estados Unidos não mais podem fabricar os *caroços* (a *Rocky Flats Plant* fechou as portas em 1989), ou o trítio, em instalações de complexo de armas. Em 2002, o Painel de Avaliação de Confiabilidade, Segurança e Proteção do Arsenal Nuclear dos Estados Unidos *[Panel to Assess the Reliability, Safety, and Security of the United States Nuclear Stockpile]*, ordenado pelo Congresso (*Painel Foster*), relatou que a Administração Nacional de Segurança Nuclear *[National Nuclear Security Administration - NNSA]* possuía apenas perspectivas limitadas para cumprir com o processo de recondicionamento de armas planejado, incluindo as *B-61s* e *W-76s,* em parte devido à incapacidade de se produzir novos *caroços.*[22] A *NNSA* declarou em 2004 que "restaurar a capacidade de fabricação de caroços de plutônio é elemento essencial da diretriz de defesa nuclear americana". Contudo adiou a decisão de construir novo estabelecimento de fabricação de caroços, deixando os Estados Unidos sem capacidade de produção.[23] O trítio possui uma taxa de envelhecimento de 5,5% ao ano e é crítico à obtenção da emissão esperada, o que lhe confere a menor vida útil de todos os componentes em armas nucleares. Não obstante, o complexo de armas nucleares deixou de produzí-lo em 1988, quando cerraram as portas do reator *K* na Usina *Savannah River.* Contudo, os reatores da *Tennessee Valley Authority* retomaram a produção em 2005.[24]

Finalmente, o país não está formando químicos nucleares de nível superior para reconstituir a força trabalhista. No início dos anos 60, as universidades dos EUA outorgavam até 36 títulos de doutorado em química nuclear por ano. No entanto, esse número vem diminuindo de maneira constante[25]. A Sociedade Americana de Física *[American Physical Society - APS]*, a segunda maior organização de físicos do globo, comentou que "somente pequeno número de departamentos de química das universidades norteamericanas possuem, atualmente, catedráticos em programas ativos de pesquisa na área de química nuclear (. . .) Assim, a formação avançada no ensino de química nuclear é praticamente inexistente no país."[26].

O orçamento para o ano fiscal de 2011 proposto pelo governo Obama, inclui $ 11,2 bilhões de dólares para a *NNSA*, um aumento de 13,4% comparado à dotação do ano fiscal de 2010.[27] Thomas D'Agostino, administrador da *NNSA*, disse que mais de $ 7 bilhões de dólares dos fundos solicitados destinam-se ao que denominam de "atividades de armas", que incluem o aumento em investimentos para começar a refinanciar algumas das infraestruturas físicas e estabelecer quadro de recursos humanos.[28] Embora essa medida seja útil, mesmo o aumento em financiamento para as instalações não permitirá que os Estados Unidos restabeleçam a produção de caroços. Além disso, não se dirigire à questão básica da incerteza, referente à confiabilidade do arsenal – questão intrínseca à abordagem que exclui os testes de armas em grande escala. Como o *Painel Foster* relatou, apesar de ser impossível prever exatamente quando isso ocorrerá, "em certo ponto, a linhagem *[pedigree]* do teste nuclear de armas deixará de ser relevante."[29]

A Confiabilidade das Armas, a Determinação Política e a Dissuasão Convincente

Pode ser que o Programa de Gestão de Arsenal *[Stockpile Stewardship Program - SSP]* e o Programa de Extensão da Vida Útil *[Life Extension Program - LEP]*, revelem-se insuficientes para garantir a confiabilidade das armas no arsenal. Qualquer dúvida que seja já é demasiada. Os Estados Unidos realizaram1.000 testes nucleares entre 1945 e 1992.[30] Desde a auto-imposição de moratória para os mesmos, o país confia na *SSP* que se baseia em ciência, para certificar a confiabilidade das armas. Esse programa, que "utiliza os dados de testes nucleares passados, experimentos de laboratório em pequena escala, instalações experimentais em grande escala, exame de ogivas e, assim por diante, para melhor compreender a ciência de armas nucleares," anualmente examina cerca de 11 armas de cada tipo no arsenal.[31]

Se o *SSP* descobrir problemas com uma ogiva, o *LEP* tenta consertá-la, refabricando as peças necessárias. A maioria dos especialistas concorda que até agora tal prática foi suficiente e, provavelmente, poderá continuar a ser, a curto prazo. No entanto, debatem a viabilidade desse procedimento a longo prazo. De acordo com o relatório de 1987 do *Lawrence Livermore National Laboratory,* "A réplica exata, especialmente dos sistemas mais antigos, é impossível (. . .) A documentação nunca foi suficientemente exata para garantir a manufatura de réplicas (. . .) O aspecto mais importante de qualquer certificação de produto é o teste. Fornece os dados para que seja válida."[32] Em geral, à medida que o arsenal nuclear dos EUA evoluiu durante anos de desenvolvimento, as armas tornaram-se menores e mais leves, para que veículos de lançamento menores conseguissem transportá-las. Assim, um único míssil consegue transportar maior número de ogivas ou um propulsor pode lançá-las a maior distância. Essa redução em tamanho exigiu engenharia bastante exótica, descrita pelo Embaixador Linton Brooks, ex-administrador da *NNSA*, como "bastante chegada a abismos de desempenho."[33] Devido a necessidade de diminuir ao máximo o tamanho e peso das ogivas e, ainda assim, assegurar que não detonariam acidentalmente mesmo em ambientes brutais, os projetos continham margem de desempenho bastante pequena. Na ausência de testes, Brooks temia que, à medida que as armas ultrapassavam a data de vencimento prevista pelos engenheiros, o efeito cumulativo das mudanças, devido a envelhecimento e a utilização de peças refabricadas, causaria maior incerteza de confiabilidade.[34]

No caso da ogiva *B-61*, o *LEP* foi além da tentativa de apenas substituir as peças originais por novas peças similares. Tentarão modificar aquela ogiva – essencialmente a única arma de lançamento aéreo no arsenal – de circuitos analógicos a circuitos digitais.[35] Sob as diretrizes existentes, essa mudança prevista para 2017 ocorrerá sem teste completo da arma. Não passa de mera ilusão, quando planejamos dissuadir ameaça existente com armas não testadas e esperamos que os líderes de potências regionais secundárias acreditem que tais armas sempre funcionarão de acordo.

Além da confiabilidade técnica, a dissuasão convincente exige a determinação política para fornecer recursos para os programas e convencer possíveis inimigos de que não existe qualquer constrangimento em empregar tais armas, se necessário. A atual administração e o Congresso continuam a tendência de várias décadas em permitir a erosão da credibilidade da dissuasão nuclear. Em seu discurso em Praga, o Presidente Obama disse:

> Hoje, então, declaro de maneira clara e com convicção o compromisso dos Estados Unidos em buscar a paz e a segurança em um mundo sem armas nucleares.
>
> (. . .) Em primeiro lugar, os Estados Unidos vão tomar passos concretos rumo a mundo sem armas nucleares (. . .) Vamos reduzir o papel das armas nucleares na segurança nacional (. . .)
>
> (. . .) Meu mandato, imediata e agressivamente, promoverá a ratificação do Tratado de Total Proibição de Testes Nucleares.
>
> A fim de interromper cada passo necessário na manufatura de bomba, os Estados Unidos buscarão novo tratado que, de maneira comprovada,

> ponha um fim à produção de materiais físseis destinados ao uso de armas nucleares no país.[36]

Embora toda administração política embale o sonho de um mundo desprovido de armas nucleares, ninguém, em anos recentes, havia declarado, tão abertamente, a intenção de não destacar o papel dessas armas na segurança dos EUA.[37] O Presidente Obama comprometeu-se a manter uma força nuclear de dissuasão confiável. Contudo, qualquer adversário poderia interpretar (erroneamente) sua posição, de modo a causar dúvidas referentes à disposição dos Estados Unidos em utilizar esse tipo de armas sob quaisquer circunstâncias, diminuindo, assim, a credibilidade da dissuasão.

Através do poder orçamentário, o Congresso também promoveu o desaparecimento do complexo de armas nucleares e diminuiu a credibilidade do arsenal. Em 2008, cortou todo o financiamento para o Programa de Substituição Confiável de Ogivas *[Reliable Replacement Warhead - RRW]*. O Presidente formalmente colocou um fim ao mesmo, em março de 2009), assegurando que a *NNSA* não prosseguiria com o Programa *Complex 2030*, que teria revitalizado o complexo, permitindo a fabricação de nova ogiva.[38] Mesmo se o Congresso aprovar o orçamento presidencial de 2011, que visa aumentar o financiamento da *NNSA*, melhorar certas infraestruturas e recondicionar as ogivas dos mísseis *Trident* e das bombas *B-61*, não demonstra qualquer disposição em se comprometer firmemente, seja autorizando o projeto de nova ogiva, assegurando a infraestrutura industrial necessária, ou ordenando novos testes para medir a emissão da descarga.

A sólida oposição política a novo projeto nuclear, ou aos testes das armas existentes, é daqueles que acreditam que novos projetos ou testes aumentariam a proliferação de armas, debilitando a credibilidade da não-proliferação. No entanto, tal posição é historicamente incompatível. Como os Estados Unidos interromperam os testes nucleares unilateralmente em 1992, a França, China, Índia, Paquistão e a Coréia do Norte estão em processo de manufatura de armas nucleares, sendo que três desses países já levam a cabo as prova iniciais. Atualmente o Irã, com toda a probabilidade, desenvolve projeto de armas nucleares. A Líbia, Síria e o Iraque possuiam programas ativos, restritos somente após intenso empreendimento militar e político. O auto-controle norteamericano não comprovou o fato de que outros países ficaram menos propensos a projetar esse tipo de armamento. Além do mais, como acima exposto, se os aliados deixarem de acreditar que a difusão de dissuasão é confiável, talvez também iniciem projetos próprios. Os Estados Unidos podem melhor destacar a posição de não-proliferação recusando-se a participar em atividades referentes à mesma, responsabilizando todos aqueles que agem de forma contrária. O fato de projetar e colocar a prova, a fim de manter o arsenal norteamericano em funcionamento, de forma alguma, prolifera as armas nucleares. Essas ações dissuadem os países que tentam obter equivalência estratégica com os Estados Unidos ou que ameaçam ataque nuclear para coagi-lo. Portanto, ainda que bem intencionada, a oposição política que visa manter forte e convincente a dissuasão nuclear, na verdade, torna a proliferação mais provável.

Recomendações

Os Estados Unidos devem projetar, testar, produzir e disponibilizar nova arma nuclear, a fim de manter complexo de armas viável e garantir a credibilidade da força de dissuasão. A nova tecnologia e materiais permitem a construção de arma com materiais mais seguros e tecnologia à prova de interferência. Além disso, armas com menor emissão seriam úteis militarmente e evitariam níveis inaceitáveis de danos colaterais. Acrescente-se, um modelo com capacidade de penetrar o subsolo ameaçaria alvos secretados à grande profundidade, evitando a necessidade do uso de armas de alta emissão [radioativa]. Antes do término do programa *RRW*, o Congresso ordenou que a *NNSA* utilizasse o grupo de asessores *JASON*, prestigiada organização de cientistas que aconselha o governo em assuntos de defesa, para levar a efeito um exame pericial

independente acerca da necessidade da *RRW*.[39] De acordo com esse grupo, "Para garantir a viabilidade de sua dissuasão nuclear, os Estados Unidos devem iniciar e investir agora mesmo em programa *RRW* – para não haver desconexão entre a dissuasão convincente atual e a exigida para o futuro." [40]

O processo revitalizaria a industria nuclear norteamericana, garantiria a existência de capacidade técnica e intelectual para validar a confiabilidade do arsenal e restaurar a credibilidade da dissuasão norteamericana. Além disso, indicaria aos países amigos e aliados a intenção de manter o compromisso relativo à difusão da dissuasão, assegurando, assim, de que não há a necessidade de iniciar programas autônomos. Finalmente, o processo enviará mensagem convincente à Rússia e à China de que é melhor manter os regimes de controle de armas e de que nada têm a ganhar com a tentativa de obter a supremacia nuclear. Não existe motivo técnico que sirva de obstáculo ao imediato lançamento desse programa – tudo que necessitamos é determinação e intento político.

Conclusão

Devido a realidades tecnológicas e fiscais, a dissuasão norteamericana depende de armas nucleares. Até existir modo altamente confiável de derrotar investidas nucleares e até que avanços em lançamentos de longo alcance permitam total e bem sucedido contra-ataques, a América deve contar com a dissuasão oferecida pela sólida capacidade nuclear. Sistema algum, fora desse, oferece o mesmo grau de garantia de sobrevivência.

Ao tentar criar um mundo mais seguro, os norteamericanos, equivocadamente, permitiram que a capacidade de apoio à estratégia de dissuasão nuclear entrasse em atrofia, diminuindo a credibilidade na confiabilidade do arsenal e na determinação política de utilizá-lo, caso necessário. Assim, o decorrente dano à credibilidade aumenta, e não diminui, a probabilidade de uso de armas nucleares. O projeto, as provas e a colocação em campo de nova arma nuclear revitalizariam o complexo nuclear e restabeleceriam a credibilidade da dissuasão norteamericana. ❑

Notas

1. Melanie Kirkpatrick "Sounding the Nuclear Alarm", *Wall Street Journal*, 22 November 2008, http://online.wsj.com/article/SB122731227702749413.html (acessado em 24 de abril de 2010).

2. Jonathan Medalia, *The Reliable Replacement Warhead Program: Background and Current Developments*, Relatório do CRS RL 32.929 (Washington, DC: Congressional Research Service, 27 July 2009), 4, http://opencrs.com/document/RL32929/2009-07-27/download/1013/ (acessado em 24 de abril de 2010).

3. Ibid., 45.

4. Government Accountability Office [Gabinete de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos], "Nuclear Weapons: Annual Assessment of the Safety, Performance, and Reliability of the Nation's Stockpile", GAO-07-243R (Washington, DC: Government Accountability Office, 02 February 2007), 4, http://www .gao.gov/new .items/d07243r.pdf (acessado em 27 de abril de 2010).

5. Ibid.

6. Ibid.

7. Ibid.

8. Medalia, *Reliable Replacement Warhead Program*, 45.

9. William J. Perry et al, *America's Strategic Posture: The Final Report of the Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States* (Washington, DC: States Institute of Peace Press, 2009), 20, http://media.usip.org/ reports /strat_posture_report.pdf, (acessado em 24 de abril de 2010).

10. "Remarks by President Barack Obama, Hradcany Square, Prague, Czech Republic", 5 de abril de 2009, Casa Branca, Office of the Press Secretary, http://www .whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-By-President -Barack-Obama-In-Praga-As-Delivered/ (acessado em 24 de abril de 2010).

11. Department of Defense, *Capstone Concept for Joint Operations*, versão 3.0 (Washington, DC: Department of Defense, 15 January 2009), 30-31, http://www.dtic.mil /futurejointwarfare/concepts/approved_ccjov3.pdf (acessado em 24 Abril de 2010).

12. MSgt Ben Gonzales, "STRATCOM Leader Charts Nuclear Path for American Military", Air Force News Agency, 23 september 2008, http://www.af.mil/news /story.asp?id=123116467 (acessado em 27 de abril de 2010).

13. Keir A. Lieber e Daryl G. Press, "The Nukes We Need: Preserving the American Deterrent", *Foreign Affairs* 88, n° 6 (November/December 2009): 41.

14. Ibid., 49.

15. Ibid., 51.

16. Perry et al., *America's Strategic Posture*, 20-21.

17. Ibid., 10.

18. John Michael Loh, "Ensure Nuclear Deterrence by Developing New Bomber", *Omaha World-Herald*, 7 December 2009, http://www.omaha.com/article/20091207/NEWS0802/712079997 (acessado em 24 de abril de 2010).

19. Perry et al., *America's Strategic Posture*, 21-22.

20. Kirkpatrick, "Sounding the Nuclear Alarm", 1.

21. Ibid., 2.

22. John S. Foster Jr., presidente, *FY 2001 Report of the Panel to Assess the Reliability, Safety, and Security of the United States Nuclear Stockpile* (Washington, DC: Government Printing Office, 15 March 2002), 4, http:// www.fas.org/programs/ssp/nukes/testing/fosterpnlrpt01.pdf (acessado em 27 abril de 2010).

23. National Nuclear Security Administration, "NNSA Delays Modern Pit Facility Environmental Impact Statement and Selection of a Preferred Location", 28 January 2004, http://nnsa.energy.gov/news/print/1516.htm (acessado em 24 de abril de 2010).

24. Pam Sohn, "TVA Argues for Tritium Production at Sequoyah", *Chattanooga Times Free Press*, 4 February 2010, http://www.timesfreepress.com/news/2010/feb/04/tva-argues-for-tritium-production-at-Sequoyah/ (acessado em 27 de abril de 2010).

25. American Physical Society Panel on Public Affairs Committee on Energy and Environment, *Readiness of the U.S. Nuclear Workforce for 21st Century Challenges*, June 2008, 12, http://www.aps.org/policy/reports/popa-reports/upload/Nuclear-Readiness-Report-FINAL-2.pdf (acessado em 24 de abril de 2010).

26. Ibid.

27. Walter Pincus, "Obama Budget Seeks 13.4 Percent Increase for National Nuclear Security Administration", *Washington Post*, 03 de fevereiro de 2010, A3, http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/02/02/ AR2010020203884.html (acessado em 27 abril de 2010).

28. Senate Appropriations Subcommittee on Energy and Water Development, *Hearing on President Obama's Fiscal 2011 Budget Request for the National Nuclear Security Administratio*n, 111° Congress, 2ª Session, 10 March 2010.

29. Foster, *FY 2001 Report of the Panel*, 2.

30. Medalia, *Reliable Replacement Warhead Program*, 12.

31. Ibid., 7.

32. Ibid., 6.

33. Ibid., 5.

34. Ibid. Os detalhes vão além do alcance deste artigo, mas certos observadores concordam que devemos depositar alta confiança na SSP. Em geral, aqueles que apoiam as avaliações acreditam que devido a quantidade de dados de testes anteriores, dos avanços em técnicas de modelagem e simulação, e do grande progresso em computação de alta potência, contamos agora com conhecimento suficiente para modelar, com precisão, todos os efeitos de envelhecimento em armamentos.

35. Senate Appropriations Subcommittee on Energy and Water Development, *Hearing on President Obama's Fiscal 2011 Budget Request.*

36. "Remarks by Presidente Barack Obama".

37. Ibid.

38. Medalia, *Reliable Replacement Warhead Program*, 1.

39. Ibid., 2.

40. Ibid., 3. Em troca de opiniões entre a Senadora Dianne Feinstein e o Administrador D'Agostino, durante audiência perante o Senate Appropriations Subcommittee on Energy and Water Development, a respeito do pedido de 10 de março de 2010, do Presidente relativo ao orçamento de 2011 para a NNSA, o Sr. D'Agostino reconheceu que em 2009 o grupo JASON disse acreditar que a vida útil das armas nucleares existentes poderia ser ampliada no futuro. No entanto, também destacou que "em muitos casos não podemos continuar a fazer o que costumávamos fazer há 30, 40 anos atrás. Não só faltam pessoas, mas também não contamos com as técnicas de processamento." Ver Senate Appropriations Subcommittee on Energy and Water Development, *Hearing on President Obama's Fiscal 2011 Budget Request.*

Como Compreender As Forças Armadas Americanas: Demografia, Características de Personalidade, Psicologia, Liderança e Percepções*

ADAM LOWTHER, *PHD*

Introdução

Desde o início das operações *Enduring Freedom - OEF* e *Iraqi Freedom - OIF*, a composição demográfica das forças armadas americanas, mais uma vez, foi sujeita a intenso escrutínio. Os críticos e comentaristas apressaram-se em ir à mídia, sugerindo que as forças são racistas, sexistas, homofóbicas e que não existe branco rico disposto a lutar em guerras que o pai começa.[1] Se esses críticos tivessem examinado pesquisa recente, entenderiam a demografia, princípios e psicologia dos militares americanos. Os fatos apresentam quadro bem diferente do que se costuma acreditar.

---

*Este artigo foi publicado anteriormente na Joint Forces Quarterly - Verão 2010 e também na ASPJ - Chinês Primavera 2010
Adam Lowther, PhD. é analista de defesa do Instituto de Pesquisa da Força Aérea, Universidade do Ar, Base Aérea Maxwell, AL.

A partir da segunda metade do século XX, os estudiosos começaram a analisar a psicologia, princípios e características demográficas dos profissionais militares. Essa análise produziu percepções surpreendentes. No prefácio do *The Professional Soldier* (1960), uma das primeiras obras sobre o assunto, Morris Janowitz escreve:

> A profissão militar enfrenta crise: como pode se organizar para fazer face às múltiplas funções de dissuasão estratégica, guerra limitada e maior responsabilidade político-militar? Primeiro, a contínua mudança tecnológica. Em segundo, a necessidade de redefinir a estratégia, doutrina e auto-conceitos profissionais. A manutenção de organização eficaz e, ao mesmo tempo, a participação em novas práticas, tais como controles de teste nuclear ou sistemas de segurança regional, exigirão novos conceitos, criando novos cargos para os militares.[2]

Cinco décadas após, ainda soa bem. Apesar de mudanças inéditas no ambiente de segurança internacional, a profissão das armas parece estar sempre em crise. Talvez Janowitz estivesse equivocado. Pode ser que a sempre presente "crise" seja a eterna adaptação do soldado profissional ao ambiente estratégico em constante mudança. Seja qual for o caso, a pergunta original de Janowitz continua incomodando.

Janowitz, ao dar outra explicação acerca das relações entre civis e militares nos Estados Unidos comparada ao trabalho anterior de Samuel Huntington, *The Soldier and the State* (1957), iniciou o que continua a ser intenso debate da natureza dos militares na sociedade e aquelas características que colocam os mesmos à parte do público que defendem.[3] Embora certo consenso exista, sugerindo que os membros das forças armadas são bem diferentes da sociedade em sua maneira de perceber o mundo, o acordo é pouco em exatamente como diferem e porquê.[4]

Este artigo não tenta resolver de uma vez por todas o debate, mas pretende oferecer amplo quadro dos indivíduos que integram as forças armadas americanas, examinando sua demografia, psicologia e princípios. É importante notar que a maior parte dos dados citados é incompleta em sua cobertura de todas as quatro forças e dos oficiais e soldados alistados. Por esse motivo, as distinções limitam-se àquelas entre os militares e a sociedade. Na maior parte dos casos existem dados suficientes para se distinguir entre duas forças ou entre os oficiais e os soldados alistados.

A Demografia das Forças Armadas

No rescaldo do Conflito do Vietnã, os Estados Unidos puseram um fim ao alistamento obrigatório em 1973, voltando à força totalmente voluntária. Naquela época, tal como agora, os críticos clamavam que as forças armadas recrutariam os soldados dos bairros mais pobres do país, permitindo, ao mesmo tempo, que a elite se esquivasse do serviço militar, como ocorria, frequentemente, durante o Vietnã.[5] De fato, a participação da elite declinou, mas os militares da nação não são originários de zonas urbanas pobres. Na verdade, o quadro demográfico das forças armadas norteamericanas é bem diferente.

A Renda da Família

Segundo estudos recentes, os recrutas militares são provenientes de famílias com renda média anual de $43.122 dólares (em 1999). Naquele mesmo ano, a renda média anual da família norteamericana era aproximadamente $41.994 dólares.[6] No percentual da população de 18-24 anos de idade, i.e., a maioria dos recrutas, a renda média variava entre $ 35.000 - $ 79.999 dólares e $ 85.000 - $ 94.999 dólares. Esses grupos foram super-representados, enquanto as famílias nos extremos da escala socioeconômica foram sub-representadas.[7] O interessante é que o percentual de recrutas em famílias de alta renda aumentou desde o 11 de setembro, enquanto o de famílias de baixa renda diminuiu.[8] Em 2005, 22,8% dos recrutas faziam parte do percentual mais rico e apenas 13,7% dos mais pobres. Assim, a classe média produz a média dos conscritos e não a população pobre urbana. Para o ingresso de oficiais e acesso às academias militares, não havia dados disponíveis. A situação socioeconômica também se correlaciona a ou-

tras variáveis preferíveis, tais como ética de trabalho, inteligência e aptidão.[9]

Educação

Em média, os militares são mais instruídos do que o restante da sociedade americana.[10] Enquanto a média nacional é de 75%, 98% dos militares detêm, no mínimo, diploma de ensino médio.[11] Os alistados e oficiais também obtiveram pontuação acima da média nacional em testes padronizados de interpretação de texto e matemática. De modo interessante, a pontuação no Teste de Coeficiente das Forças Armadas *[Armed Force Quotient Test - AFQT]* demonstrou que os militares alistados atualmente possuem Coeficiente de Inteligência mais elevado do que antes do 11 de setembro.[12] Além disso, como demonstram os estudos, os veteranos matriculados em faculdades atingem resultados acima da média.[13] Assim, os que sugerem que as forças armadas baixaram de padrão para satisfazer as necessidades de recrutamento estão incorretos. Ocorreu o oposto. Os americanos que hoje optam pelo alistamento ou pela carreira em forças armadas são mais educados e mais inteligentes do que antes (desde o início da compilação de dados).

Raça

Em 2004, 75,6% da população adulta nos Estados Unidos era considerada branca. Em 2006, 77,99 % dos jovens entre 18-24 anos caracterizavam-se de brancos.[14] Dos recrutas (alistados) que ingressaram ao exército em 2004, 73,1% eram brancos. Além disso, 75,43% de todos os militares (homens e mulheres) da ativa entre 18 e 24 anos relataram a cor branca.[15] Assim, a proporção é de quase 1 a 1 de brancos tanto na sociedade, em si, como nas forças armadas. Quando subdivididos em brancos não-hispanos (84,57%) e brancos hispanos (15,43%), os hispanos representam pouco menos de 10% de toda a força – baixa sub-representação.[16]

Proporcionalmente, os negros e asiáticos são as duas raças com o maior e menor grau de representação. Ao contrário da crença popular, nos anos após o final do alistamento compulsório, um número cada vez maior de negros inscreveu-se nas forças armadas, devido ao que se percebia ser tratamento igualitário oferecido aos membros. Em 1990, os negros compreendiam cerca de 20% dos militares e apenas 13% da população total. Tida como instituição imparcial, onde a cor da pele não inibi o avanço, os oficiais e alistados negros ingressaram às forças armadas e optaram em sua maioria, por funções administrativas, de suprimento e apoio.[17] Mas nos anos após o 11 de setembro, a participação dos negros nas Forças Armadas diminuiu, permanecendo em torno de 15%.[18]

Isso resulta de vários fatores. Em primeiro lugar, a justificativa para ingresso às Forças Armadas é em grande parte relacionada à natureza aberta da cultura militar e as oportunidades oferecidas aos negros. Como observa o Gabinete Contábil do Governo: "Em geral, muitos afro-americanos alistavam-se por motivos tangíveis e tinham maior probabilidade de ocupar cargos não-combatentes do que soldados graduados brancos ou hispanos, fazendo das forças uma carreira."[19] Quando visualizadas como avenidas de avanço, as forças armadas não possuem muitos atrativos durante períodos de guerra, com seu ritmo operacional acelerado.[20] Além do mais, a natureza indesejável da Guerra do Iraque e a grande afinidade dos negros para com a agenda do partido democrata também conseguem explicar porque o recrutamento entre eles diminuiu após o 11 de setembro.[21]

Os asiáticos, por outro lado, merecem pouca atenção na literatura demográfica.[22] Não se sabe ao certo porque são sub-representados. Assim, é suficiente dizer que 3,6% das forças são compostos por asiáticos. A população geral conta com 4,8%, clara sub-representação.[23]

Região

Também importante às variáveis descritas até agora é a região. Entre as quatro regiões geográficas examinadas (nordeste, centro-oeste, sul e oeste) 65% de todos os recrutas concentram-se no sul e oeste. O sul contém 42%.[24] Embora 41% da população (de18-24 anos) concentrem-se no nordeste e centro-oeste, 35% dos recrutas provêm dessas regiões.[25] A pesquisa confirma a

crença comum de que existe forte "tradição militar sulista", apesar dos sulistas não dominarem a liderança das forças armadas, por completo, como no início do século XX.

Sexo

Devido a tradição, as forças armadas são bastiões masculinos. Porém, as guerras frequentemente dão às mulheres a oportunidade de servir. Por exemplo, no Corpo Aéreo Feminino *[Women's Air Corps - WAC],* bem como enfermeiras, secretárias e assistentes de escritório. Após a Segunda Guerra Mundial, as forças armadas começaram a abrir as fileiras. De 1980 a 2003, o número de mulheres no serviço militar dobrou, passando de 8,4 a 15 %.[26] Embora seja índice desproporcionalmente baixo – as mulheres constituem pouco mais da metade da população – existe pouco empenho para igualar a proporção de homens e mulheres nas forças armadas. Além disso, com poucas exceções (armas combatentes), as mulheres servem agora na maioria das especialidades de carreira.

Os dados mais recentes coletados pelo *Bureau of Labor Statistics* [Gabinete de Estatísticas Trabalhistas] oferece mais um ponto interessante relacionado ao sexo. Dos candidatos inscritos em serviço ativo nas quatro Forças (Exército, Marinha, Força Aérea, Fuzileiros Navais), um maior percentual feminino obteve pontuação na categoria "Estágio I" no Teste de Aptidão Vocacional das Forças Armadas *[Armed Services Vocational Aptitude Battery - ASVAB]* do que os homens. Simplesmente, em média, as mulheres nas forças armadas são mais inteligentes do que os colegas do sexo masculino.

Densidade Demográfica

Uma variável final oferece amplo esclarecimento demográfico. Mais de 71% dos recrutas militares em 2003 eram provenientes de áreas suburbanas e rurais. As áreas urbanas, que concentram 40% da população (de 18-24 anos) respondem por menos de 29% dos militares.[27] Proporcionalmente, as zonas rurais são as de maior representação. Assim, o ponto de vista de que os habitantes pobres das zonas urbanas constituem a força combatente em período de guerra é infundado, embora seja correto sugerir que as "pequenas cidades pagam alto preço."[28]

Esboço Demográfico Cumulativo

O membro das forças armadas, em média, é branco, alto, com escolaridade de nível médio, família de classe média que vive em subúrbios ou áreas ex-urbanas [nos Estados Unidos denominada *exurbs*, uma região ou povoado situado fora de centros urbanos, normalmente mais além dos subúrbios, frequentemente habitada por famílias ricas], na região sul ou oeste. *Vamos reiterar que baseamos o acima* em estatísticas e não em uma só fatia das forças armadas, o que poderia levar a resultados bem diferentes.

Para debate mais amplo, antes de voltarmos à literatura recente referente à tipologia da personalidade e psicologia da liderança militar, seria relevante breve discussão acerca da auto-seleção em forças totalmente voluntárias. Atrai, não somente certos tipos de personalidade, mas também aventureiros, patriotas e americanos em ascensão. Como observado acima pelo Gabinete Contábil, os brancos do sexo masculino, acima da média, ingressaram às forças armadas e armas combatentes, em particular, por patriotismo e aventura. O pico em recrutamento de brancos que pertencem a mais alta camada econômica após o 11 de setembro ilustra o ponto. Mas não sugere que esses recrutas não ingressam às forças armadas para aprender e desenvolver habilidades e obter benefícios educacionais, como normalmente acontece com os negros e mulheres.[29]

Também é importante notar que as estimativas atuais da população elegível (de 18-24 anos) sugerem que aproximadamente sete entre dez jovens na América são inaptos para o serviço militar porque possuem antecedentes penais, não conseguem preencher os requisitos intelectuais mínimos, são fisicamente incapazes e/ou possuem antecedentes de abuso de narcóticos.[30] Assim, a população elegível é bem peneirada antes de ser aceita ao serviço militar. Contrário ao mito popular, as forças armadas não aceitam pessoas dissolutas

que, além do mais, seriam obrigadas a passar o tempo atrás das grades.

A Tipologia da Personalidade e a Psicologia da Liderança

Os psicólogos começaram a examinar a tipologia da personalidade no início da década de 30. Contudo, não existe um grupo de traços de personalidade aceito ou método para calculá-lo.[31] Também não contamos com estudos recentes e acessíveis ao público, em geral, que examinam as características de personalidade dos membros militares. Isso deixa ao pesquisador a extração e compilação de dados relevantes de fontes diversas e muitas vezes inconsistentes para criar uma síntese da personalidade do militar típico.

O número bastante reduzido de psicólogos que estudam os militares conta com uma série de ferramentas/metodologias para desenvolver perfis de personalidade e calcular características de liderança.[32] Os estudos recentes que examinam o sucesso em liderança na Academia de West Point, Futuros Pilotos em Treinamento *[Undergraduate Pilot Training - UPT]* e em treinamento básico de eletricidade e eletrônica naval oferecem percepções singulares.[33]

Como indicam as avaliações administradas aos novos recrutas ao ingressar às forças, existem três motivos principais para o alistamento: benefícios didáticos, treinamento, aventura e patriotismo.[34] O valor atribuído a cada um deles varia de indivíduo a indivíduo, mas oferece certos dados iniciais que estudos psicológicos esclarecem e expandem. Com isso em mente, passo agora à tipologia e às tendências que muitas vezes colocam os membros das forças armadas à parte dos colegas civis.

Coragem

Em estudo dos cadetes da *West Point*, a coragem exibida em bravura pessoal e retidão moral, foi a virtude mais valorizada, o que é consistente com as provas baseadas em observações fortuitas e aculturação esperada. Por exemplo, o Manual de Campanha do Exército 22-100 lista os sete princípios básicos de liderança: lealdade, dever, respeito, serviço abnegado, honra, integridade e coragem pessoal. Assim, é razoável sugerir que a coragem é uma característica de personalidade mais facilmente visível em membros das forças armadas, bem como um dos princípios cultivados e necessário à promoção tanto de oficiais como de militares alistados. Um breve exemplo demonstra o grande valor da coragem. Como relatou o General Oliver Smith, o Comandante da Segunda Divisão de Fuzileiros Navais, durante os primeiros anos da Guerra da Coreia:

> Durante a Operação *Reservoir*, nunca me preocupei com a segurança de *Koto-ri*. Quando foi ordenado a ocupar *Koto-ri*, Lewie [Lewis "Chesty" Puller] nunca questionou se tinha homens suficientes ou não para isso. Simplesmente decidiu-se a fazê-lo. Sua mera presença tranquilizou os homens. Circulava em seu meio constantemente. Os homens conheciam a fama do Coronel Puller. Sabiam que já havia escapado com êxito de muitas situações críticas e, aqui estava ele, em carne e ossos, irradiando confiança.[35]

Como o fuzileiro naval mais condecorado da história americana, Lewis Puller era muitíssimo bem conhecido pela coragem, um denominador com valor de verdade, como demonstra a citação anterior. Um Capelão dos Fuzileiros Navais ecoou o mesmo sentimento acerca dos fuzileiros sob seu comando, dizendo: "É impossível exagerar. São convencidos e de verdade arrogantes, de que são os combatentes mais ferozes da terra – e o interessante é que são mesmo.[36]

Existe uma variedade de citações similares em diversas fontes que narram as aventuras de muitos soldados, marinheiros, aviadores e fuzileiros navais. O importante, no entanto, é destacar o valor da coragem como atributo de caráter, inato ou adquirido, em todos os membros das forças armadas.

Com risco ou perigo

Existe outra característica de personalidade relacionada à coragem: o arriscar-se. Um estudo de longo prazo patrocinado pelo Exército, acompanhou 675.626 soldados susceptíveis a serem destacados ao Golfo Persa durante a I Guerra do Golfo.[37] Consistente

com estudos que demonstram falta de prudência e alto grau de coragem entre os membros das forças armadas, os resultados exibem comportamento de elevado aceite de risco entre os soldados destacados durante a guerra. O interessante é que esses soldados "dispostos a aceitar riscos" também eram física e mentalmente mais saudáveis do que os companheiros do Exército, não destacados.[38]

Voltando ao exemplo do General Puller, quando servia de comandante de batalhão durante a II Guerra Mundial e comandante de regimento na Coreia, sempre estabelecia o posto de comando muito mais próximo à linha de frente do que a doutrina prescrevia ou da prática seguida pelos outros comandantes.[39] O perigo a que se expunha, incentivava os companheiros e subordinados a assumir riscos ainda maiores. Assim, pode-se compreender como tal característica é inculcada entre os membros das Forças que já assumem maiores riscos do que a sociedade em geral.

O Tenente-Coronel (mais tarde General) Curtis E. LeMay fazia o mesmo. Durante seu primeiro bombardeio em St.Nazaire, em 1942, LeMay projetou nova técnica que colocava a tripulação do bombardeiro *B-17* em maior risco. Para acalmar os nervos e incutir o aceite de risco aos membros da 305ª Ala de Bombardeiros, LeMay voava na posição líder – hábito que praticava regularmente. Sua coragem e aceite de risco levaram a bombardeio muito bem sucedido.[40]

Audácia

É um traço de personalidade que merece atenção especial, pois desempenha papel fundamental em promover outras características desejáveis. A audácia, aquela resiliência face ao estresse que produz ou destrói a determinação de um indivíduo diante de situações aparentemente impossíveis é característica importante entre os militares.[41] Embora seja tendência comum nas forças armadas, não é algo que se aprende. Como observa um autor, "Os dados sugerem que o cidadão americano atraído às academias das forças armadas exibe um conjunto de princípios coerentes com a doutrina militar dos EUA (...)"[42] Não se sabe o quanto se pode generalizar esse estudo em todas as armas, mas as exigências da vida e trabalho militares tendem a causar a parcialidade de auto-seleção em indivíduos audazes.

É impossível exagerar a importância da audácia. Tal como acontece com muitas outras variáveis demográficas e rasgos de personalidade, a presença de uma característica geralmente está relacionada a uma ou outras mais. Assim, as características positivas e negativas tendem a reforçar uma a outra.[43]

Prudência

Esta característica, muitas vezes importante não está presente entre os membros das forças armadas. Um estudo revelou que os níveis de prudência são mais baixos nas forças armadas do que entre a população em geral.[44] Essa conclusão coincide com os traços de personalidade esperados. É, no entanto, interessante notar que líderes militares superiores são muitas vezes adversos ao risco. Como demonstram exemplos em anais históricos, hesitam em tomar decisões quando a probabilidade de sucesso não é lá tão boa. Não estudamos a natureza exata da prudência e a relação para com as ações de militares mais antigos *versus* mais novos. O fato dos oficiais superiores serem mais prudentes do que os subalternos e praças talvez seja devido a "carreirismo". Pode ser que a consequência das decisões sejam maiores e isso aumenta a aversão ao risco. Pode ser, até mesmo, a diferença em maturidade entre esses dois tipos de líderes. Seja o que for, é provável que oficiais de maior antiguidade sintam maior relutância em assumir grandes riscos.

Esboço Demográfico Cumulativo

Sugere que, em média, os soldados, marinheiros, aviadores e fuzileiros navais são corajosos, audazes e aceitam riscos. Contudo, não são prudentes. Além disso, como sugerem os dados demográficos, os membros das forças armadas também se encontram acima da média em inteligência, espírito de aventura e ambição. Embora útil, essa descrição da personalidade necessita de maiores dados para desenvolver melhor entendimento dos militares.

Isso nos leva ao tópico seguinte – a psicologia da liderança.

A Psicologia da Liderança

O estudo da psicologia da liderança está relacionado ao tema da tipologia de personalidade e oferece outros esclarecimentos referentes à tomada de decisões pelos militares. Em estudos de liderança militar mais recentes (2009), os autores empregaram o Inventário de Personalidade *NEO-PI-R* a grupo de oficiais militares para que esses avaliassem a habilidade em liderança dos pares.[45] É de particular relevância, pois oferece certa percepção referente à personalidade dos líderes de alto nível que tomarão decisões atuais e futuras. Como demonstrou a pesquisa anterior, a avaliação dos pares é indicador altamente confiável do sucesso dos oficiais.[46]

As cinco facetas da personalidade incluídas no inventário *NEO-PI-R* são: neuroticismo (ansioso, inseguro, mal-humorado e negativo), extroversão (amigável e social), exposição à experiência (inconformista, autônomo e criativo), amabilidade (atento, cooperativo e tolerante), e conscienciosidade (confiável e pró-ativo). As respostas dos participantes produziram resultados interessantes. Aqueles com pontuação alta em extroversão, exposição à experiência e conscienciosidade foram classificados de líderes eficazes, ao contrário dos neuróticos. Os efeitos de amabilidade em sucesso da liderança não foram conclusivos.[47] Os resultados sugerem que as atuais e futuras autoridades competentes possuem visão positiva, o que alimenta o tipo de *personalidade* com a atitude de "sim, posso" dos militares e o resultado otimista que o pessoal militar espera durante a execução de operações. Também sugerem que os líderes tendem a ver obstáculos como algo a superar e não como fator restritivo. Não se deve subestimar o otimismo que antecede o conflito. Na maioria dos conflitos recentes, o raciocínio dos líderes anterior à guerra antecipava maior número de vítimas do que na verdade ocorreu (aversão ao risco), embora acompanhado de sucesso garantido. Os oficiais subalternos muitas vezes antecipavam vitória mais rápida, o que não foi o caso.

Outras inferências: primeiro, os líderes eficazes (e com maior probabilidade de promoção a altas patentes) tendem a ser menos emocionais; segundo, aquiescem, cooperam e não competem. Essa conclusão também é apoiada pela crença popular entre os militares. Sugere-se muitas vezes que os generais não atingem alta patente assumindo riscos, mas mantendo posição moderada e buscando consenso. A descrição de uma série de comandantes e chefes de estado-maior anteriores validam essa noção, enquanto a descrição de grandes comandantes guerreiros da nação são bem diferentes.[48] Na maioria dos casos, não coexistem lado a lado.

Esboço Demográfico Cumulativo

Os oficiais militares com maior probabilidade de promoção e, portanto, que exercem influência em estilos de liderança dos subordinados, são extrovertidos, abertos a novas experiências e conscientes das decisões. Também tendem a buscar consenso antes de tomar essas decisões. Contudo, evitam riscos se a probabilidade existe de alto custo e baixo benefício. Em aspectos distintos, porém relacionados, tendem a minimizar baixas, fiando-se em vantagem tecnológica.

A Percepção do Mundo

Volto à literatura das relações entre civis e militares, em parte a fim de examinar como o corpo de oficiais percebe o mundo, um tema muitas vezes negligenciado. A percepção entre os oficiais e praças difere bastante da do público americano em geral. A diferença é exacerbada quando comparada a certas variáveis, tais como região geográfica ou raça.

Para os que não estão familiarizados com o estudo de como percebemos o mundo, um autor descreve-o como aquele que tenta responder a três perguntas. Quem e de onde somos? Qual é o problema com o mundo? Como corrigí-lo?[49] Cada percepção gera as respostas próprias.

A grande maioria nas forças armadas adere à percepção decididamente judaico-cristã, com forte crença em um poder superior, a verdade absoluta, a presença real do bem e do mal e no derradeiro triunfo do bem sobre o mal.[50] Essa bússola moral nítida leva muitos no serviço militar a ver a sociedade americana como degenerada e carente das qualidades que fizeram dela uma grande nação.[51] São os militares, de acordo com muitos oficiais e praças, que exemplificam a retidão moral. Os sociólogos militares como Charles Moskos lamentam a separação aparentemente cada vez maior entre a sociedade em geral e os militares.

Religião

A tendência é maior entre os oficiais militares em participar de serviços religiosos, quando comparada a dos membros alistados e às mulheres. Isso em grande parte devido a alta proporção de jovens solteiros entre os praças.[52] A tendência é a mesma na população civil, onde os jovens também tendem a não participar muito em serviços religiosos. O que separa os militares, oficiais, graduados e praças do resto da sociedade é a clara identificação entre o certo e o errado.[53] Para as elites que governam o país, que frequentaram as universidades da *Ivy League* [associação de oito universidades e faculdades no nordeste dos Estados Unidos, compreendendo Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Princeton, Universidade da Pensilvânia e Yale] e que administram as grandes empresas de Wall Street, uma percepção secular do mundo é muito mais comum. A noção de "verdade individual" é contrária à natureza da profissão militar. Entretanto, a capacidade de determinar a própria verdade é extremamente atraente a muitas elites.[54] Como descreveu Huntington, "a ética militar, consequentemente, é um padrão constante com o qual é possível julgar o profissionalismo de qualquer corpo de oficiais em qualquer lugar e a qualquer momento."[55] Aplicam essa mesma consistência ética a todo o mundo. De acordo com a percepção militar, o restante da sociedade jamais conseguirá viver de acordo com esse padrão.

Quando examinamos os militares, a ambiguidade moral, tão importante a muitas autoridades competentes de elite, é muitas vezes quase inexistente. Assim, as decisões que líderes militares tendem a tomar, são restritas pela pura demarcação de uma escala monocromática em branco e preto. Enquanto o país continua a contar com força totalmente voluntária, a atual percepção do mundo provavelmente persistirá, tornando-se mais prevalente.

Política

O estreito elo que muitos membros das forças militares possuem com o Partido Republicano é exemplo marcante da percepção do mundo judaico-cristão voltada à política. É uma filiação que atravessa a barreira oficial/alistado, mais pronunciada no corpo de oficiais e, mais especificamente, na Força Aérea.[56] Durante a eleição presidencial de 2008 os militares apoiaram o Senador McCain em sua grande maioria, apesar da "Guerra dos Republicanos" não ser popular. Os militares e suas famílias vem arcando com o peso há mais de seis anos.[57]

A forte ligação com o Partido Republicano é muitas vezes descartada como alinhamento de conveniência, já que os republicanos favorecem gastos militares em detrimento aos sociais, mas tal explicação deixa de demonstrar entendimento fundamental da forte disposição moral e ética que rege a vida e o raciocínio militar. Como observou Huntington há mais de cinquenta anos, a mente militar exemplifica a "realidade conservadora." Altamente cético em relação a bem intrínseco, o militar adere-se solidamente ao lema do Presidente Ronald Reagan: "confie, mas verifique". Ao acreditar que o homem é criatura corrupta e promíscua por natureza, o militar suspeita de grandes esquemas para a paz mundial. Porém, como mencionado anteriormente, o otimismo é característica fundamental da liderança bem sucedida. Assim, pode-se dizer que as forças armadas contam com grande número de *otimistas céticos*. Quando se trata de política, a ideologia do Partido Republicano é mais coerente com essa perspectiva do que a do Partido Democrata.

Conclusão

O quadro pintado nas páginas anteriores descreve o típico soldado, aviador, marinheiro ou fuzileiro naval. Talvez não se pareça com pessoa alguma em particular. É baseado em resultados de dados demográficos, pesquisa, história e crenças populares. Sendo assim, é limitado.

Meio século após, sem reler toda sua obra inovadora, os resultados sugerem que a descrição dos militares feita por Samuel Huntington em 1957 continua válida. Também sugerem que a força totalmente voluntária continua selecionando um grupo de homens e mulheres acima da média para servir a nação. As forças armadas americanas, política e moralmente conservadoras, continuam sendo constituídas em grande parte por jovens do sexo masculino e de cor branca. Seus membros são corajosos, audazes, correm riscos e demonstram falta de prudência. Extrovertidos e abertos a novas experiências, os militares tendem a descartar planos grandiosos para a paz mundial, já que vêem os adversários com ceticismo. Em última análise, os líderes são lentos em tomada de ação mas rápidos em busca de consenso. Se os anais históricos estão corretos, o militar continua sendo o mesmo de sempre. ❑

Notas

1. Neil Offen, "Hersh: Military Waging War with White House" The Herald Sun (14 October 2009) Disponível em: http://www.heraldsun.com/pages/full_story/push?article-Hersh-+Military+waging+war+with+White+House%20&id=3974209-Hersh-+Military+waging+war+with+White+House&instance=homethirdleft; Derrick Z. Jackson, "For African-Americans, Folly of This War Hits Home" Boston Globe (9 May 2007) Disponível em: http://www.boston.com/news/globe/editorial_opinion/oped/articles/2007/05/09/for_african_americans_folly_of_this_war_hits_home/; CBS News, "Black Enlistment In Military Plummets" CBSNews.com (November 11, 2007) Disponível em: http://www.cbsnews.com/stories/2007/11/11/sunday/main3485906.shtml; Deirdre Griswold, "Big Firms get Rich as Iraq War Escalates" Workers World (July 19, 2007) Disponível em: http://www.workers.org/2007/world/iraq-0726/

2. Morris Janowitz, The Professional Soldier (Glencoe: IL: Free Press, 1960) vii.

3. Samuel Huntington, The Soldier and the State (Cambridge, MA: Belknap Press, 1957).

4. Thomas E. Ricks, "The Widening Gap Between the Military and Society," The Atlantic Monthly (July 1997) 66-78. Peter Feaver& Christopher Gelpi, Choosing Your Battles (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004).

5. Sean Alfano, "Rangel Will Push To Bring Back The Draft" CBS News (November 20, 2006) Disponível em: http://www.cbsnews.com/stories/2006/11/19/ftn/main2199539.shtml

6. Tim Kan, Who are the Recruits? The Demographic Characteristics of US Military Enlistment, 2003-2005 Center for Data Analysis—Heritage Foundation (2006) 3.

7. Tim Kane, Who Bears the Burden: Demographic Characteristics of Military Recruits Before and After 9/11 Center for Data Analysis—Heritage Foundation (2005) 5.

8. Ibid, 2.

9. Richard Herrnstein e Charles Murray debatem esses temas em detalhe em vários capítulos de The Bell Curve (1994), mas encontramos breve argumento de Murray em: http://www.cpsimoes.net/artigos/art_iq_succ.html. Ver também, Perter Hartman et al., "Personality as Predictor of Achievement" Journal of Individual Differences (January 2009) Vol. 30 No. 2, 65-74.

10. Office of the Undersecretary of Defense for Personnel and Readiness, 2006 Population Representation in the Military Services (Washington, DC: Department of Defense, 2006).

11. Office of the Undersecretary of Defense for Personnel and Readiness, Population Representation in the Military Services-Appendix B (Washington, DC: Department of Defense, 2006).

12. Ibid., Tabelas B 4-7.

13. Harvey Joanning, "The Academic Performance of Vietnam Veteran College Students" Journal of College Student Personnel (January 1975) Vol. 16 No. 1, 10-13.

14. Defense Manpower Data Center, Historical Data Tables (Washington, DC: Department of Defense, 2006), Tabela D-22.

15. Kane, Who are the Recruits? 7.

16. Ibid, 8.

17. David Segal &Mady Segal, "America's Military Population" Population Bulletin (December 2004) Vol. 59. No. 1, 18-25.

18. A super-representação dos negros é mais impressionante quando penetramos o contexto de negros "qualificados" (18-24) e não no total da população negra. Em geral, comparados aos brancos, a probabilidade dos negros serem qualificados para o serviço militar é muito menor. Isso significa que os militares recrutam alta porcentagem de negros norteamericanos entre os melhores e mais brilhantes. Ver Bureau of Justice Statistics, "Existem diferenças raciais, com a grande desproporção de negros entre vítimas de, e agressores em homicídios "Department of Justice (July 2007) Disponível em: http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/homicide/race.htm, Ivor Horn et al., "Discipline in the African American Community: The Impact of Socioeconomic Status on Beliefs and Practices" Pediatrics (May 2004) Vol. 113 No. 5, 1236-1241.

19. Government Accountability Office, Reporting Additional Service Member Demographics Could Enhance Congressional Oversight (Washington DC: Government Printing Office, 2005) 79.

20. Government Accountability Office, 32.

21. Mark Hugo Lopez e Paul Taylor, Dissecting the 2008 Electorate: Most Diverse in U.S. History (Washington, DC: Per Research Center, 2009); David S. Wallace, Amyn Abduk-Khalig, Michael Czuchry and Tiffiny Lee Sia, !African American's Political Attitudes, Party Affiliation, and Voting Behavior" Journal of African American Studies 13. No. 2 (June 2008), 139-146.

22. Amy Lutz, "Who Joins the Military? A Look at Race, Class, and Immigration Status" Journal of Political and Military Sociology (2008) Vol. 36 No. 2, 167-188.

23. Ibid, 177.

24. Segal & Segal, 10.

25. Ibid, 10.

26. Ibid, 27.

27. Kane, Who Bears the Burden? 12.

28. Sean Hammill, "Small Towns Pay Big Price in Fighting Nation's Wars," Chicago Tribune (April 27, 2005) 6.

29. Government Accountability Office, 79. Meredith Kleykamp, "College, Jobs, or the Military? Enlistment During a Time of War, Social Science Quarterly (June 2006) Vol. 87 No. 2, 272-290.

30. Pauline Jelinek, "75% Of Young People Are Ineligible For Military Service" Associated Press (March 13, 2006).

31. G. W. Allport& H. S. Odbert, "Trait-names: A Psycho-lexical Study," Psychological Monographs (1933) No. 47, 171-220.

32. Entre as ferramentas/metodologias mais utilizadas para o estudo da personalidade e liderança nas Forças Armadas estão o Type Indicator de Myers-Briggs, Minnesota Multiphasic Personality Inventory, Automated Aircrew Personality Inventory e Hogan Personality Inventory. Cada um desenvolve um "compósito de personalidade", analisando uma série de características individuais que podem variar de um mínimo de cinco até 310.

33. Paul Bartone, et al., "Cognitive and Personality Predictors of Leader Performance in West Point Cadets," Military Psychology (2002) Vol. 14 No. 4, 321-338, Judith Johnson & Will Hill, "Personality Traits and Military Leadership" Individual Differences Research (2009) Vol. 7 No. 1, 1-13, Michael Matthews et al., "Character Strengths and Virtues of Developing Military Leaders: An International Comparison," Military Psychology (2006) Vol. 18 Sup., S57-S68, Frederick Siem, "The Use of Response Latencies to Enhance Self-Report Personality Measures," Military Psychology (1996) Vol. 8 No. 1, 15-27, James Driskell, et al., "Cognitive and Personality Predictors of Training Performance," Military Psychology (1994) Vol. 6 No. 1, 31-46, Paul Bartone, "The Need for Positive Meaning in Military Operations: Reflections on Abu Ghraib," Military Psychology (2005) Vol. 17 No. 4, 315-324.

34. See Beth J Asch et al., Attracting College-Bound Youth into the Military: Toward the Development of New Recruiting Options (Santa Monica, CA: RAND Publishing, 1999)

35. Burke Davis, Marine! The Life of Chesty Puller (New York: Bantam, 1962) 296.

36. Ibid, 296.

37. Nicole Bell et al., "Demographic, Physical, and Mental Health Factors Associated with Deployment of Army Soldiers to the Persian Gulf," Military Medicine (2000) Vol. 165 No. 10, 762-772.

38. Nicole Bell et al., 8.

39. Burke Davis, Ch. 10.

40. Warren Kozak, LeMay (Washington, DC: Regnery, 2009), 108-117.

41. S. R. Maddi, "The Existential Neurosis," Journal of Abnormal Psychology (1967) Vol. 72, 311-325, S.R. Maddi & S. C. Kobasa, The Hardy Executive (Homewood, IL: Dow Jones, 1984).

42. Michael Matthews et al., S64.

43. See Edger Puryear, 19 Stars: A Study in Military Character and Leadership (New York: Presidio Press, 2003).

44. Driskellet al.

45. Judith Johnson & William Hill, 1.

46. R. E. Cristal, "Recurrent Factors Based on Trait Ratings," Journal of Personality (1992) Vol. 60, 221-224.

47. Judith Johnson & William Hill, 3-4.

48. Eisenhower é talvez o melhor exemplo de candidato de consenso, particularmente durante a Segunda Guerra Mundial. Patton, por outro lado, foi um dos grandes comandantes guerreiros da nação, mas não conseguiu alcançar os mais altos escalões, porque era incapaz de cooperar com Montgomery, por exemplo. Ver Stephen Ambrose, Eisenhower: Soldier and President (New York: Simon and Schuster, 1991), Stanley Hirshon, General Patton: A Soldiers Life (New York: Harper, 2003).

49. Charles Colson e Nancy Pearcey, How Now Shall We Live? (Carol Stream, IL: Tyndale, 1993).

50. Charles Colson e Nancy Pearcey, The Problem of Evil (Carol Stream, IL: Tyndale, 2001).

51. Thomas Ricks, 69.

52. Peter Feaver& Richard Kohn, "The Gap" The National Interest (Fall 2000) 31. The Pew Forum on Religion and Public Life periodically conducts the US Religious Landscape Survey, que é o levantamento de religiões mais completo nos Estados Unidos.

53. Lydia Saad, "Church-Going Among U.S. Catholics Slides to Tie Protestants" Gallup (April 9, 2009) Disponível em: http://www.gallup.com/poll/117382/Church-Going-Among-Catholics-Slides-Tie-Protestants.aspx

54. Jim Herrick, Humanism: An Introduction (Amherst, NY: Prometheus Books, 2005).

55. Samuel Huntington, 62.

56. Ole Holsti, "A widening Gap Between the US Military and Civilian Society?" International Security (Winter 1998/1999) Vol. 23 No. 3, 5-42, Jerald Bachman et al., "Distinctive Military Attitudes Among US Enlistees, 1976-1997: Self-Selection Versus Socialization," Armed Forces and Society (Summer 2000) Vol. 26 No. 4, 561-585.

57. Brendan McGarry, "Military Times Poll: Troops Backing McCain," Military Times (October 9, 2008) Disponível em: http://www.armytimes.com/news/2008/10/military_poll_100508w/

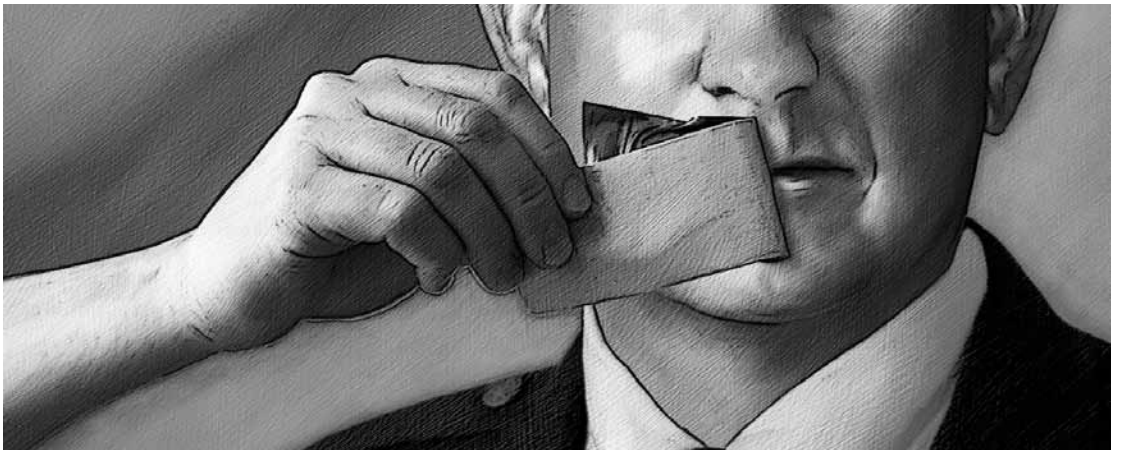
O Dr. Adam B. Lowther é catedrático analista para o Instituto de Pesquisa da Força Aérea, na Base Aérea Maxwell em Alabama. Recebeu o Bacharelado e Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Arizona e Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Alabama. Antes de fazer parte do *AFRI* o Dr. Lowther foi Catedrático de Ciência Política nas Universidades de Georgia e Arkansas. Também passou oito anos na Marinha Norte-Americana e Reserva. Serviu a bordo do *USS Ramage (DDG-61)* e *NMCB-17*. Sua obra mais recente é intitulada *Terrorism Unanswered Questions*.

O Ensino de Idiomas na Comunidade Civil Norteamericana*

Coronel John Conway, *USAF*, Reformado

A longo prazo, o ensino superior é o provedor principal de proficiência geral e especializada para o governo e outros setores. É uma vertente e não hidrante. Embora reaja rapidamente às exigências tipo "relâmpago" do governo, seu ponto forte encontra-se em manter "uma série" de recursos.

—Nancy L. Ruther
Yale University



A *QUADRENNIAL DEFENSE REVIEW - QDR* de 2006 propôs, pela primeira vez, que os encarregados do ensino de idiomas do Departamento de Defesa *(DoD)* deveriam concentrar-se em aquisição de idiomas antes do ingresso de tropas às forças e parar de gastar tempo e dinheiro, lecionando idioma estrangeiro a recrutas e reengajados. A *QDR* de 2010 reflete o mesmo.[1] Uma vez que "a pré-aquisição de idiomas" quase sempre denota cursos em faculdade e universidade, parece que as duas últimas *QDRs* visam reforçar a proficiência linguística do corpo de oficiais. No entanto, a falta de direção e compreensão acerca do sistema educacional linguístico da nação, do que é capaz de fornecer, continua a restringir as tentativas para ampliar o treinamento antes das tropas ingressarem ao serviço militar.

Ainda sentimos os efeitos das mudanças em ensino de idiomas que ocorreram durante a Primeira Guerra Mundial. As décadas que precederam a Guerra presenciaram grande número de matrículas em cursos de idiomas em escolas de ensino médio e superior, devido a grande número de imigrantes.[2] O estudo do alemão havia, até mesmo, adquirido "prestígio", já que as escolas públicas americanas haviam adotado o estilo didático daquele país. Muitos consideravam ser o idioma de pessoas cultas. Consequentemente, em 1915, compreendia cerca de 24% de todo o ensino de idiomas em escolas públicas.[3] Somente o tradicional estudo do latim contava com maior número de matrículas (37,3%). Além disso, um terço de todas as universidades exigia que os candidatos possuissem de 2-4 anos de alemão ou francês e 85% exigia que os futuros

*Este artigo foi publicado em inglês na *ASPJ - English Fall 2010*

alunos passassem por teste de proficiência em idioma estrangeiro, antes da matrícula.[4]

Após os Estados Unidos entrarem em guerra, em 1917, o alemão praticamente desapareceu de todos os currículos do ensino médio em uma onda anti-germânica, opção de menos de 2% de todos os estudantes de idiomas.[5] As inscrições em francês e espanhol aumentaram, mas não atingiram o índice anterior do alemão. O latim continuou indo bem, mas o declínio do alemão fez com que alguns alunos simplesmente deixassem de estudar idiomas estrangeiros.[6] Com a marginalização do alemão, o francês passou a ser o novo idioma de prestígio e com o tempo veio a ser o idioma procurado pelos que buscavam educação pós-secundária.[7] Essa tendência ficou codificada em cursos preparatórios como um dos requisitos de educação superior. Era inexistente em cursos vocacionais. Consequentemente, as matrículas em idiomas estrangeiros, antigamente quase universais no quadro educacional americano, continuaram a diminuir nas décadas após a Primeira Guerra Mundial.[8]

No entanto, surgiu uma tendência mais perniciosa. Em 1920, 22 Estados já haviam proibido o ensino de idiomas estrangeiros, alguns tornando-o ilegal em escolas primárias.[9] Corroborando essa xenofobia linguística, inicialmente motivada por sentimentos anti-germânicos durante a Primeira Guerra Mundial – estava a ideia de que os cidadãos não poderiam compreender, muito menos apreciar os ideais americanos, sem aprendê-los em inglês. Assim, o ensino de idiomas passou a ser considerado "antiamericano" ou "antipatriótico."[10] A aprendizagem de outros idiomas iria expor os alunos a outras culturas e, portanto, dividiria sua lealdade, tal como expresso por estatuto de Nebraska: "Permitir que os filhos de estrangeiros, que para cá imigraram, sejam educados desde a infância no idioma do país de seus pais significa criá-los como se tal idioma fosse sua primeira língua, seria educá-los de modo que sempre pensem naquele idioma e, por conseguinte, naturalmente incutir-lhes ideias e sentimentos contrários ao interesse do País".[11]

Foi necessário nada menos do que uma decisão do Supremo Tribunal em 1923 para revogar essas leis.[12] Entretanto, o estrago já havia sido feito. O ensino de idioma estrangeiro em escolas primárias praticamente desapareceria durante as próximas quatro décadas. Foi relegado ao nível médio. Um isolacionismo cada vez maior de parte dos Estados Unidos manteve o estudo de idiomas estrangeiros na periferia esfiapada do patriotismo.[13]

Assim, o País mutilou um dos princípios básicos da teoria do ensino de idiomas – seu domínio leva longo tempo e deve começar cedo. Em 1940, um relatório nacional referente ao que as instituições de ensino deveriam lecionar recomendou a eliminação do ensino de idiomas estrangeiros, entre outros temas, porque um currículo "por demais acadêmico" em escolas de ensino médio faz com que muitos alunos sejam reprovados.[14]

Esse legado continua ainda hoje. A lei *No Child Left Behind Act* de 2001 [Criança Alguma Reprovada] coloca em destaque os exames em interpretação de texto e matemática com a exclusão de muitas outras matérias, inclusive idiomas estrangeiros.[15] Os membros de subcomitê do senado referente à estratégia federal para idiomas estrangeiros de 2007, criticaram especificamente essa lei, observando que as provas padronizadas impedem a inclusão do ensino de idiomas em currículos. "Os idiomas estrangeiros estão sendo omitidos, devido a lei *No Child Left Behind"*, declarou, sem rodeios, um dos membros do comitê.[16] Uma pesquisa recente do Centro de Linguística Aplicada informou que essa legislação afetou, de forma negativa, aproximadamente um terço das escolas públicas primárias e secundárias, acrescentando que recursos foram desviados do ensino de idiomas a outros cursos em matemática e leitura".[17]

O Estudo de Idiomas em Sequência

Por que a Força Aérea se importa com cursos de idiomas em escolas primárias e secundárias? A pesquisa de 2002 indica que o ensino de idiomas em escolas primárias é o "ponto de partida da sequência" em quase

todos os países, exceto nos Estados Unidos, que tentam formar alunos competentes em idiomas estrangeiros em um período impraticável, por demais breve, de 2 - 4 anos de ensino médio ou 2 - 4 semestres de faculdade.[18] O pesquisador reflete o que muitos outros estudiosos de linguística propõem: adquirir proficiência em segundo idioma, não importa qual seja, requer período prolongado de estudo. Em suma, quanto mais cedo, melhor.

O ex-chefe de gabinete da Casa Branca (e atual diretor da Agência Central de Inteligência), Leon Panetta, descreveu o sistema como algo "descontínuo" entre a escola e a universidade e com "muitas imperfeições".[19] Em 2000 – o ano mais recente com dados disponíveis de matrícula em idiomas em escolas secundárias – aproximadamente 5,9 milhões de estudantes selecionaram idiomas em escolas de ensino médio.[20] Dois anos após, apenas cerca de 1,4 milhão seguiram tais estudos nas faculdades.[21]

A clarificação de que muitos estudantes secundários não frequentam universidade explica a disparidade. No entanto, a matrícula de apenas 1,57 milhão de estudantes universitários em cursos de idiomas em 2006, (dentre mais de 17 milhões em todo o País) sugere certa apatia do corpo docente, discente ou ambos.[22] A maioria das faculdades não requer idioma estrangeiro. Na verdade, muitos doutorados não exigem esse tipo de estudo e muito menos proficiência comprovada em dois idiomas para a obtenção de diploma.[23] Em 2006, das instituições participantes (com requisito de quatro anos), de acordo com o levantamento da Associação de Idiomas Modernos *[Modern Language Association - MLA]*, 7,8% não oferecem sequer um idioma.[24]

Além disso, a maioria dos estudantes de idiomas em faculdades matriculou-se no nível introdutório (primeiro e segundo anos) e menos de 20% continuaram com os estudos.[25] Dada a lacuna entre a escola e a universidade e a escassez de estudantes que continuam com esse tipo de curso, além dos quatro semestres básicos da faculdade, é dolorosamente óbvio que a faculdade não oferece solução fácil para os requisitos da Força Aérea.

Breve Avaliação Quantitativa do Ensino de Idiomas

Será que a universidade prepara bem os alunos para preencher os requisitos de nossos militares? Será que existe uma correlação entre o número de horas em classe e os resultados dos testes do *DoD*? Por um lado, certos estudiosos afirmam que fórmula alguma consegue determinar com precisão o período de tempo necessário para atingir os vários graus de proficiência, devido a natureza não quantificável de motivação e aptidão. Por outro lado, outras autoridades tentaram quantificar essa correlação.

A Mesa Redonda Internacional de Idiomas *[International Language Roundtable - ILR]* define *ouvir/ler* com o resultado 1/1 como "proficiência elementar." Na categoria *ouvir*, o 1 denota compreensão das expressões que satisfazem às necessidades básicas de sobrevivência, cortesia e turismo. O teste que resulta em nota 1 indica compreensão suficiente em leitura de sentenças simples interconectadas.[26] O Centro Internacional de Estudos de Idiomas *[Center for Language Studies]* calcula que 150 horas de instrução em sala de aula produz o resultado 1/1 em Idiomas Germânicos e derivados do Latim, considerados os mais fáceis.[27] No outro extremo da escala, o árabe, chinês mandarim, japonês e coreano, alguns dos mais difíceis para os nativos da língua inglesa, demandam mais que o dobro desse total (350), o equivalente a quase oito semestres de ensino universitário (assumindo que quatro semestres equivalem a 180 horas de ensino em classe).[28] Na maioria das faculdades e universidades, oito semestres certamente qualificam o aluno para formação secundária em idioma. (Ver tabela 1 para a distribuição do *ILR* de horas necessárias para os diversos graus de proficiência. Notar que o 3 requer imersão no país pertinente. Em outras palavras, o ensino didático só leva o aluno até certo ponto.)

Tabela 1. Horas de aula necessárias à proficiência, de acordo com a dificuldade

ILR de S/L/R[a] 0 para:	*S/L/R 1*	*S/L/R 2*	*S/L/R 3*	*S/L/R 4*
Idiomas Latinos e Germânicos (francês, espanhol, português, italiano, alemão, romeno, africâner, dinamarquês, holandês, norueguês, sueco)	150 horas	400 horas	650 horas	[b]
árabe, chinês mandarim, japonês, coreano	350 horas	1.100 horas	2.200 horas	[b]
todos os outros [c] (e.g., idiomas da Europa Oriental, África e Ásia)	250 horas	600 horas	1.100 horas	[b]

Adaptado do Centro Internacional para o Estudo de idiomas, "*Classroom Hours to Achieve Proficiency Levels by Language Difficulty*," *International Center for Language Studies, Washington, DC*, http://www.icls.com/FLD/ILRlevels.htm.

Nota: A fim de atingir esses objetivos o estudante deve complementar cada cinco horas de estudo em classe com um mínimo de duas a três horas de preparo.

Essa tabela, uma adaptação de graus antecipados de proficiência oral para vários períodos de treinamento, de acordo com o Instituto de Serviço Diplomático do Departamento de Estado dos EUA *[US Department of State Foreign Service Institute]*, destina-se a satisfazer as necessidades dos estudantes do setor privado.

Essa computação varia um pouco: o *FSI* calcula que os estudantes necessitam de 575-600 horas em idiomas latinos para atingir o nível 3/3. Ver Mary Ellen O'Connell e Janet L. Norwood, eds., *International Education and Foreign Languages: Keys to Securing America's Future* (Washington, DC: National Academies Press, 2007), 45. Para os idiomas mais difíceis (árabe, chinês, etc), o *FSI* requer que os alunos passem o segundo ano do curso de 88 semanas no país pertinente.

[a]S = proficiência oral, L = proficiência auditiva, R = proficiência leitura

[b]Geralmente, a instrução em classe não atinge o nível 4, pois tal proficiência exige o uso intensivo do idioma no país pertinente.

[c]Número aproximado de horas de aula para indonésio e malaio: S/R-1 = 200; S/R-2 = 500; S/R-3 = 900

Além disso, como esse tipo de ensino didático em faculdades geralmente ocorre em ritmo relativamente calmo e não é tão intenso e enfocado em objetivos, as classes no *Defense Language Institute - DLI* ou *FSI*, os alunos provavelmente necessitariam de maior número de horas para alcançar os mesmos resultados em *Defense Language Proficiency Tests.*[29] De acordo com entrevista em 2005 com o chanceler interino do *DLI*, os alunos que estudam francês no Instituto "chegam ao final de um livro típico de francês universitário em cerca de seis semanas."[30] Finalmente, o número de horas dedicado à proficiência aumenta de forma exponencial, não linear, fato que afeta muito os que desejam aperfeiçoar sua habilidade, mas têm pouco tempo para estudar. A conquista de idioma básico requer tempo considerável e o estudo avançado exige ainda mais, criando problema em qualquer ambiente de trabalho da Força Aérea não diretamente ligado à proficiência do idioma em questão. Por exemplo, para que o pessoal dedicado à área de saúde e que participa do programa de idiomas do Serviço de Saúde Internacional *[International Health Service]* consiga notas mais altas no Teste de Proficiência, deve ausentar-se cada vez mais das tarefas clínicas (e dos requisitos de educação profissional médica contínua). Esse problema em gerenciamento de tempo forçaria o militar a optar entre o dever profissional e o aperfeiçoamento de proficiência linguística.

Como Formar Oficiais Proficientes em Idiomas Estrangeiros

Como demonstram os *QDRs* de 2006 e 2010, as Forças Armadas devem colocar em destaque a assimilação de idiomas antes e não após o ingresso às diferentes Armas, a fim de satisfazer a maior parte dos requisitos.[31] A natureza do treinamento intensivo no primeiro

ano de carreira, seja durante o curso de pilotos, navegador, ou uma série de outros cursos técnicos, inibi seriamente a aprendizagem de idiomas após o ingresso dos oficiais.

Também devemos abordar um tema mais amplo. Com poucas exceções, os oficiais combatentes da Força Aérea dos EUA recebem patentes via: Academia da Força Aérea *(USAFA)*, Escola de Formação de Oficiais *(OTS)* e Corpo Preparatório de Oficiais da Reserva da Força Aérea - CPOR *(AFROTC)*. Embora todos ofereçam idiomas aos membros, cada qual possui lá suas inconveniências.

Dado o número limitado de formandos por ano da Academia da Força Aérea, apenas alguns receberão formação principal ou secundária em idiomas. Além disso, embora a academia venha aumentando a oferta, não consegue igualar as instituições superiores em toda a América (cerca de 219 em 2006).[32]

Até o momento da elaboração deste artigo, a *OTS* admitia apenas estudantes de cursos técnicos – engenheiros, biólogos e assim por diante – o que é impossível para os estudantes de idiomas que esperam até após a formatura para receber a patente.[33] Frequentemente os candidatos a *OTS*, cujo idioma nativo não é o inglês, proporcionam um bônus inesperado ao recrutamento. Assim, somente baixo número de oficiais da Força Aérea com proficiência linguística obtém patente na *OTS*.

Consequentemente, as faculdades e universidades norteamericanas oferecem o maior "reservatório" no país. Ultimamente, a oportunidade em bolsas de estudo do *AFROTC* para idiomas estrangeiros aumentou, beneficiando um bom número de estudantes.[34] Além disso, os cadetes do *CPOR* mais antigos aproveitam a disposição do Ato de Autorização de Defesa Nacional *[National Defense Authorization Act]* de 2009, que autoriza o bônus pela conclusão de curso em vários idiomas mesmo se os estudos não levam a diploma.[35] A Força Aérea prevê que o número de participantes aumentará a quase 1.000 durante o ano letivo de 2010-11.[36]

Porém, como mencionado anteriormente, o sistema educacional norteamericano conta com problemas próprios para fornecer o que a Força Aérea necessita: cerca de metade das faculdades e universidades que abrigam os destacamentos de *AFROTC* oferece apenas o francês, alemão e espanhol (as "Três Grandes"), e 15% delas não leciona idiomas.[37] Se a Força Aérea deseja realmente que os oficiais aprendam os idiomas mundiais pré-adesão, deverá abrigar os destacamentos *AFROTC* em instituições civis que ofereçam tal currículo ou forçar mudanças curriculares em instituições que já abrigam o *AFROTC*.[38]

A Seção 529 da Lei Pública 111-288 (que coloca em vigor o Ato de Autorização de Defesa Nacional para o Ano Fiscal de 2010) leva o conceito a outro passo, autorizando o Secretário de Defesa "a criar centros de idiomas estrangeiros em universidades credenciadas, escolas militares superiores, ou outras instituições similares de ensino superior", para agilizar a "proficiência básica em idiomas essenciais e estratégicos." A lei autoriza programa de idiomas abrangente, vinculado às faculdades e disponível a todos os membros civis e militares do *DoD*. A lei também dá atenção especial à incorporação desses programas ao CPOR.[39] Embora seja cedo demais para determinar a aplicação dessa lei, salienta o papel importante que as faculdades e universidades desempenharão.

No entanto, a despeito de qualquer pressão indiscriminada para idiomas normalmente menos lecionados *[less commonly taught language (LCTL)]* em classes de cadetes do *AFROTC*, a diferença entre os objetivos dos membros de instituições superiores e dos militares é impressionante. O conceito da aquisição de conhecimento *só pelo conhecimento* separa esses do *DLI* e até mesmo da *USAFA*, sob a perspectiva de que as universidades não possuem o encargo de produzir vinte linguistas em dari em seis meses. Em instituições acadêmicas é suficiente explorar o dari como idioma. As faculdades e universidades não têm necessidade alguma de produzir linguistas em urdu de nível 3/3. Lecionam o curso, quase que por acaso, supondo que *deveriam* em vez de *serem obrigadas* a oferecê-lo.

Mesmo quando as faculdades contam com cursos especializados, enfrentam o eterno problema de financiamento. Segundo o Dr. Gilbert Merkx, vice-reitor de assuntos interna-

cionais da *Duke University*, a estrutura de idiomas em universidades norteamericanas é "bem impressionante mas, mesmo assim, frágil." Acredita que muitos cursos *LCTL* eventualmente, "desaparecerão", a menos que recebam verbas federais.[40]

Além disso, as Forças Armadas agora colocam em destaque a capacidade de *falar* outro idioma. Não apenas *ler* e *entender*.[41] No entanto, o requisito essencial de *falar* é contrário à metodologia acadêmica tradicional, que realça a gramática e literatura, principalmente em cursos básicos. Evidentemente, as escolas oferecem aulas de conversação, mas só mais tarde no processo e baseadas em gramática e vocabulário já adquiridos. Encontra-se a seguinte abordagem em todas as universidades: grande enfoque em estudos literários e não em agrupamento de cursos flexíveis e baseados em necessidade estudantil.[42] Algumas pessoas vêem esta situação como conflito entre a abordagem "instrumentalista", empregada pelas "escolas de idiomas autônomas" para satisfazer a necessidades dos alunos e a abordagem "constitutiva" do departamento de idiomas estrangeiros, que incide na relação entre tradições culturais e literárias, estruturas cognitivas e conhecimento cultural.[43] Um comunicado oficial do governo referente a *MLA [Master of Liberal Arts]* Mestrado em Artes Liberais, publicado em 2009 destaca ainda mais a abordagem constitutiva: "o idioma e a literatura devem permanecer no centro do que os departamentos de inglês e de outros idiomas além do inglês oferecem (...). O papel da literatura deve ser colocado em realce (...). O estudo do idioma deve ser integral ao estudo da literatura."[44] Ainda que esta abordagem tradicional continue a fazer parte da alta tradição em artes liberais, uma comissão de *MLA* aborda a necessidade de projetar cursos para tradutores e intérpretes, citando grande lacuna entre "oferta e demanda".[45]

O Congresso recomendou subsídios às maiores "instituições, especialmente às cinco escolas superiores militares", a fim de projetar programas essenciais para o ensino de idioma e cultura ao CPOR.[46] No entanto, essas cinco –*The Citadel, Virginia Military Institute, North Georgia College e State University, Norwich University* e *Texas A&M University* – possuem lista variada de idiomas, além dos "Três Grandes", sendo que os cursos em árabe e chinês são os mais comuns. O *Virginia Military Institute* e a *Texas A&M University* oferecem classes mais avançadas, mas todas as cinco aderem-se a mesma abordagem centrada em literatura, o que caracteriza o estudo do idioma pós-secundário.[47]

Um fator de diferenciação definitivo entre a abordagem acadêmica e o método direto é o ritmo relativamente lento da primeira e a intensidade do último. O *DLI* forma linguistas em árabe em aproximadamente um ano, o equivalente a currículo universitário de quatro anos com férias de verão, ou talvez imersão no exterior. Muitos especialistas acreditam que nada menos do que curso universitário especializado produzirá um linguista capaz.[48]

Finalmente, os estudantes com especialização em idiomas contam com pouco incentivo para adesão à Força Aérea. A Força não oferece Códigos de Especialidade para linguistas, tradutores ou similares e oportunidades tangíveis menores ainda para a utilização do talento. O *AFROTC* atualmente não exige idioma estrangeiro para a formação de oficiais que possuem pouca oportunidade de utilizar a habilidade logo após receber a patente.[49]

Matrículas

As matrículas em cursos de idiomas estrangeiros continuam a aumentar em faculdades de 2 e 4 anos. Entre 2002 e 2006 (tabela 2)o incremento foi de quase 13%. Os dados básicos de 2006 (1,58 milhão de alunos matriculados) representam o verdadeiro aumento de 260% ao compararmos os mesmos com as matrículas de 1960 (608.749). No entanto, os dados de 2006 representam apenas 8,6% do total de 17,65 milhões de matrículas em faculdades e universidades. Essa proporção é aproximadamente a metade da de 16,1% de 1960.[50]

O espanhol, o idioma mais lecionado em faculdades desde 1970, contava com 822.985 alunos em 2006, ultrapassando o total de matrículas em todos os outros idiomas combinados (aproximadamente 755.000), tendência que persiste desde 1995. O francês ocupa o

Tabela 2. Matrículas em cursos de idiomas no outono de 2002 e 2006 em instituições norte-americanas de ensino superior (em ordem descendente de totais, 2006)

	2002	2006	% alteração
Espanhol	746.267	822.985	10,3
Francês	201.979	206.426	2,2
Alemão	91.100	94.264	3,5
Datilologia	60.781	78.829	29,7
Italiano	63.899	78.368	22,6
Japonês	52.238	66.605	27,5
Chinês	34.153	51.582	51,0
Latim	29.841	32.191	7,9
Russo	23.921	24.845	3,9
Árabe	10.584	23.974	126,5
Grego Antigo	20.376	22.849	12,1
Hebraico Bíblico	14.183	14.140	–0,3
Português	8.385	10.267	22,4
Hebraico Moderno	8.619	9.612	11,5
Coreano	5.211	7.145	37,1
Outros Idiomas	25.716	33.728	1,2
Total	1.397.253	1.577.810	12,9

Reprodução de Nelly Furman, David Goldberg e Natalia Lusin, *Enrollments in Languages other than English in United States Institutions of Higher Education, Fall 2006* (New York: Modern Language Association, 13 November 2007), 13, table 1a, http://www.mla.org/pdf/06enrollmentsurvey_final.pdf.

segundo lugar (206.426) e o alemão, o terceiro (94.264).

A surpresa é o idioma que ocupa o quarto lugar em faculdades e universidades americanas (78.829 matrículas): a Datilologia Americana. Essas quatro representam mais de 76% do total de matrículas em 2006. O espanhol, o alemão e o francês estão bem representados na Força Aérea. Entretanto, é possível alegar que o francês é ainda mais necessário para suprir a demanda do *AFRICOM [Africa Command]*. A Datilologia não possui uso prático nas Forças Armadas.[51]

Devemos esclarecer e justificar os totais na Tabela acima. Esses dados refletem dados básicos e não indicam se os alunos estão matriculados em mais de um curso de idiomas ao mesmo tempo, o que reduziria o total agregado. Se excluirmos desses dados as faculdades de dois anos, as classes que somente lecionam cursos introdutórios totalizam mais de 78% (aproximadamente 915.000) dessas matrículas. As classes avançadas determinam os restantes 22% (aproximadamente 255.000), perfazendo a proporção de 7:2.[52]

Além disso, esses dados não identificam o número de aulas de conversação, presumivelmente em categoria avançada. Já que 198.598 matrículas em classes avançadas são em espanhol, francês e alemão (198.598 do total de 255.105 matrículas avançadas – quase 78%), concluímos que as faculdades e universidades lecionam relativamente pequeno número de outros idiomas, além da introdução.[53]

No entanto, nota-se a tendência cada vez maior em formação universitária para outros idiomas. De acordo com dados compilados pelo Centro Nacional de Estatísticas Educacionais, as faculdades e universidades norte-americanas concederam 17.866 bacharelados em idiomas e literatura estrangeira em 2007-8, quase 72% em espanhol (9.278), francês (2.432) e alemão (1.085).[54] Deixa ainda grande grupo de 5.071 alunos com bacharelado em outros idiomas (inclusive 289 em chinês e 57 em árabe), possivelmente fonte fértil para o recrutamento.[55]

A Ascensão de Idiomas Normalmente Menos Lecionados

Além do hebraico bíblico, as inscrições para o restante dos 15 idiomas mais procurados demonstram crescimento contínuo. Fe-

lizmente, a Força Aérea pode utilizar quase todos. Entre eles, o árabe (moderno) e o chinês (mandarim) foram os principais em número de alunos (126% e 51%, respectivamente), desde 2002. Também notamos aumento em número de instituições que oferecem essas classes.[56]

Ambos os idiomas fazem parte do grupo linguístico comumente designado de *LCTL*. Embora a frase "idiomas normalmente menos lecionados" pareça ser auto-explanatória, o conceito em si requer clarificação. Na realidade, *LCTL* inclui todos os idiomas fora dos Três Grandes empregados por pequena população, como o *ibo*. A maioria dos outros sofre com a escassez de cursos disponíveis em instituições de ensino superior – particularmente os africanos, por exemplo, o *hausa* e *iorubá*, bem como os do Pacífico, i.e., malaio e o indonésio.[57]

A instrução desses e de muitos outros *LCTLs* está disponível em todo o País, mas apenas em grandes universidades, algumas das quais possuem departamentos dedicados. As classes são geralmente pequenas e, em alguns casos, não lecionadas por catedráticos, mas por alunos, naturais do país em questão, que detêm bolsas de estudo *Fulbright*.

Em geral, as universidades oferecem cursos de *LCTLs* em anos alternados. Os textos não estão prontamente disponíveis. A qualidade didática varia muito.[58] Apesar da impressão de difícil aprendizagem, os *LCTLs* variam, desde os comparáveis ao francês e espanhol (como o português e o suaíli) até os extremamente difíceis (chinês, japonês, coreano e árabe).[59] Não é de surpreender que a Força Aérea e as demais Armas possuam grande interesse em utilizar os recursos humanos dessas instituições acadêmicas.

A "Teoria de Demanda Social"

Talvez na América não se perceba tanto, de verdade, a falta de pessoas proficientes em diferentes idiomas como a falta de *demanda* formal, ou seja, o "modelo de demanda social." Tal modelo tem a ver com a lacuna entre a demanda (nesse caso, especialistas em inúmeros idiomas, embora menos disponíveis) e o produto real (especialistas diplomados em espanhol, francês e alemão – todos bem representados na Força Aérea, como já mencionado).[60] Para retratar o modelo de demanda social com precisão, seus discípulos notam a necessidade de dados detalhados da demanda. Ou seja, se não se sabe exatamente do que se precisa é impossível exigi-lo. Portanto, sem demanda específica, recebe-se o disponível.

Apesar de extensa revisão dos requisitos linguísticos do *DoD*, o resultado não esclareceu exatamente que idiomas específicos devem ser oferecidos pelas instituições de ensino superior. O grande número de matrículas em árabe e chinês, como já mencionado, reanima, mas o interesse em árabe provavelmente foi devido ao de 11 de Setembro de 2001 e da atividade militar no Iraque. O chinês, porque a China dentro das próximas décadas será uma rival quase em pé de igualdade. Talvez, devido aos filhos de imigrantes que tentam melhor compreender e apreciar a herança étnica. É mais provável do que o apelo urgente do *DoD*. Por outro lado, o aumento simultâneo e substancial em número de estudantes de Datilologia Americana, com quase a mesma intensidade, não se encaixa a qualquer padrão. A menos e até que exista clara conexão entre as necessidades específicas do *DoD* e a vertente de idiomas, representada pelas instituições de ensino superior, ambas continuarão seguindo rumos divergentes, cruzando-se apenas por acaso.

A Solução Oferecida pelas Faculdades de Dois Anos

Entre os consumidores de talento natural inexperiente mais vorazes, os técnicos de futebol americano em instituições de ensino superior projetam sua demanda – cá um jogador defensivo, lá um artilheiro – muitos anos antes, selecionando os mais aptos do ensino médio, acompanhando-os com zelo que muitas vezes colide com o bom senso e com as regras da Associação Atlética Universitária Nacional [*National Collegiate Athletic Associa-*

tion]. Não é de admirar que esses recrutadores de mão cheia muitas vezes encontram talento comprovado – ênfase em *comprovado* – entre os alunos das faculdades básicas de 2 anos. Apesar desses jogadores não possuirem quatro anos de elegibilidade, contam com dois anos de experiência mais do que os alunos do ensino secundário. Os técnicos selecionam os mesmos cuidadosamente para preencher necessidade específica. Se os técnicos de futebol americano conseguem recrutar os melhores jogadores em faculdades de 2 anos, os gestores de idiomas da Força Aérea e do *AFROTC* também poderão recrutar excelentes estudantes de idiomas.

Esse tipo de faculdade registra aumento positivo em cursos de idiomas durante os últimos dez anos, principalmente em árabe, chinês e japonês.[61] Na verdade, dois anos não é tempo suficiente para alcançar proficiência, especialmente em idiomas mais difíceis, como o árabe e o chinês, mas já é um começo. O essencial é que serve para demonstrar o interesse e intento do aluno. Uma simples pesquisa *online* identifica as faculdades que lecionam idiomas de interesse para o *DoD*, muitas vizinhas a bairros habitados por originários do país onde o idioma em pauta é falado. Assim, não é por acaso que a maioria das faculdades de dois anos que oferece o chinês mandarim encontra-se na costa oeste dos Estados Unidos.

Contudo, deve-se notar que, dado o pequeno número de alunos e a escassez de professores, a oferta de cursos específicos vai e vem. No entanto, os disponíveis oferecem modo prático e acessível de identificar possíveis linguistas com a correta lista de habilidades e aptidões, reduzindo o tempo e custo de treinamento. Para exemplificar, a Força Aérea poderia recrutar formandos de faculdades de 2 anos que cursaram quatro semestres do idioma pertinente para os cursos superiores de CPOR em universidades de quatro anos, para que possam concluir os estudos. Sem dúvida, o departamento de recrutas da Força Aérea, bem como os "técnicos" dos destacamentos de *AFROTC*, deveriam seguir tal rumo.

Observações Finais

O Centro de Idiomas Estrangeiros do *DLI* produz, de rotina, linguistas competentes em idiomas difíceis, mas não se pode esperar que forneça todos os idiomas para todas as Forças a todo momento. Esse tipo de aprendizado serviria de outra fonte de talento para nós e para as outras armas irmãs.

O *AFROTC* já penetra os currículos de idiomas estrangeiros, à medida que recruta e remunera aqueles que possuem curso superior em idiomas específicos. No entanto, por não ser abordagem proativa, impulsionada por requisitos entre o *AFROTC* e os departamentos universitários dentro das necessidades da *USAF*, falta enfoque de parte da administração universitária.

O processo do *DoD* para determinar os requisitos continua incompleto. O disponível carece de especificidade para cada Força. Tal lacuna levou a Força Aérea a acreditar que possui requisitos específicos, o que é incorreto, fazendo com que protele a ênfase no assunto. Essa atitude também negligencia a natureza conjunta das operações militares modernas, bem como o destacamento de mais de 10.000 militares da nossa Força em acantonamentos de treinamento expedicionário conjunto cada ano, essencialmente em missões "terrestres" com os colegas do Exército e Fuzileiros Navais. Se lutamos lado a lado com esses combatentes que valorizam idiomas, será que não devemos também fazer o mesmo? E o que dizer da demanda cada vez maior em se *falar* e não somente *ler* e *entender*? Como treinar e testar tal habilidade?

Finalmente, devido a atual ênfase em idiomas na pré-admissão, o que fazer com todos esses oficiais que acabam de adquirir conhecimento linguístico por demais frágeis? Reconhecemos o trabalho feito com afinco com o pagamento de bônus para a proficiência em idioma estrangeiro? Contamos com funções que aproveitariam tal capacidade? Reconhecemos tal capacidade, mantendo-a ao longo da carreira? Definitivamente, seria a abordagem mais prática.

Que Rumo Tomar? Recomendações

As seguintes recomendações para o aperfeiçoamento de competência linguística na Força Aérea, possuem a mesma relevância às outras Armas e ao *DoD*.

Primeiro, a Força Aérea deve eliminar a restrição de diplomados em cursos não técnicos, permitindo que os estudantes de idiomas possam frequentar a *OTS*. Muitos estudantes universitários e diplomados optam pela carreira militar somente após testar o mercado civil. De acordo com estudo patrocinado pelo *MLA*, o serviço público não consta como "categoria profissional" em pesquisa nacional de estudantes graduados, cujo primeiro bacharelado foi em idioma(s) estrangeiro(s). Embora essa categoria talvez esteja dentre o grupo de 6,3% listado em "outros cargos", o serviço público de qualquer tipo, inclusive o das Forças Armadas, não é opção de carreira para a grande maioria desses diplomados.[62] Se a restrição a formados em carreiras não-técnicas parece violar as diretrizes da *OTS*, então a Força Aérea deve considerar a aquisição de fluência em idioma estrangeiro como formação "técnica".

Seguindo o mesmo tema, a habilidade linguística essencial deve ser prioridade de recrutamento. Mesmo diante da tendência "recem-descoberta" em competência linguística para os oficiais, a grande necessidade de pessoal alistado, especialista em idiomas, continua elevada.[63] Embora esse aspecto da questão esteja fora do escopo deste artigo, o recrutamento para esse último grupo também deve ter prioridade.

Seguindo o sucesso do Exército nessa área, o Serviço de Recrutamento da Força Aérea deveria explorar as várias comunidades com idiomas estrangeiros específicos no país.[64] Uma ferramenta fácil e precisa, o mapa de idiomas do *MLA*, designa as áreas de possíveis recrutas.[65] No entanto, deve-se manter em mente que a maioria das pessoas que "herdaram" o idioma necessitam de maior treinamento para atingir a eficácia militar necessária.

A Força Aérea deve assumir a liderança para a implementação de nova legislação do Congresso, a fim de estabelecer centros de pesquisa para idiomas em faculdades e universidades. Ao selecionar locais adequados, deve buscar faculdades que já abrigam destacamentos de *AFROTC* e as que se encontram próximas às bases. Além disso, a *USAF* pode incrementar os currículos dos centros linguísticos essenciais existentes em várias faculdades para satisfazer necessidades específicas. Por exemplo, a *Texas A & M University*, uma das cinco "universidades militares" designadas em estudo do Congresso e na *QDR* de 2010 – não só possui excelente corpo de cadetes, mas também grande e diverso corpo docente e discente. A capacidade de crescimento e diversidade presta-se a esse empreendimento.

Deveríamos também utilizar a teoria de demanda social para discutir a formulação de currículo com os departamentos pertinentes em faculdades e universidades, realçando a necessidade de disponibilizar maior número de cursos introdutórios de conversação para todo o corpo de cadetes do *AFROTC*, a fim de incentivar tal ensino. Para aumentar a influência, os destacamentos de *AFROTC* deveriam entrar em coordenação com outros programas universitários de CPOR e apresentar, de forma concisa, a necessidade de classes em idiomas específicos.

No que tange o ensino médio, devemos estimular os cadetes do CPOR da Força Aérea *(AFJROTC)* a inscreverem-se em cursos de idiomas disponíveis, sem acarretar despesas para a Força Aérea. Faria com que tal ensino iniciasse no grau secundário, aumentaria tal "demanda" no ensino secundário (o que não é mau) e incutiria um senso da natureza "global" da Força Aérea em cadetes do *AFJROTC*. Tais programas no ensino médio também promoveriam a concorrência para bolsas de estudo em idiomas dentro do CPOR, atingindo maior número de estudantes. Outros incentivos dentro do *AFJROTC* incluiriam competições entre as escolas de idiomas (semelhante às competições de manobras militares) e a condecoração de alunos com notas excepcionais.[66] Dado o pequeno número de idiomas disponíveis na maioria das escolas americanas, a matrícula em qualquer idioma, mesmo que seja o Latim– seria algo positivo.

Para concluir a sequência, a Força Aérea deveria dar aos profissionais em idiomas que desejam lecionar, a oportunidade de fazerem parte do corpo docente do *AFJROTC* ou, melhor ainda, regressar à faculdade para receber o certificado de professores de idiomas, tomando parte no programa do *DoD* denominado "De Militar a Professor". Para demonstrar ao militar a utilidade do conhecimento de idioma estrangeiro, devemos incentivar aqueles que "já passaram por isso" a se tornarem mentores e exemplos. Deixamos o mais importante para o final, i.e., não podemos permitir que a atual ênfase do *DoD* e da Força Aérea desapareça de vista, como já aconteceu tantas vezes antes.

Por definição, atingir a proficiência leva tempo, melhor quando se inicia cedo, sem interrupções, durante todo o sistema educacional – o que já foi comprovado, em particular, com os idiomas mais difíceis (para estudantes ocidentais) e necessários ao *DoD*. Devemos manter a vertente em fluxo constante.

[Atualização do presente artigo baseada em dados de matrícula que acabam de ser publicados pela Modern language Association:

Errata: A porcentagem de estudantes de facultade e universidade matriculados em cursos de idiomas estrangeiros nos EUA em 2006 foi na verdade 8,6%, não 8,9%, como relatado na página 80 do artigo publicado na ASPJ-Inglês.

Houve um aumento em matrículas em cursos de idiomas oferecidos em faculdades em 2009 (incremento de 6,6% desde o levantamento de 2006). Contudo, não houve mudança em percentagem de estudantes matriculados em cursos de idiomas (8,6%).

Os "4 Grandes" (Espanhol, Francês, Alemão e Dactilologia Americana) continuaram com a maioria das matrículas em 2009 – quase o mesmo que em 2006: 75,4%. (2006: 76%)

As matrículas em Português aumentaram 10,8% de 2006 a 2009, (um total de 11.371 de matrículas), aumentando em ritmo menos acelerado de 2002 a 2006 (22,0 %). Português é o 13º idioma mais estudado em faculdades e universidades norteamericanas.

A proporção entre Português-Introdução e cursos avançados aumentou a quase 5:2, bem acima da maioria dos outros idiomas. ❑

Notas

1. Quadrennial Defense Review Report (Washington, DC: Department of Defense, 6 February 2006), 17, http://www.comw.org/qdr/qdr2006.pdf; and Quadrennial Defense Review Report (Washington, DC: Department of Defense, February 2010), 54, http://www.defense.gov/qdr/QDR%20as%20of%2029JAN10%201600.pdf.

2. Paul Simon, The Tongue-Tied American: Confronting the Foreign Language Crisis (New York: Continuum Press, 1980). Paul Simon é ex-Senador dos Estados Unidos. Ver também Deborah M. Herman, " 'Our Patriotic Duty': Insights from Professional History, 1890–1920," in The Future of Foreign Language Education in the United States, ed. Terry A. Osborn (Westport, CT: Bergin e Garvey, 2002), 12, table 1.1, "Public High School Students Studying Foreign Language." Em 1900 "pelo menos 600.000 alunos do ensino elementar recebiam parte do ensino em alemão." "Timeline: The Bilingual Education Controversy," in School: The Story of American Public Education, 2001, Public Broadcasting System, http://www.pbs.org/kcet/publicschool/roots_in_history/bilingual_timeline2.html.

3. Jamie B. Draper e June H. Hicks, Foreign Language Enrollments in Public Secondary Schools, Fall 2000, American Council on the Teaching of Foreign Languages, US Department of Education Grant no. PO17A000017-01, May 2002, [5], table 1, http://www.actfl.org/files/public/Enroll2000.pdf. Em 1915, apesar de 73% dos alunos do ensino médio, estudarem idioma estrangeiro, a porcentagem cairia a 43,8% em 2000. Em 1915, o espanhol resultou em apenas 2,7% do total de matrículas no ensino secundário, aumentando a 30,2% em 2000. Ibid., 1, 5.

4. Simon, Tongue-Tied American, 3.

5. Iowa obteve a dúbia distinção de ser o primeiro Estado a proibir o alemão em público: em igrejas, trens e até mesmo telefone. Ver Herman, " 'Our Patriotic Duty,' " 11.

6. Ibid., 12.

7. Ibid., 17.

8. As matrículas atingiram o ponto mais baixo em 1948 (21,7%). Desde então o crescimento foi vagaroso,

mas contínuo. Draper e Hicks, Foreign Language Enrollments, [5], tabela 1.

9. "This prohibition did not extend to the 'Ancient or dead' languages—Latin, Greek, Hebrew." Elizabeth Mertz, Language and Mind: A Whorfian Folk Theory in United States Language Law, Sociolinguistics Working Paper no. 93 (Austin, TX: Southwest Educational Development Laboratory, July 1982), http://ccat.sas.upenn.edu/~haroldfs/540/theory/mertz1.html.

10. Herman, " 'Our Patriotic Duty,' " 12.

11. An Act Related to the Teaching of Foreign Languages in the State of Nebraska, 9 de abril de 1919, citado em Meyer v. State of Nebraska, 262 US 390 (1923), com decisão judicial em 4 de junho de 1923, Justice Oliver Wendell Holmes, votou contra.

12. Mesmo assim, a decisão do tribunal foi baseada na 14a Emenda (ou seja, "No state . . . shall deprive any person of life, liberty or property without the due process of law") [Estado algum (...) deprivará qualquer pessoa de vida, liberdade ou propriedade, sem devido processo jurídico] e não na 1a Emenda (liberdade de expressão, etc.). Ironicamente, a pesquisa realizada pelo Departamento de Educação dos EUA em 2000 demonstrou que nenhum aluno em Nebraska do 7º e 8º graus matriculouse em aulas de idioma estrangeiro, comparado com a média nacional de 14,69%. No entanto, a mesma pesquisa mostrou que Nebraska liderava a nação em percentagem de alunos matriculados em estudos de idiomas no ensino secundário (78,49). Draper e Hicks, Foreign Language Enrollments, [6], tabela 2.

13. Inúmeros estudos na década de 20 concluíram que a educação bilíngue era prejudicial às crianças. A maioria teve como alvo crianças de baixo nivel socio-economico, sendo examinadas em seu idioma mais fraco – o inglês. Ver Harold F. Schiffman, Linguistic Culture and Language Policy (London: Routledge, 1996), 315.

14. Dr. Ray Clifford, chancellor, Defense Language Institute—Foreign Language Center (comentários durante o National Briefing on Language and National Security, National Press Club, Washington, DC, 16 January 2002), http://www.nflc.org/policy_and_strategy/language_and_national_security/nflc_briefing_january_2002/full_transcript.

15. James Campbell, "The Fixes 'No Child'Needs," Baltimore Sun, 6 December 2006, http://articles.baltimoresun.com/2009-12-06/news/0912070036_1_minority-students-state-takeover-yearly-progress.

16. "Impediments to U.S. Push on Languages," Inside Higher Ed, 26 January 2007, http://www.insidehighered.com/news/2007/01/26/languages. O Baltimore Sun publicou uma reportagem acerca de pesquisa feita pelo Center on Education Policy na qual "71% dos 15.000 distritos escolares da nação reduziram as horas de instrução [em]. . . outras matérias [inclusive línguas estrangeiras] para dedicar mais tempo à matemática e leitura." Campbell, "Fixes 'No Child' Needs."

17. Nancy C. Rhodes e Ingrid Pufahl, Foreign Language Teaching in U.S. Schools: Results of a National Survey (Washington, DC: Center for Applied Linguistics, November 2009), "Executive Summary," 6, http://www.cal.org/flsurvey.

18. Herman, " 'Our Patriotic Duty,' " 18.

19. Leon E. Panetta, "Foreign Language Education: If 'Scandalous' in the 20th Century, What Will It Be in the 21st Century?" Stanford University Conference Paper, n.d., 5, https://www.stanford.edu/dept/lc/language/about/conferencepapers/panettapaper.pdf.

20. Draper e Hicks, Foreign Language Enrollments,[6], tabela 2.

21. Nelly Furman, David Goldberg e Natalia Lusin, Enrollments in Languages other than English in United States Institutions of Higher Education, Fall 2006(New York: Modern Language Association, 13 November 2007), 13, tabelas 1a e 1b, http://www.mla.org/pdf/06enrollmentsurvey_final.pdf. Esses resultados representam todos os idiomas modernos, inclusive latim e "grego antigo."

22. Ibid.

23. MLA Ad Hoc Committee on Foreign Languages, Foreign Languages and Higher Education: New Structures for a Changed World(New York: Modern Language Association, May 2007), 5,http://www.mla.org/foreign_languages_an.

24. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English,2. Além disso, 9,1% das faculdades americanas de 2 anos não ofereciam aulas de idiomas estrangeiros. Ibid.

25. Panetta, "Foreign Language Education,"5; e Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English,4.

26. "Interagency Language Roundtable (ILR) Proficiency Levels," http://www.icls.com/FLD/ILR.pdf.

27. International Center for Language Studies, "Classroom Hours to Achieve Proficiency Levels by Language Difficulty," International Center for Language Studies, Washington, DC, http://www.icls.com/FLD/ILRlevels.htm. Em geral, esses níveis de ILR medem a proficiência linguística, utilizando o Defense Language Proficiency Test..

28. Margaret E. Malone et al., "Attaining Higher Levels of Proficiency: Challenges for Foreign Language Education in the United States" (Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 2005), http://www.cal.org/resources/digest/attain.html.

29. De acordo com entrevista com o comandante do DLI, os "formandos de curso de seis meses de espanhol no DLI normalmente falam melhor do que um formando em espanhol de universidade de quatro anos." Tim Kilbride, "Language Emerges as Element of National Security," American Forces Press Service, 31 March 2009, http://www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=53726.

30. Katherine McIntire Peters, "At a Loss for Words," Government Executive, 15 June 2005, http://www.govexec.com/features/0605-15/0605-15s3.htm.

31. Quadrennial Defense Review Report, 2006, 79. "We will continue our emphasis on enhancing these skills in geral purpose force officers during pre-accession training." Quadrennial Defense Review Report, 2010, 54.

32. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English,5. Além dos 15 primeiros idiomas na tabela, o MLA relacionou 204 outros, em geral menos lecionados, em faculdades e universidades americanas.

33. O OTS pode incluir ou não em demografia de aceite, baseado na demanda da Força Aérea.

34. Ver "In-College Scholarships," US Air Force ROTC, http://www.afrotc.com/scholarships/in-college/foreign-language-majors/.

35. "Foreign Language Incentive Pay For Precommissioning Programs,"37 USC, chap. 5, sec. 316a.

36. "Air Force Officials Developing Cross-Culturally Competent Officer," Air Force News Service, 11 December 2009, http://www.af.mil/news/story.asp?id=123181940.

37. Relatório, AFROTC, Assunto: In Contact—Incorporating Language Training and Cultural/Regional Education into Officer Force Development Plans, August 2005, diapositivo: "Military-Affiliated Collegiate Foreign Language Programs." É um problema de todo o Departamento de Defesa, bem como da Força Aérea. O Subsecretário de Defesa Michael Dominguez nota que de 1.321 faculdades que abrigam destacamentos de CPOR (de todas as Forças), 1.148 delas contam com programas de idiomas. No entanto, também afirma que a grande maioria raramente oferece outras classes fora do espanhol, francês e alemão; menos de 40% ensinam chinês ou árabe, e menos de 10% ensinam persa. Embora, sem dúvida, uma melhoria comparado com as porcentagens citadas pelas escolas filiadas do AFROTC em 2005, esses percentuais ainda são baixos para os idiomas necessários à Força Aérea. Senate,Statement of the Honorable Michael L. Dominguez, Principal Deputy Under Secretary of Defense (Personnel and Readiness), diante do Senate Committee on Homeland Security and Governmental Affairs, Subcommittee on Oversight of Government Management, the Federal Workforce, and the District of Columbia, "Lost in Translation: A Review of the Federal Government's Efforts to Develop a Foreign Language Strategy,"110th Cong., 1st sess., 25 January 2007, 8, 9, http://hsgac.senate.gov/public/index.cfm?FuseAction=Files.View&FileStore_id=7ce18437-63be-44ea-8f56-87ebbbdc186d.

38. O Center for Advanced Research on Language Acquisition da Universidade de Minnesota é excelente recurso para determinar onde os idiomas são lecionados e bom ponto de partida para investigar o problema. Center for Advanced Research on Language Acquisition (CARLA), University of Minnesota, http://carla.umn.edu/. Para maiores informações de escolas e idiomas oferecidos, consultar também a lista dos 15 centros nacionais de recursos de idioma estrangeiro. "Foreign Language Resource Centers," Michigan State University,http://nflrc.msu.edu/index-1.php.

39. National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2010, Public Law 111-288, 111th Cong., 1st sess.(7 October 2009), sec. 529, pars.(a), (b) (4), http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=111_cong_reports&docid=f:hr288.111.pdf.

40. Dr. Gilbert Merkx, "National Briefing on Language and National Security" (observações feitas no National Press Club, Washington, DC,16 January 2002), http://www.nflc.org/policy_and_strategy/language_and_national_security/nflc_briefing_january_2002/full_transcript.

41. Relatório, Iris Bulls, diretora-assistente, Defense Language Office, assunto: Distance Learning: Preparing the 21st Century Total Force, 15 March 2007. Essa observação foi baseada nos primeiros retornos de levantamento referentes aos requisitos de idioma para comandantes combatentes.

42. Gaylord George Candler, "Linguistic Diglossia and Parochialism in American Public Administration: The Missing Half of Guerreiro Ramos's Redução Sociológica," Administrative Theory and Praxis 28, no. 4 (2006): 553.

43. MLA Ad Hoc Committee on Foreign Languages, Foreign Languages and Higher Education, 2.

44. Modern Language Association, Report to the Teagle Foundation on the Undergraduate Major in Language and Literature (New York: Modern Language Association, February 2009), 3, 6, http://www.mla.org/pdf/2008_mla_whitepaper.pdf.

45. MLA Ad Hoc Committee on Foreign Languages, Foreign Languages and Higher Education, 9.

46. House, Building Language Skills and Cultural Competencies in the Military: DOD's Challenge in Today's Educational Environment, Report of the US House of Representatives, Committee on Armed Services, Subcommittee on Oversight and Investigations, 110th Cong., 2d sess., November 2008, Committee Print 110-12, 36–37, http://armedservices.house.gov/pdfs/Reports/LanguageCultureReportNov08.pdf.

47. Ver "Department of European and Classical Languages and Cultures," Texas A&MUniversity, http://euro.tamu.edu/; "Modern Languages and Cultures," Virginia Military Institute, http://www.vmi.edu/show.aspx?tid=37083&id=100; "Undergraduate Programs," Norwich University, http://www.norwich.edu/academics/undergrad.html; "Majors and Minors," Citadel, http://www.citadel.edu/main/academics/majorsminors.html; e "Academic Majors," North Georgia College and State University, http://www.ngcsu.edu/LandingPages/Default.aspx?id=4373.

48. Stephanie van Reigersberg, "National Briefing on Language and National Security" (observações feitas no National Press Club, Washington, DC,16 January 2002), http://www.nflc.org/policy_and_strategy/language_and_national_security/nflc_briefing_january_2002/full_transcript. Mesmo assim, um relatório do MLA de 2008 observou que até mesmo "four-year language majors often graduate with disappointingly low levels of linguistic ability." MLA ad Hoc Committee on Foreign Languages, Foreign Languages and Higher Education, 7. Everette Jordan do Departamento de Defesa leva esse argumento ainda mais longe, acreditando que até mesmo um estudante universitário com diploma em idiomas necessita de mais três a cinco anos para obter o nível de experiência necessário para desempenhar as funções em ambiente de trabalho. Everette Jordan, "National Briefing on Language and National Security" (observações feitas no National Press Club, Washington, DC, 16 January 2002), http://www.nflc.org/policy_and_strategy/language_and_national_security/nflc_briefing_january_2002/full_transcript.

49. Relatório, Air Force Manpower and Personnel Center, Base Aérea Randolph, Texas, Spring 2005, Assunto: Intelligence Careers, diapositivo: "Save Languages for a Second Tour."

50. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English, 18, tabela 4.

51. As aulas em Datilologia Americana aumentaram de forma meteórica, de menos de 0,1% do total de matrículas em 1990 a 5% em 2006. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English, 3. Para efeitos desse estudo, devemos desconsiderar esse idioma porque provavelmente não possui aplicação fora dos Estados Unidos. De acordo com a Deaf Resource Library, não existe Datilologia universal. Ver Karen Nakamura, "About American Sign Language," Deaf Resource Library, http://www.deaflibrary.org/asl.html.

52. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English, 21, tabela 7b.

53. Para árabe, a razão de básico a avançado é de 7:1. Para o chinês, é de 7:2. São surpreendentemente elevadas. O coreano supera a todas com 3:1. Ibid.

54. "Tabela 308. Diplomas em idiomas estrangeiros modernos e literatura, conferidos por instituições autorizadas, por grau de formação alcançado e gênero de estudante: anos selecionados 1949–50 a 2007-08," Digest of Education Statistics, 2009, National Center for Education Statistics, http://nces.ed.gov/programs/digest/d09/tables /dt09_308.asp?referrer=list; e "Table 309. Degrees in French, German, Italian, and Spanish conferred by degree-granting institutions, by level of degree: selected years, 1949–50 through 2007–08," idem. No mesmo ano, as faculdades e universidades também graduaram 2.650 com mestrado (1.522 nos Três Grandes) e 773 com doutorado (346 nos Três Grandes). Ver tabelas 308 e 309.

55. "Table 310. Degrees in Arabic, Chinese, Korean, and Russian conferred by degree-granting institutions, by level of degree: 1969–70 through 2007–08," Digest of Education Statistics, 2009, National Center for Education Statistics, http://nces.ed.gov/programs/digest/d09/tables/dt09_310.asp?referrer=list.

56. 466 instituições ofereceram árabe em 2006, superando o total de 264 em 2002. 661 ofereceram instrução em chinês em 2006, superando o total de 543 em 2002. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English, 3.

57. Timothy Reagan, "Toward a Political Economy of the Less Commonly Taught Languages in American Public Schools," in The Future of Foreign Language Education in the United States, 125. Reagan criou uma hierarquia de LCTL baseada não em fatores linguísticos, mas na probabilidade de que serão lecionadas em escola pública. Inclui o seguinte:

Nível 1: Idiomas Normalmente Lecionados (francês, alemão, espanhol).

Nível 2: LCTL Normalmente Mais Lecionados (árabe, chinês, japonês e russo).

Nível 3: LCTL Raramente Lecionados (português, italiano, norueguês, etc.).

Nível 4: LCTL Nunca/Praticamente Nunca Lecionados (todas os idiomas africanos; a maioria dos asiáticos e oceânicos)

Nível 5: Não Considerados Idiomas (Datilologia, esperanto) Ver ibid., 130–32.

58. Ibid., 131.

59. "Less Commonly Taught Languages," Department of Classical and Modern Languages and Literatures, Texas Tech University, http://www.depts.ttu.edu/classic_modern/undrgrad/lctl/lctl.php.

60. Mary Ellen O'Connell e Janet L. Norwood, eds., International Education and Foreign Languages: Keys to Securing America's Future (Washington, DC: National Academies Press, 2007), 37. Os autores tendem a se concentrar em preencher requisitos, excluindo qualquer utilização militar prática.

61. Furman, Goldberg e Lusin, Enrollments in Languages other than English,16, tabela 2b. Em 1980 1/5 das faculdades de 2 anos não ofereciam cursos de idioma estrangeiro. Simon, Tongue-Tied American, 3.

62. Modern Language Association, Report to the Teagle Foundation, 32. A Força Aérea talvez possa recrutar, com resultados positivos, em escolas primárias e secundárias, que empregam muitos (cerca de 25%) dos diplomados em idiomas. A mesma pesquisa identifica 2,2% dos que possuem bacharelado em idioma estrangeiro empregados em "preparo e serviços relacionados a alimentos". Ibid. Pode ser que Stephanie van Reigersberg do Departamento de Estado identificou o motivo pelo qual maior número de diplomados em idiomas não ingressam ao serviço público, não importa o cargo e, muito menos, às

Forças Armadas: dinheiro. "O conhecimento de idiomas não é recompensado financeiramente," afirma ela. "Como convencer as pessoas (...) a trabalhar para o governo e receber salário médio se podem trabalhar em banco internacional?" Van Reigersberg, "National Briefing on Language and National Security."

63. Recém-descoberto é termo relativo. Pode-se rastrear a demanda de competência linguística de oficiais há quase 50 anos. "Officer Foreign Language Study," um relatório na sede da USAF/AFPDP em novembro de 1962 cita a carta de 24 de agosto de1961 referente a treinamento de idiomas para oficiais, anunciando o objetivo de que "todo oficial da Força Aérea deve ser proficiente em pelo menos um idioma estrangeiro" (p. 21).

64. Desde 2003 o Exército recruta ativamente pessoas que falam um idioma estrangeiro como primeira língua. (principalmente árabe) através do Programa 09L Translator/Interpreter. Segundo Gail McGinn, autoridade linguística superior do DoD, é um "programa particularmente bem sucedido". House, Statement of Mrs. Gail H. McGinn, Deputy Under Secretary of Defense for Plans and the Department of Defense Senior Language Authority, before the House Armed Services Committee, Subcommittee on Oversight and Investigations, 110th Cong., 2d sess., 10 September 2008, http://www.dod.gov/dodgc/olc/docs/testMcGinn080910.pdf. De acordo com a declaração de postura mais recente, o Exército planeja expandir o programa ao Comando do Pacífico e Comando da África, além da área de responsabilidade do Comando Central. "Army Culture and Foreign Language Strategy (ACFLS)," 2010 Army Posture Statement,https://secureweb2.hqda.pentagon.mil/vdas_armyposturestatement/2010/information_papers/Army_Culture_and_Foreign_Language_Strategy_(ACFLS).asp.

65. "The Modern Language Association Language Map: A Map of Languages in the United States," Modern Language Association, http://www.mla.org/map_main.

66. A competição anual de idiomas "Sensor Olympics" da Agência de Vigilância e Reconhecimento da Força Aérea seria excelente recurso para o estabelecimento de programa desse tipo. Para revisão do programa original, "Comfy Olympics," pelo autor, ver Maj Gen Doyle E. Larson, USAF, Retired, "ESC Commander Starts Comfy Olympics," Spokesman Magazine, December 2004, http://findarticles.com/p/articles/mi_m0QUY/is_2004_Dec/ai_n15622859/?tag=content;col1. Para perspectiva mais atualizada, dados sobre "Sensor Olympics" ver 1st Lt Karoline Scott, "Sensor Olympics XXIX Honors AF ISR Agency's Enlisted Airmen," Air Force ISR Agency Public Affairs, 10 November 2008, http://www.afisr.af.mil/news/story.asp?id=123123472.

CORONEL JOHN CONWAY, Reformado *USAF* é analista militar de defesa para o Instituto de Pesquisa da Força Aérea na Base Aérea Maxwell, Alabama. Bacharelado e Mestrado pela *University of Alabama*. Foi oficial de inteligência para o Quartel General da Agência de Inteligência Aérea *[Headquarters Air Intelligence Agency]*, Comando de Defesa Aeroespacial Norteamericano *[North American Aerospace Defense Command]* e Agência de Segurança Nacional *[National Security Agency]*. Foi Oficial Superior de Inteligência para o Quartel-General do Comando de Reserva da Força Aérea *[Headquarters Air Force Reserve Command – AFRC]*, Basea Aérea Robins, Georgia e serviu em vários postos de inteligência em alas e esquadrões, inclusive no destacamento de combate junto ao II Centro de Apoio Aéreo Direto *[II Direct Air Support Center]* na Província de Pleiku, República do Vietnã. Naquela ocasião foi o Chefe da Divisão de Apoio de Combate a Narcóticos, Quartel General da AFRC *[Counterdrug Support Division, Headquarters AFRC]*. Após o serviço na ativa, trabalhou sob contrato em sistemas de engenharia e assistência técnica para a Diretoria de U2 *[U2 Directorate]* na Base Aérea Robins e serviu de assessor civil junto ao Centro de Operações de Segurança Regional Gordon *[Gordon Regional Security Operations Center]*, Fort Gordon, Georgia após o *11 de setembro de 2001*. Frequentemente contribui artigos à *Air and Space Power Journal* e ao *Wright Stuff* da Escola Superior da Aeronáutica *[Air University]*.